

Financiamentos Privados e Mudança do Clima

Análise das Estratégias e Práticas de Bancos Privados no Brasil na Gestão da Mudança do Clima



Embaixada Britânica
Brasília

Financiamentos Privados e Mudança do Clima

Análise das Estratégias e Práticas de
Bancos Privados no Brasil na Gestão da
Mudança do Clima

Expediente

REALIZAÇÃO

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas – GVces

COORDENAÇÃO GERAL

Mario Monzoni, GVces

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Roberta Simonetti, GVces

EQUIPE

Fernanda Casagrande, Paula Peirão, Raquel Costa e Roberta Simonetti, GVces

APOIO

Embaixada Britânica
PNUMA Brasil

COLABORAÇÃO

Fernanda Carreira e Alexandre Prado, GVces
Elisa Tonda e Marina Bortoletti, PNUMA
Luiz Andrade, Embaixada Britânica
Gladis Ribeiro

DIAGRAMAÇÃO

Luis Mourão (vendoeditorial.com.br)

PRODUÇÃO

Bel Brunaro

REVISÃO

Kátia Shimabukuro

AGRADECIMENTOS AOS COLABORADORES

Este estudo é o resultado de um processo de consulta a especialistas, representantes de bancos públicos e privados, de organizações da sociedade civil e do governo. As valiosas contribuições colhidas durante o processo de validação foram incorporadas ao estudo. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Embaixada Britânica e o GVces agradecem as contribuições dos seguintes colaboradores:

O PNUMA E O GVCES AGRADECEM AS CONTRIBUIÇÕES DOS SEGUINTE COLABORADORES (EM ORDEM ALFABÉTICA):

Alessandra Panza	Gabriela Weber Morais	Maria Eugenia Buosi
Annelise Vendramini	Gustavo Pimentel	Maria Eugenia Taborda
Carlos Castro	Helton Barbosa	Oriana Rey
Carolina Learth	Linda Murasawa	Raphael Stein
Cristina Ronza	Luciana Costa dos Santos	Silene Tohnoli Moneta
Frederico Gomes	Márcio Rodrigues Lopes	

Sumário

06	Sumário executivo
11	Objetivo do estudo
11	Objeto do estudo
12	Metodologia
14	Setor financeiro privado e a mudança do clima
21	As instituições pesquisadas
21	Bradesco
28	HSBC
35	Itaú Unibanco
42	Santander
48	Análise comparada
50	Estratégia institucional
60	Mapeamento dos riscos das mudanças do clima na área de crédito
65	Produtos e serviços
70	Outras áreas de negócio
76	Conclusão e principais recomendações
79	ANEXO 1: Análise comparada individual
80	ANEXO 2: Questionário 1: Visão institucional e emissões operacionais
82	ANEXO 3: Questionário 2: Emissões de clientes e direcionamento da carteira
84	ANEXO 4: Solicitação de informações adicionais sobre produtos e carteira
86	Referências

Sumário executivo

OBJETIVO DO ESTUDO

Este estudo pretende fazer um diagnóstico e realizar uma avaliação comparada (*gap analysis*) das práticas dos principais bancos privados brasileiros relativas à redução dos impactos climáticos de suas operações e ao fomento a uma economia de baixo carbono. Complementa o estudo anterior, "Financiamentos Públicos e Mudança do Clima – Análise das Estratégias e Práticas de Bancos Públicos e Fundos Constitucionais Brasileiros na Gestão da Mudança do Clima", publicado em 2010.

Os dois estudos fornecem um panorama geral das estratégias e práticas adotadas pelo setor financeiro brasileiro com relação à questão climática. Espera-se que os resultados apresentados possam contribuir com o avanço das estratégias das instituições, bem como a formulação de políticas públicas, voltadas à mitigação e adaptação das mudanças do clima.

OBJETO DO ESTUDO

O objeto de análise deste estudo são as estratégias e práticas em gestão de mudanças climáticas das principais instituições financeiras privadas do País: Bradesco, HSBC, Itaú Unibanco e Santander. Vale ressaltar que as quatro instituições são classificadas como bancos comerciais, entretanto, HSBC e Santander são bancos com sede no exterior e possuem processos diferenciados, em particular

relacionados ao processo de tomada de decisão e definição de estratégias.

CONTEXTO

Na Conferência das Nações Unidas sobre mudança climática, realizada em Copenhague em 2009, os líderes políticos enfatizaram sua forte vontade política em combater a mudança climática com urgência. No contexto das ações de mitigação significativas e da transparência sobre a aplicação dos recursos, os países comprometeram-se com a meta de mobilizar conjuntamente 100 bilhões de dólares por ano até 2020 para atender às necessidades dos países em desenvolvimento. O Grupo Consultivo concluiu que é possível cumprir essa meta, mas reconhece se tratar de um grande desafio. Estes recursos deverão vir de uma ampla variedade de fontes públicas e privadas, bilaterais e multilaterais, incluindo fontes alternativas de financiamento, a ampliação das fontes existentes e o aumento dos fluxos privados. Dada a relevância do setor financeiro privado no contexto do enfrentamento das mudanças do clima, é de fundamental importância que esse setor envide seus melhores esforços de forma a reduzir as emissões operacionais e financiadas de GEE.

Vale ressaltar que, considerada a capacidade de concessão de crédito, as instituições financeiras analisadas, somadas ao montante concedido pelos

principais bancos públicos e fundos constitucionais, correspondem a cerca de 80% do total da capacidade de oferta de crédito do Sistema Financeiro Nacional. Dessa forma, o diagnóstico aqui apresentado é suficientemente amplo e reflete uma parte expressiva do crédito concedido no Brasil.

METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa combinou (i) fontes primárias: consultas presenciais e telefônicas com as instituições-alvo; oficina de avaliação e validação; e questionário estruturado com (ii) fontes secundárias: relatórios de gestão das instituições pesquisadas e referências internacionais.

A elaboração dos questionários teve como base as principais iniciativas globais que apresentam diretrizes para a avaliação de compromissos e práticas com a temática "Clima": Climate Principles, Carbon Disclosure Project (CDP), Bank Track e Empresas pelo Clima (EPC).

A avaliação das emissões de GEE operacionais (internas e de fornecedores) e financiadas (realizadas por clientes com crédito e/ou investimento dos bancos analisados) foi estruturada com base nas quatro dimensões sugeridas pelo CDP:

- **Conscientização estratégica sobre mudança do clima**
- **Especificidade e ambição das metas de redução de carbono**
- **Capacidade de realizar e publicar inventários**
- **Capacidade de implementação de práticas, incluindo aspectos de governança, equipe, instrumentos e comprometimento da cadeia de suprimentos.**

Os resultados preliminares foram avaliados e validados em *workshop* em São Paulo no dia 31 de agosto de 2011, com a presença de representantes dos bancos privados e públicos, especialistas e organizações da sociedade civil.

RESULTADOS

Destacamos quatro aspectos críticos analisados nesta pesquisa, para os quais são explorados avanços, desafios e recomendações:

1 Estratégia institucional – Existe compromisso institucional formalizado da alta gestão com envolvimento de áreas estratégicas, além da utilização ampla de metodologias para cálculo de emissões operacionais. No entanto, ainda é baixo o envolvimento da alta gestão na implementação das práticas rumo à economia de baixo carbono, que incluem o estabelecimento de uma metodologia comum para o cálculo de emissões financiadas e de metas absolutas de redução.

AVANÇOS	LACUNAS	RECOMENDAÇÕES
<ul style="list-style-type: none">➔ Comprometimento institucional formalizado➔ Envolvimento de áreas estratégicas➔ Grupos de trabalho multidisciplinares e de áreas transversais➔ Ações de engajamento, especialmente relacionado à capacitação➔ Adesão a uma metodologia comum para emissões operacionais (GHG Protocol)	<ul style="list-style-type: none">➔ Baixo envolvimento da alta gestão na implementação➔ Processo claro de decisão, iniciando na alta gestão, que permeie os processos, chegando ao nível dos produtos que são oferecidos ao cliente➔ Desconhecimento do impacto agregado institucional, que inclui inventário de emissões financiadas➔ Metas relativas e não absolutas	<ul style="list-style-type: none">➔ Atribuições de responsabilidade para a alta gestão no acompanhamento de uma estratégia transversal para o tema na instituição➔ Desenvolvimento de metodologia comum para cálculo de inventário de emissões financiadas➔ Estabelecimento de metas absolutas de redução de emissões operacionais e financiadas➔ Treinamento e capacitação para criação de multiplicadores internos dentro das instituições financeiras (desde a alta gestão até a força de vendas)

AVANÇOS	LACUNAS	RECOMENDAÇÕES
➤ Metodologias de relato e engajamento de partes interessadas (GRI, CDP etc.)	➤ Demanda da sociedade civil por maior transparência especialmente para emissões financiadas	➤ Comunicação clara e efetiva (quantitativa além de qualitativa) da estratégia e práticas da instituição financeira, especialmente relacionadas à emissões financiadas

2 Mapeamento dos riscos das mudanças climáticas na área de crédito – Embora as instituições possuam áreas de risco socioambiental bem estruturadas, com políticas e procedimentos já estabelecidos, ainda são necessários avanços na compreensão dos riscos advindos das mudanças climáticas para o setor financeiro.

AVANÇOS	LACUNAS	RECOMENDAÇÕES
➤ Áreas de gestão de risco socioambiental , formada por equipes multidisciplinares, capacitadas para realizar análises complexas de risco socioambiental, antes da concessão de financiamentos ➤ Políticas de risco socioambiental de crédito que se desdobram em procedimentos formais específicos	➤ Entender e quantificar o risco das mudanças climáticas para uma instituição financeira ➤ Pouco entendimento e conhecimento sobre adaptação às mudanças do clima ➤ Disponibilidade de informação para melhor analisar os riscos das mudanças climáticas	➤ Aprimorar os sistemas de informação , a inclusão do risco de mudança do clima nas cláusulas contratuais e nos cálculos de ratings entre outros ➤ Criar ou aprimorar centros de excelência de pesquisa aplicada com foco nos riscos das mudanças climáticas para o setor financeiro ➤ Desenvolver sistemas de monitoramento dos financiamentos aprovados que permitam acompanhar a evolução dos riscos

3 Produtos e serviços – Embora as instituições já ofereçam produtos próprios que trazem relação com as mudanças climáticas, a representatividade desses produtos e serviços ainda é baixa e poucos estão sujeitos a processos de monitoramento. Além disso, não foram identificados produtos e serviços focados em ações de adaptação às mudanças do clima, cruciais para responder à magnitude do desafio.

AVANÇOS	LACUNAS	RECOMENDAÇÕES
➤ Repasse de linhas específicas do BNDES que visam o estímulo a uma economia de baixo carbono ➤ As instituições oferecem produtos próprios que tem adicionalidade socioambiental e traz relação com as mudanças climáticas em diversas áreas de negócios	➤ Baixa utilização das linhas específicas do BNDES ➤ Produtos possuem baixa representatividade , quando comparados com o montante total de produtos e serviços oferecidos pela instituição ➤ Inexistência de produtos destinados à adaptação às mudanças do clima (se existem não são rotulados dessa forma) ➤ Monitoramento dos resultados	➤ Garantir maior efetividade dos produtos e serviços voltados para uma economia de baixo carbono ➤ Reavaliar os produtos menos atraentes, criar incentivos para os clientes e capacitar a equipe de vendas ➤ Aprimorar os sistemas que ajudam a simplificar os processos de liberação de crédito em conjunto com outras instituições ➤ Desenvolver produtos para a adaptação às mudanças climáticas ➤ Realizar o monitoramento e rastreamento de efetividade dos produtos e serviços específicos às mudanças climáticas

4 Outras áreas de negócio – Nota-se o início da adoção e implementação de metodologias transversais que contemplam temas socioambientais, incluindo as mudanças do clima, nas áreas de gestão de recursos de terceiros, *private equity* e seguradoras. Porém, falta implementar medidas transversais em outras áreas de negócios, tais como tesouraria, comércio exterior, *private banking*, fusões e aquisições, que combatam as mudanças do clima.

AVANÇOS	LACUNAS	RECOMENDAÇÕES
➤ Início de implementação de metodologias transversais que contemplem temas socioambientais (incluindo mudanças climáticas) nas áreas de gestão de recursos de terceiros, <i>private equity</i> e seguradoras	➤ Não há iniciativas relacionadas a sustentabilidade em áreas de negócio tais como tesouraria, comércio exterior, <i>private banking</i> , fusões e aquisição	➤ Aprimoramento de grupos de trabalho com metas de curto prazo e indicadores de acompanhamento para discutir melhores práticas globais, desenvolvimento de metodologias de implementação conjunta e integração completa em áreas de negócio que já estão em fase de implementação ➤ Iniciar movimento em outras áreas de negócio que ainda não contemplam a temática

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao avaliar as quatro maiores instituições do setor financeiro brasileiro em relação às ações e estratégias associadas à mudança do clima, pode-se concluir que o tema é atualmente considerado prioritário, que existe um comprometimento formal institucionalizado claro, comprovado por meio das estratégias de atuação em várias linhas de negócio das instituições e em seus respectivos processos decisórios. As ações de engajamento também vêm sendo trabalhadas em todas as instituições, principalmente no que diz respeito ao público interno. Todavia, existem melhorias a serem feitas.

Falta ainda uma compreensão, ao mesmo tempo ampla e profunda, do risco das mudanças climáticas para um financiamento, antes da sua aprovação. É preciso inicialmente compreender quais são esses riscos para uma instituição financeira, o que inclui, por exemplo, como essas mudanças podem afetar a capacidade de pagamento de seus clientes, por terem sido impactados por novas regulamentações, por demandas de mercado com relação a suas emissões, ou mesmo fisicamente por desastres naturais resultantes das mudanças do clima. Deve-se ainda levar em consideração a possibilidade de que os financiadores venham a ser responsabilizados por passivos ainda não

mapeados, mas que o sejam no futuro. A compreensão desses riscos possibilitaria aprimorar os sistemas de informação, a inclusão do risco de mudança do clima nas cláusulas contratuais e nos cálculos de *ratings*, entre outros. No entanto, vale ressaltar a dificuldade intrínseca de avaliar e quantificar os riscos das mudanças do clima, principalmente por tratar-se, muitas vezes, de riscos de longo prazo. Considerando a complexidade do tema e da ciência envolvida, é importante que se inicie o processo de modelagem deste risco no contexto do setor financeiro.

Tendo em vista os principais pontos levantados neste estudo de diagnóstico, recomendamos ao setor atuar em seis frentes, a saber:

■ **EMISSIONES FINANCIADAS:** desenvolver em parceria uma metodologia para mensuração de emissões financiadas, para melhorar a compreensão do impacto agregado da instituição e que sirva para o setor como um todo, evitando assim a adoção de diferentes metodologias, o que dificulta a compreensão e a comparação. Uma possibilidade seria a Febraban liderar essa iniciativa. Uma possível forma de iniciar o trabalho, no curto prazo, seria estimar emissões por projeto, de acordo com a estratégia adotada pelo IFC.

- **CAPACITAÇÃO:** treinar as equipes internas das instituições financeiras para que tenham capacidade técnica de colocar em prática a estratégia das instituições financeiras com relação à mudança do clima.
- **TRANSPARÊNCIA E DIÁLOGO:** Conseguir comunicar claramente a estratégia e as práticas da instituição financeira, principalmente com relação às emissões financiadas, onde a instituição exerce um maior impacto, dialogando com partes interessadas de forma que os fornecedores, os clientes e a sociedade de uma forma geral estejam alinhados com a instituição financeira, unidos com o objetivo de fomentar a economia de baixo carbono.
- **RISCOS E OPORTUNIDADES:** criar ou aprimorar centros de excelência em pesquisa aplicada dentro de instituições financeiras ou em parceria (com governos ou instituições não governamentais, entre outros) para ampliar a compreensão dos riscos advindos das mudanças do clima e a identificação de oportunidades de negócio. Esses centros podem ajudar no entendimento dos riscos das mudanças climáticas para adequação das linhas de financiamentos e dos produtos existentes, bem como capturar oportunidades de negócios em novos mercados. Diante da complexidade do tema, sugere-se iniciar por questões que já são visíveis, como melhor compreender os riscos de eventos extremos em função das mudanças do clima. Além disso, melhorar disponibilidade de informações, trabalhando em conjunto com governo e organizações não governamentais que muitas vezes já tem essas informações. Ampliar o diálogo, a articulação, a sistematização e a divulgação desse conhecimento.
- **PRODUTOS:** aprimorar os processos de criação e revisão de produtos, para que tenham maior representatividade e possam efetivamente estimular a economia de baixo carbono. Os produtos e serviços devem estar alinhados aos objetivos dos bancos públicos, aos planos setoriais do governo e aos objetivos internos da instituição. Para isso, o fluxo decisório deve ser claro, com objetivos estratégicos, metas, ações e indicadores bem definidos. Dada a dificuldade em garantir representatividade dos produtos, sugere-se focar a revisão dos produtos de maior demanda e facilidade de implementação, tais como projetos de eficiência energética, que podem trazer resultados positivos no curto prazo. Conforme destacado no estudo **Financiamentos Públicos e Mudança do Clima**, é também imprescindível que sejam desenvolvidas metodologias para aferir a adicionalidade socioambiental de um produto. Embora esse rastreamento possa ser custoso, e os desafios complexos, sugere-se a realização de uma parceria entre bancos públicos, privados e governo, para aproveitar sinergias e evitar duplicação de esforços, aumentando assim a chance de sucesso.
- **OUTRAS ÁREAS DE NEGÓCIOS:** integrar por completo o tema das mudanças do clima a outras áreas de negócios, especialmente as áreas de seguros e de gestão de recursos de terceiros que já tem atividades iniciadas, por meio dos grupos de trabalho existentes e oportunidades apontadas nos próprios centros de excelência de mudanças climáticas de cada instituição. Por fim, iniciar movimento em outras áreas de negócio que ainda não contemplam a temática.

SIGLAS MAIS UTILIZADAS

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
Carbon Disclosure Project (CDP)
Empresas Pelo Clima (EPC)
Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC)
Gases de Efeito Estufa (GEE)

International Finance Corporation (IFC)
Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)
Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC)
Principles for Responsible Investments (PRI)

OBJETIVO DO ESTUDO

Este estudo pretende fazer um diagnóstico e realizar uma avaliação comparada (*gap analysis*) das práticas dos principais bancos privados brasileiros relativas à redução dos impactos climáticos de suas operações e ao fomento a uma economia de baixo carbono. Complementa o estudo anterior, “Financiamentos Públicos e Mudança do Clima – Análise das Estratégias e Práticas de Bancos Públicos e Fundos Constitucionais Brasileiros na Gestão da Mudança do Clima”, publicado em 2010.

Os dois estudos fornecem um panorama geral das estratégias e práticas adotadas pelo setor financeiro brasileiro com relação à questão climática. Espera-se que os resultados apresentados possam contribuir com o avanço das estratégias das instituições, bem como a formulação de políticas públicas, voltadas à mitigação e adaptação das mudanças do clima.

OBJETO DO ESTUDO

O objeto de análise deste estudo são as estratégias e práticas em gestão de mudanças climáticas das principais instituições financeiras privadas do país: Bradesco, HSBC, Itaú Unibanco e Santander. É importante ressaltar que as quatro instituições são classificadas como bancos comerciais, entretanto, HSBC e Santander, bancos com sede no exterior, possuem processos diferenciados, em particular, relacionados à tomada de decisão e definição de estratégias.

METODOLOGIA

A metodologia adotada na elaboração do presente estudo foi: (i) uso de fontes primárias, obtidas a partir de consultas presenciais e telefônicas com as instituições-alvo; oficinas de avaliação e validação; e questionário estruturado, e (ii) uso de fontes secundárias, incluindo relatórios de gestão das instituições pesquisadas e de referências internacionais. É importante destacar que a metodologia adotada foi a mesma do estudo anterior, uma vez que os estudos se complementam.

Os questionários encaminhados às instituições são padrão, não havendo diferenciação entre os bancos e contemplam a avaliação das emissões operacionais e financiadas, a saber:

QUESTIONÁRIO 1 (Anexo 2):

Sobre emissões de gases de efeito estufa (GEE) no âmbito de suas operações: avalia o comprometimento institucional com o tema da mudança do clima, além das práticas de gestão de emissões internas e de fornecedores, como a elaboração de inventários de emissões operacionais e o estabelecimento de metas de redução de emissão de GEE. Avalia ainda oportunidades de engajamento interno e com fornecedores para uma economia de baixo carbono;

QUESTIONÁRIO 2 (Anexo 3):

Sobre emissões de GEE financiadas: avalia a gestão das emissões de GEE produzidas a partir das atividades-fim (crédito e investimento) das instituições financeiras, bem como a disponibilidade de recursos e produtos para adaptação e mitigação das mudanças climáticas, que representam o volume mais expressivo de emissões do setor financeiro e os impactos de mais longo prazo. Avalia ainda se a instituição tem inventário de GEE para emissões financiadas, os processos de monitoramento da carteira de crédito e o estabelecimento de metas de redução de GEE. Identifica, ainda, a forma de engajamento do banco com seus clientes e outros atores da sociedade frente a aspectos relevantes para a transição à economia de baixo carbono.

A estrutura dos questionários tem como base as quatro dimensões sugeridas pelo Carbon Disclosure Project (CDP), o que engloba:

1. **Conscientização estratégica sobre mudança do clima;**
2. **Especificidade e ambição das metas de redução de carbono (no questionário 2, foi considerado o alinhamento dos objetivos de redução de carbono *versus* o impacto direto de sua atuação, bem como a customização de ferramentas e produtos);**
3. **Capacidade de realizar e publicar inventários;**
4. **Habilidade de adoção de práticas, incluindo aspectos de governança, equipe responsável e capacitada, instrumentos de monitoramento e comprometimento da cadeia de suprimentos (neste estudo, considerado como “engajamento de partes interessadas”);**

Além desses questionários, foi enviada outra solicitação de dados mais específica, conforme o Anexo 4, com informações quantitativas relativas às carteiras de produtos relacionados à mudança do clima.

Os resultados preliminares foram avaliados e validados em um workshop realizado no dia 31 de agosto de 2011 em São Paulo, com a presença de representantes de bancos públicos e privados, organizações da sociedade civil e especialistas. As contribuições colhidas nesse processo foram incorporadas ao estudo.

Os questionários foram elaborados a partir de iniciativas-modelo de instituições que propõe diretrizes para a avaliação de comprometimento e práticas com a temática “Clima”:

- **Climate Principles: iniciativa liderada por cinco instituições financeiras (HSBC, Credit Agricole, Munich Re, Standard Chartered e Swiss Re) que buscam estabelecer padrões e melhores práticas para endereçar impactos associados à mudança do clima em todos os seus serviços (empréstimos, investimentos, assessoria e seguros);**
- **Carbon Disclosure Project (CDP): organização sem fins lucrativo que opera um sistema de informações relativo às mudanças do clima. Em 2010, mais de 6 mil instituições mensuraram e publicaram suas emissões de GEE por meio do CDP, o que constitui a maior base de dados de informações corporativas primárias em mudanças climáticas do mundo. Adicionalmente, em seu relatório sobre cadeia de fornecedores, o CDP sistematiza a análise sobre a capacidade de uma instituição se comprometer com o tema da mudança do clima;**
- **Bank Track: coalizão de organizações da sociedade civil focada no acompanhamento da incorporação de práticas socioambientais em atividades do setor financeiro ao redor do mundo. Propõe parâmetros para o setor no tocante às mudanças do clima e afere práticas bancárias por meio de um sistema de pontuação. O Bank Track estabelece um conjunto rigoroso de indicadores, o que explica a baixa pontuação recebida pelas instituições avaliadas em seu último relatório;**
- **Grupo Temático de Instituições Financeiras da Plataforma Empresas pelo Clima (EPC): grupo de trabalho criado pela FGV no âmbito da Plataforma EPC, que tem como um dos seus principais objetivos a elaboração de estudos para subsidiar propostas empresariais de políticas públicas em mudança do clima para o setor financeiro.**

O SETOR FINANCEIRO PRIVADO E A MUDANÇA DO CLIMA

Emundialmente reconhecido o importante papel do setor privado no enfrentamento das mudanças do clima e tem crescido substancialmente o número de iniciativas que buscam promover o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono. O financiamento de ações relacionadas à mitigação das mudanças do clima e a sua adaptação é um dos aspectos mais relevantes no contexto dos esforços mundiais voltados ao equacionamento desta questão. Os esforços das nações precisam ser alavancados para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e apoiar o desenvolvimento sustentável.

Na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP15) realizada em Copenhague (2009), os países estabeleceram como meta mobilizar 100 bilhões de dólares por ano até 2020 para apoiar atividades de mitigação e adaptação nos países em desenvolvimento. Esses recursos representam um bom investimento em um futuro mais seguro, limpo e saudável para toda a população, já que é preciso realizar esforços extras para identificar fontes inovadoras de financiamento de longo prazo. Por essa razão, foi estabelecido um Grupo Consultivo sobre Financiamento das Mudanças Climáticas (AGF), sob comando da ONU, e composto por especialistas de alto nível, cujo objetivo é apontar como a meta de 100 bilhões de dólares seria alcançada, conforme [Quadro 1](#).

O grupo concluiu que o objetivo é desafiador, mas realizável. Alcançar a meta certamente exigirá uma combinação de fontes existentes, novas e, indubitavelmente, o acréscimo dos fluxos privados.

QUADRO 1: AGF - ADVISORY GROUP ON CLIMATE CHANGE FINANCING

O DESAFIO E A RESPOSTA

Na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática realizada em Copenhague em 2009, os líderes políticos enfatizaram sua forte vontade política para combater a mudança climática com urgência. No contexto de ações de mitigação significativas e transparência sobre a aplicação dos recursos, os países comprometeram-se com a meta de mobilização conjunta de 100 bilhões de dólares por ano até 2020 para atender às necessidades dos países em desenvolvimento. O Grupo Consultivo concluiu que é possível cumprir essa meta, mas será um grande desafio. Esses recursos terão de vir de uma ampla variedade de fontes públicas e privadas, bilaterais e multilaterais, incluindo fontes alternativas de financiamento, a ampliação das fontes existentes e o aumento dos fluxos privados.

Compromissos internos de mitigação e a introdução de novos instrumentos públicos com base em preços de carbono são importantes para mobilizar o financiamento do clima, tanto de origem pública quanto privada. Os instrumentos baseados no preço do carbono são especialmente atraentes porque aumentam as receitas e fornecem incentivos para as ações de mitigação.

AS POTENCIAIS FONTES DE FINANCIAMENTOS

O Grupo Consultivo identificou as potenciais fontes de financiamento e analisou também as questões envolvidas na combinação de instrumentos, incluindo as sobreposições e as interações. A utilização cuidadosa e racional dos fundos públicos em combinação com recursos privados pode gerar investimentos verdadeiramente transformadores. Um elemento chave para atingir os 100 bilhões de dólares anuais é manter o preço da tonelada de carbono na faixa de US\$ 20 a US\$ 25 (tonelada equivalente de CO₂) em 2020. Quanto mais alto for o preço do carbono, mais acentuado será o crescimento das receitas disponíveis e maior será o esforço de redução de emissões.

Com base no preço de carbono, o Grupo Consultivo apontou algumas fontes de recursos:

- **Os leilões de licenças de emissão e os impostos sobre o carbono em países desenvolvidos com até 10% das receitas totais alocados para a ação internacional sobre o clima poderiam mobilizar torno de US\$ 30 bilhões.**
- **Cerca de US\$ 10 bilhões poderiam ser levantados a partir da venda de créditos de carbono de transporte internacional.**
- **Até US\$ 10 bilhões poderiam ser mobilizados com a redução dos subsídios aos combustíveis fósseis em países desenvolvidos ou com impostos sobre operações financeiras.**
- **Financiamento internacional privado poderia gerar entre US\$ 100 bilhões e US\$ 200 bilhões. Um mercado de carbono dessa magnitude poderia gerar montantes na faixa de US\$ 10 bilhões a US\$ 50 bilhões de transferências líquidas.**
- **Os bancos multilaterais de desenvolvimento, em estreita colaboração com o sistema das Nações Unidas, devem desempenhar um importante papel multiplicador e alavancar investimentos verdes adicionais. Para cada US\$ 10 bilhões em recursos adicionais, esses bancos poderiam gerar entre US\$ 30 bilhões e US\$ 40 bilhões em fluxos de capitais brutos, promovendo fluxos de capitais privados. Os fluxos líquidos dos bancos de desenvolvimento multilateral seriam de US\$ 11 bilhões. A capacidade desses bancos deve ser reforçada por recursos adicionais ao longo da próxima década.**
- **Contribuições orçamentais diretas dos governos continuariam a desempenhar um importante papel na solução deste grande desafio.**

Várias das fontes poderiam ser operacionalizadas em um período de tempo relativamente curto, em especial, as provenientes dos setores públicos nacionais. Entretanto, o fluxo de investimentos de fontes privadas dependerá de uma combinação de políticas do governo e da disponibilidade de instrumentos de partilha de riscos.

O governo brasileiro tem atuado em diversas frentes visando enfrentar tamanho desafio de natureza global. Depois de estabelecer voluntariamente, na Política Nacional sobre a Mudança do Clima, a meta de redução de 36% a 39% das emissões de GEE até 2020 (tendo como base 2005) e de elaborar o Plano Nacional sobre Mudanças Climáticas (PNMC), o País regulamentou o Fundo Nacional

sobre Mudança do Clima (conhecido como “Fundo Clima”) que tem como objetivo financiar projetos que visem a diminuição dos efeitos das mudanças do clima e as ações de adaptação.

Além disso, o governo está desenvolvendo os Planos Setoriais que irão estabelecer planos de ação de combate às mudanças climáticas, conforme previstos na Lei no. 12.187/2009, que instituiu

a PNMC. No 1º. Semestre de 2010, o Governo Federal definiu cinco Grupos de Trabalho coordenados pela Casa Civil, visando integrar as ações necessárias ao processo de elaboração dos Planos Setoriais de Mitigação e de Adaptação em Mudança do Clima, sendo eles os Planos de Prevenção e Combate ao Desmatamento nos biomas Amazônia e Cerrado e para os setores de Energia, Agricultura e

Siderurgia, conforme visto no **Quadro 2**. Vale mencionar que o governo do estado de São Paulo regulamentou a Política Estadual de Mudanças Climáticas, que prevê o corte de 20% das emissões de GEE em São Paulo até 2050, meta calculada a partir da estimativa da quantidade emitida em 2005. Nota-se, portanto, que o tema das mudanças climáticas tem ganhado cada vez mais relevância no âmbito do setor público.

QUADRO 2: PLANOS SETORIAIS DO GOVERNO – AMAZÔNIA, CERRADO, ENERGIA, AGRICULTURA E SIDERURGIA

Os cinco Planos Setoriais do Governo relacionados a atividades que visam atender aos compromissos do Acordo de Copenhague estão em fase conclusão. Os outros setores, previstos na Lei 12.187/2009 (transportes; indústria de transformação e de bens de consumo duráveis; indústria química fina e de base; indústria de papel e celulose; mineração; indústria da construção civil; e serviços de saúde), serão detalhados a partir da finalização dos primeiros, considerados como prioritários.

As principais medidas propostas no Plano Setorial de Energia, até 2020, são:

- **Ampliar a oferta interna de etanol que passaria de 22,8 bilhões de litros em 2009 para 77,2 bilhões de litros em 2020.**
- **Manter a proporção de 5% de biodiesel na mistura do óleo diesel ofertado no mercado doméstico (oferta de 3,9 bilhões de litros de biodiesel em 2020).**
- **Expandir em quase 40.000 MW o parque gerador hidroelétrico, destacando-se a primeira usina do complexo hidroelétrico do rio Tapajós (São Luiz e Jatobá), 8.400 MW (a licitar). Expandir em mais de 17.500 MW o parque gerador a partir de fontes alternativas, destacando-se a instalação de 7.610 MW em centrais eólicas, 6.180 MW em centrais a biomassa e 3.790 MW em PCH.**
- **Intensificar as ações na área de eficiência energética, mantendo e ampliando os programas e iniciativas já existentes, de modo a:**
 - **Reduzir 4,4% do consumo projetado de energia elétrica para 2020 (economia de geração equivalente a uma usina hidráulica de 7.600 MW).**

- **Reduzir 5,2% do consumo projetado para 2020 de combustíveis fósseis na indústria (economia equivalente a 9,3 milhões de toneladas equivalente de petróleo ou 194 mil barris de petróleo equivalente por dia).**

Para colocar esse plano em ação, já está disponível uma série de linhas de financiamento, voltadas especialmente para a promoção de eficiência energética e fomento a energias renováveis. A promoção da eficiência na transmissão, distribuição e consumo de energia conta com linhas disponíveis do BNDES, da Caixa Econômica Federal e dos fundos Fundo Constitucional do Nordeste e Reserva Geral de Reavaliação. Com relação à expansão de oferta de energia renovável, já existem linhas de financiamento disponíveis tanto do BNDES, Caixa Econômica e Banco do Brasil, como também do Fundo Constitucional do Nordeste, dos fundos setoriais e de mais um fundo gerido pela Eletrobrás conhecido como “Conta de Desenvolvimento Energético”.

Os compromissos do plano setorial de agricultura focam em ações que implicarão na redução das emissões projetadas até 2020, entre 133 a 166 milhões tCO₂ e, por meio da adoção das seguintes atividades:

- 1. Recuperar de pastagens degradadas: recuperar uma área de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas por meio do manejo adequado e adubação.**
- 2. Integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF): aumentar a área com o sistema ILPF em 4 milhões de hectares.**
- 3. Sistema Plantio Direto (SPD): ampliar a utilização**

do sistema de plantio direto na palha em 8 milhões de hectares.

- 4. Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN): ampliar o uso da fixação biológica em 5,5 milhões de hectares.**

- 5. Promover as ações de reflorestamento no País, expandindo a área com Florestas Plantadas, atualmente, destinada à produção de fibras, madeira e celulose em 3 milhões de hectares.**

- 6. Ampliar o uso de tecnologias para tratamento de 4,4 milhões de m³ de dejetos de animais para geração de energia e produção de composto orgânico.**

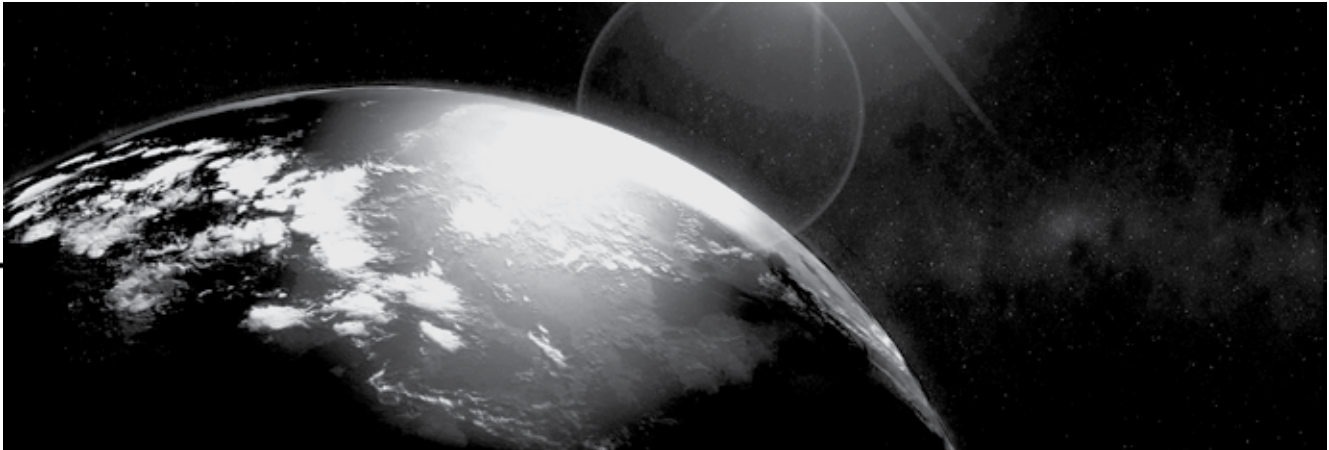
No setor da agricultura, o BNDES em conjunto com o Banco do Brasil, dispõe de um orçamento de R\$ 3,1 bilhões para a safra de 2011/2012, voltado ao programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC). Além disso, existem várias linhas específicas para o aumento da produtividade das áreas subutilizadas, degradadas e abandonadas, evitando a abertura de novas áreas e a regularização ambiental das propriedades rurais. O BNDES e os fundos constitucionais apoiam o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, manejo dos recursos naturais e assistência técnica e extensão rural.

O Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia tem três eixos principais: (i) Ordenamento Fundiário e Territorial; (ii) Monitoramento e Controle Ambiental; (iii) Fomento a Atividades Produtivas Sustentáveis. Além disso, tem como meta reduzir em 80% o desmatamento na Amazônia Legal até 2020. Já o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado – PPCerrado tem como meta reduzir o desmatamento em 40% até 2020, além da inclusão de:

- (i) Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis,
- (ii) Monitoramento e Controle;
- (iii) Áreas Protegidas e Ordenamento Territorial, além do tema transversal Educação Ambiental.

No âmbito das florestas, Amazônia e Cerrado, existem duas ações que recebem financiamento de diferentes instituições financeiras: recuperação de áreas degradadas em APPs e Reservas Legais; criação e consolidação de áreas protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas) para a conservação da sociobiodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais. Para essas duas ações, existem linhas disponíveis do BNDES, Fundo Constitucional do Norte, Fundo Constitucional do Centro Oeste e Fundo Constitucional do Nordeste, além do Fundo Amazônia, que contratou projetos equivalentes a R\$ 191 milhões até agosto de 2011. Outras ações propostas nos planos setoriais são: o estímulo à comercialização e ao consumo de produtos da sociobiodiversidade e o fomento do manejo florestal de espécies nativas, que recebe aporte de recursos do Fundo Amazônia e dos fundos constitucionais, por meio das linhas Pronaf Florestal, FNO Amazonas Sustentável e FNE Cresce Nordeste.

Por fim, o plano setorial de siderurgia trabalha no sentido de definir políticas públicas de incentivo a utilização do carvão vegetal sustentável, proveniente de florestas plantadas, para uso na siderurgia, visando: (i) promover a redução de emissões; (ii) incrementar a utilização de carvão vegetal, recurso renovável, como agente termo redutor na produção de ferro gusa; e (iii) aumentar a competitividade brasileira da indústria de ferro e aço no contexto da economia de baixo carbono.



O setor financeiro público, em conjunto com o governo federal, estadual e municipal, tem atuado nesta frente por meio do Banco do Brasil, da Caixa Federal, do BNDES e dos Fundos Constitucionais, que juntos representam 40% do total de crédito concedido no País, conforme

estudo publicado pela Fundação Getúlio Vargas em 2010, com apoio do PNUMA e da Embaixada Britânica, “Financiamentos Públicos e Mudança do Clima – Análise das Estratégias e Práticas de Bancos Públicos e Fundos Constitucionais Brasileiros na Gestão da Mudança do Clima”, publicado em 2010.

QUADRO 3: FUNDO CLIMA

Coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Fundo Clima representa um passo importante do Brasil para alcançar seu compromisso de diminuir o impacto no clima da Terra. Seus recursos serão destinados a financiar projetos de mitigação e adaptação às mudanças do clima, sendo pioneiro no mundo, uma vez que seus recursos têm origem na participação especial dos lucros da cadeia produtiva do petróleo.

Para 2011 o Comitê Gestor do Fundo, composto por representantes governamentais, comunidade científica, empresários, trabalhadores e organizações não governamentais, dispõe de um orçamento de R\$ 238 milhões a serem alocados da seguinte forma:

■ R\$ 204 milhões – empréstimos e financiamentos

para a área produtiva, concedidos pelo BNDES.
■ R\$ 34 milhões – doações para projetos de pesquisa, mobilização e avaliações de impacto das mudanças do clima, repassados para estados e municípios por convênios e termos de cooperação, administrado pelo MMA.

Ações apoiadas pelo fundo serão:

- Combate à desertificação;
- Ações de educação e capacitação;
- Pesquisas e avaliações de impacto das mudanças climáticas;
- Desenvolvimento de inclusão de tecnologias;
- Formulação de políticas públicas;
- Apoio a cadeias produtivas sustentáveis; e
- Pagamento por serviços ambientais.

QUADRO 4: ESTUDO - FINANCIAMENTOS PÚBLICOS E MUDANÇA DO CLIMA (2010)

RESULTADOS

Foram apontados três aspectos críticos do posicionamento do setor público financeiro (BNDES, CEF, BB e Fundos Constitucionais) frente às mudanças climáticas:

1. Existem grandes desafios para a incorporação de uma visão estratégica nas instituições. É baixo o nível de envolvimento da alta gestão nesse tema, ação fundamental para viabilizar estratégias e práticas que sejam capazes de responder à magnitude do desafio.
2. A atual eficácia de produtos e ferramentas para uma economia de baixo carbono é questionável. Os produtos desenhados especificamente para esse fim têm baixa representatividade, seja do ponto

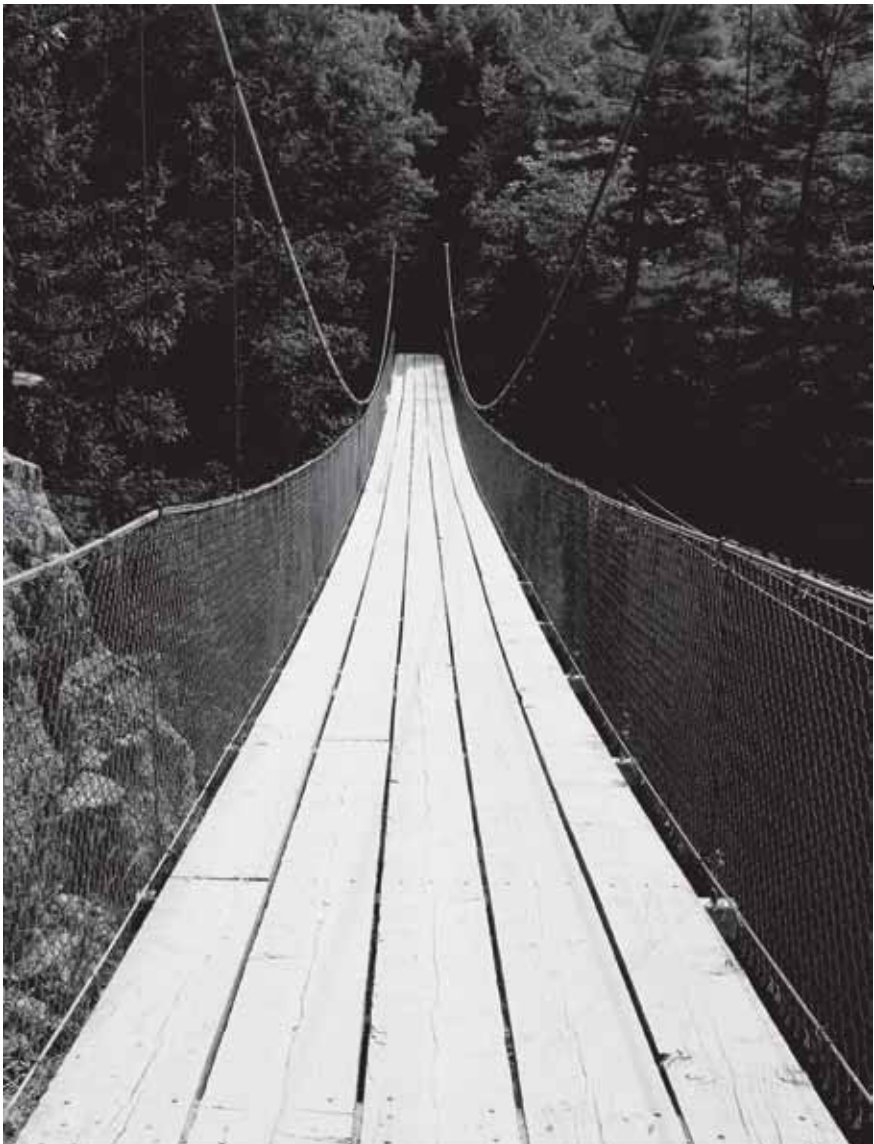
de vista de alocação seja da demanda. Produtos tradicionais podem atender às necessidades dos clientes no que se refere à redução de emissões, mas exigem monitoramento de seu impacto, para que seja comprovada sua adicionalidade.

3. Soluções para adaptação e vulnerabilidade à mudança do clima são oportunidades, até o momento, pouco exploradas pelas empresas. As iniciativas promovidas pelas instituições financeiras públicas mapeadas neste estudo estão geralmente associadas à mitigação dos efeitos climáticos. Foram encontradas poucas experiências de apoio à adaptação e às vulnerabilidades que o Brasil apresenta frente aos impactos da mudança do clima.

Entretanto, faz-se ainda necessária, e imprescindível, a atuação do setor financeiro privado, alinhada com a diretriz apresentada pelo estudo Desafio e Respostas da AGF (Quadro 1) sobre a importância da atuação conjunta do setor público e privado, com o mesmo foco para a otimização dos esforços no combate à mudança do clima.

Nesse contexto, o propósito do presente estudo é investigar e analisar como o setor financeiro privado no Brasil tem se posicionado com relação às mudanças climáticas, em complemento ao estudo dos Financiamentos Públicos e Mudanças do

Clima. Assim sendo, ao considerar os ativos e a capacidade de concessão de crédito dos maiores players do setor bancário privado brasileiro (Bradesco, HSBC, Itaú Unibanco e Santander), assim como dos maiores bancos públicos analisados no estudo anterior, tem-se um panorama que corresponde a 80% tanto do total de ativos quanto da capacidade de oferta de crédito do Sistema Financeiro Nacional, como ilustra o gráfico seguinte (Gráfico 1). Dessa forma, considera-se que o diagnóstico apresentado é suficientemente amplo e traduz uma parte expressiva da capacidade de crédito do País.

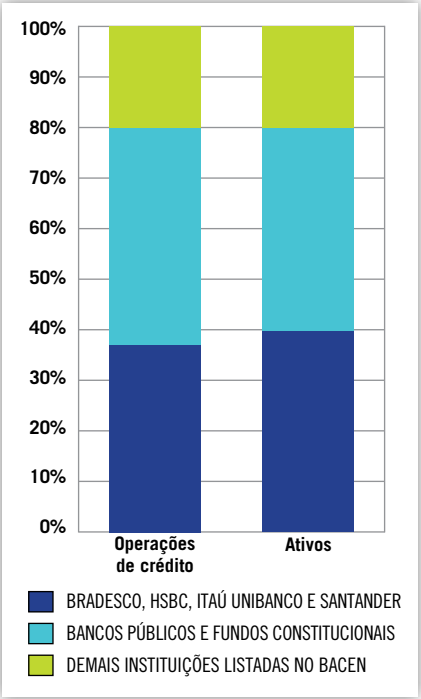


Por fim, muito mais do que o risco das mudanças climáticas, o setor privado consegue enxergar nesse cenário diversas oportunidades na promoção de uma economia rumo ao baixo carbono como seguem descritas suas iniciativas nos capítulos seguintes.

BANCOS	OPERAÇÃO DE CRÉDITO (R\$)	ATIVOS TOTAIS (R\$)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$)	NÚMERO DE AGÊNCIAS
BRADESCO	218.224.270	607.889.454	53.019.328	3.684
HSBC	45.457.588	144.554.014	8.269.635	868
ITAÚ UNIBANCO	259.585.323	768.663.512	67.111.026	3.790
SANTANDER	153.629.594	412.042.101	65.196.894	2.426

FONTE: Banco Central do Brasil, junho 2011

GRÁFICO 1: SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL



FONTE: Banco Central do Brasil, junho 2011

AS INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

BRADESCO

DESTAQUES:

- Lucro líquido no segundo trimestre de 2011 foi de R\$ 2,7 bilhões
- 3º maior banco do Brasil em ativos
- 6ª maior marca bancária do mundo com valor de US\$ 18.678 milhões em janeiro de 2011 (Brand Finance)
- 98.317 funcionários
- 61,7 milhões de clientes
- Um dos maiores bancos da América Latina
- Maior seguradora da América Latina
- O banco mais sólido do Brasil e o 8º mais forte do mundo (Bloomberg News)
- Valor de mercado totalizando R\$ 111.770 milhões em junho de 2011
- Carteira de crédito de R\$ 319,8 bilhões em junho de 2011

CARTEIRA DE CRÉDITO EXPANDIDA

	R\$ MILHÕES			VARIAÇÃO %	
	Jun.11	Mar.11	Jun.10	Trim.	12M
Grandes empresas	103.404	98.366	83.638	5,1	23,6
Outras operações c/ risco de crédito - Carteira comercial	21.473	19.678	13.826	9,1	55,3
GRANDES EMPRESAS - TOTAL	124.877	118.044	97.464	5,8	28,1
MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS	92.010	87.876	72.478	4,7	26,9
PESSOAS FÍSICAS	102.915	100.200	89.780	2,7	14,6
TOTAL CARTEIRA DE CRÉDITO EXPANDIDA	319.802	306.120	259.722	4,5	23,1

FONTE: Bradesco

O Banco Bradesco, fundado em 1943, é hoje um banco múltiplo e um dos maiores bancos do setor privado brasileiro. Oferece uma ampla gama de produtos e serviços bancários e financeiros no Brasil e no exterior, seja para pessoas físicas, seja para pessoas jurídicas como pequenas e médias empresas, sociedades e instituições nacionais e internacionais. Em seu posicionamento estratégico, o Bradesco objetiva resultados que contribuam para uma sociedade mais igualitária e para a preservação do meio ambiente.

ESTRATÉGIA SOCIOAMBIENTAL

A sustentabilidade é trabalhada com foco em três pilares: finanças sustentáveis, gestão responsável e investimentos socioambientais. As iniciativas sustentáveis do banco são avaliadas por um comitê executivo de sustentabilidade, que se reúne trimestralmente, composto por um integrante do conselho de administração, diretores executivos e departamentais. A partir de 2009, o tema das mudanças climáticas passou a ser avaliado de forma estratégica e estruturada. A área de planejamento estratégico integrou o assunto em suas análises para identificar impactos, riscos e oportunidades para o Banco. Além disso, foram criados grupos de trabalhos para melhorar o diálogo entre gestores internos e melhorar a gestão da informação. Um dos grupos

foi sobre mudança do clima que tem como pontos focais representantes da área de sustentabilidade. Em 2010, a organização aderiu ao PRI (Principles for Responsible Investments) e também passou a integrar o Índice Carbono Eficiente. Pelo quinto ano consecutivo, o Bradesco compõe o Dow Jones Sustainability Index e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). O banco é também membro signatário do Carbon Disclosure Project (CDP) e mantém o compromisso de disseminar a iniciativa a sua cadeia de fornecimento, por meio do CDP - Supply Chain, até 2012. Além dessa iniciativa, a organização iniciou um projeto de avaliação e monitoramento socioambiental de fornecedores, que visa uma parceira de longo prazo para o desenvolvimento sustentável de seus fornecedores. Dentre os fatores avaliados e monitorados estão às questões relativas ao meio ambiente e mais especificamente às mudanças climáticas. Com relação aos compromissos voltados às mudanças do clima, o Bradesco ampliou seu engajamento com a plataforma Empresas pelo Clima (EPC) e faz parte do Programa Brasileiro GHG Protocol. Outros compromissos assumidos em prol da sustentabilidade e das mudanças climáticas são: Princípios do Equador, Pacto Global, Protocolo Verde e Objetivos do Milênio.

ÍNDICES DE SUSTENTABILIDADE
Dow Jones Sustainability World Index (DJSI)
Índice Carbono Eficiente (ICO ₂)
Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)
COMPROMISSOS ASSUMIDOS
Carbon Disclosure Project (CDP)
Empresas pelo Clima (EPC)
Global Reporting Initiative (GRI)
Objetivos do Milênio
Pacto Global
Princípios do Equador
Princípios para o Investimento Responsável (PRI)
Programa Brasileiro GHG Protocol
Protocolo Verde

GESTÃO DA ECOEFICIÊNCIA

Em 2010, o grupo de trabalho de ecoeficiência desenvolveu um plano diretor que estabelece uma estrutura de gestão ambiental alinhada aos negócios, com perspectiva de ações para os próximos cinco anos. Pautado em indicadores e metas, o plano contempla dez temas de atenção: energia, água, papel, plástico, resíduos, GEE, esgoto, treinamento, eficiência e cadeia de valor. Para obter melhores resultados, em 2010 o Bradesco criou uma nova governança para o tema, vinculada ao comitê executivo de eficiência e ao comitê executivo de sustentabilidade. Sob este programa, o Bradesco construiu duas unidades que asseguram os preceitos da sustentabilidade no segmento da construção civil, minimizando os impactos socioambientais. Além disso, diretrizes e práticas de sustentabilidade para a gestão dos recursos tecnológicos são incorporados sob o programa “TI Verde”. Entre 2008 e 2010, foram recicladas aproximadamente

683 toneladas de lixo eletrônico. Em 2010, esse número foi superior a 237 toneladas. Outra parte dos equipamentos é reaproveitada nos Centros de Inclusão Digital (CIDs) da Fundação Bradesco. A organização elabora seu inventário de emissões operacionais de GEE seguindo as diretrizes do Programa Brasileiro GHG Protocol e da gestão da norma ISO 14.064. Possui o reconhecimento da Categoria Ouro do programa já que fornece a contabilização completa das emissões (operacionais) de GEE, verificada por terceira parte independente. Com a criação do Plano Diretor, em 2010, a organização também estabeleceu metas para os próximos cinco anos, que entre outras, contempla a redução de gases de efeito estufa. MULTIPLICADORES INTERNOS E ENGAJAMENTO COM PARTES INTERESSADAS Além de ser membro da Plataforma Empresas pelo Clima (EPC), cujo objetivo é mobilizar, sensibilizar e articular lideranças empresariais para a gestão e redução das emissões de GEE, o Bradesco também inclui em seu planejamento programas de capacitação interna com metas de atingir 85 mil pessoas. A capacitação é uma das vertentes do próprio grupo de trabalho de mudanças climáticas. A instituição ainda capacita seus fornecedores para a elaboração de inventários.

QUADRO 5: PRINCÍPIOS DO EQUADOR

Representam critérios mínimos que asseguram uma base e estrutura comum para que os projetos financiados sejam desenvolvidos de forma social e ambientalmente responsável na concessão de crédito na categoria Project Finance. Os Princípios do Equador fornecem um padrão mínimo para uma tomada de decisão que incorpore riscos socioambientais e são adotados por instituições financeiras de forma voluntária, aplicados em projeto cujo custo seja igual ou superior a US\$ 10 milhões.

Os princípios são:

- 1. Análise e Categorização
- 2. Avaliação Socioambiental
- 3. Padrões Sociais e Ambientais Aplicáveis
- 4. Plano de Ação e Sistema de gestão
- 5. Consulta e Divulgação
- 6. Mecanismo de Reclamação
- 7. Análise Independente

- 8. Compromissos Contratuais
- 9. Monitoramento Independente e Divulgação de Informações
- 10. Divulgação de Informações pelas EPFIs

Além disso, os Princípios do Equador seguem os Padrões de Desempenho do IFC e seus critérios de categorização de risco projetos, conforme detalhado abaixo:

Categoria A (alto risco) – projetos que podem apresentar significativos impactos sociais ou ambientais que sejam irreversíveis, heterogêneos ou sem precedentes.

Categoria B (médio risco) – projetos que apresentem potencial de causar impactos sociais e ambientais limitados e em número reduzido, geralmente específicos do local, reversíveis e tratados por medidas mitigadoras.

Categoria C (baixo risco) – projetos sem impacto social ou ambiental, ou impacto mínimo.

LINHA BNDES	OBJETIVO	BENEFICIÁRIOS
Moderinfra	Apoio ao desenvolvimento da agricultura irrigável sustentável	Proprietários rurais
Proesco	Eficiência energética	Escos – <i>energy saving companies</i> – e empresas (consumidoras ou de oferta de energia)
Produsa	Estímulo a projetos de recuperação de áreas degradadas para reinserção no processo produtivo e adoção de práticas sustentáveis	Agricultores empresariais e familiares
Propflora	Plantio comercial e recuperação de florestas nativas	Empresas de base florestal

FONTE: BNDES

[1] Os Princípios do Equador: um referencial do setor financeiro para identificação, avaliação e gestão de risco socioambiental no financiamento dos projetos, julho 2006.

CRITÉRIOS SOCIOAMBIENTAIS PARA CONCESSÃO DE CRÉDITO

O Bradesco faz a análise e a gestão dos riscos socioambientais nas operações de crédito por meio de avaliação de documentos, visitas técnicas, inserção de obrigações contratuais e criação de planos de ação e seus respectivos monitoramentos. Conta com duas equipes dedicadas para a realização dessas atividades.

Além disso, a organização desenvolveu uma ferramenta de análise baseada em imagens de satélite que indica a localização dos biomas brasileiros, unidades de conservação federais, terras indígenas e cavernas, a fim de subsidiar as avaliações de risco socioambiental. Os impactos das mudanças do clima é parte dos temas considerados nas análises e contratação dos financiamentos.

Dos R\$ 4,3 bilhões da carteira de projetos monitorados, R\$ 3 bilhões (70%) foram projetos financiados sob as diretrizes dos Princípios do Equador¹. Desses projetos, 68% são considerados de alto risco e 32% de médio risco. Atualmente,

a organização monitora 61 operações que contemplam setores potencialmente sensíveis e está em fase de contratação de 22 novas propostas. Em 2010 o banco financiou quatro projetos sob os critérios dos Princípios do Equador, sendo um de alto risco – categoria A.

PRODUTOS E SERVIÇOS

Dentre os produtos de crédito com foco nas mudanças climáticas, o Bradesco repassa algumas linhas de financiamento do BNDES (Moderinfra, Proesco, Produsa e Propflora) e também possui iniciativas próprias relevantes. Vale lembrar que as linhas do BNDES, mencionadas neste estudo, foram identificadas no estudo anterior – Financiamentos Públicos e Mudança do Clima – e que no presente contexto são apresentadas, pois os bancos privados são repassadores dessas linhas.

A instituição também oferece a seus clientes duas linhas de crédito para operações de capital de giro com condições diferenciadas – pagamento facilitado e taxa

de juros reduzida – a fim de estimular a preservação ambiental.

- Capital de Giro Ambiental – para clientes cuja atividade esteja relacionada ao desenvolvimento social e preservação do meio ambiente.
- Capital de Giro Florestal – para empresas que possuem produtos ou processos envolvendo empreendimentos em florestas naturais ou plantadas, de acordo com as regras do Conselho de Manejo Florestal. Com esse mesmo objetivo, o banco ainda oferece uma linha de crédito destinada às empresas que pretendem obter a Certificação Florestal chamada CDC Certificado Florestal. Já para a aquisição de bens que contribuam para o desenvolvimento social e a preservação do meio ambiente, o Bradesco disponibiliza o Crédito Socioambiental – Leasing Ambiental, que engloba os seguintes objetos:

- Tratamento e reúso de água: estação de tratamento de água (ETA) e esgoto (ETE);
- Geração de energia renovável: placas fotovoltaicas, biocombustíveis, energia eólica;
- Tratamento de ar e de resíduos;

purificadores de ar, filtros, incineradores.

- Outros bens que contribuam para o desenvolvimento social e a preservação do meio ambiente.

Outros produtos oferecidos pelo Bradesco são o Crédito CDC Kit Gás e o CDC Aquecedores Solares, focados respectivamente na aquisição de equipamentos de conversão de combustível de veículos movidos a álcool ou gasolina, para gás natural veicular (GNV), que estejam certificados pelo Inmetro e para aquisição de aquecedores solares por financiamentos com condições de pagamento facilitadas e taxas de juros reduzidas.

O valor total dos empréstimos concedidos nas linhas de financiamento acima, inclusive os repasses do BNDES foram de R\$ 171 milhões em 2009 e R\$ 239 milhões em 2010. Valor pouco representativo quando comparado à carteira de crédito total da instituição.

Por fim, como filantropia, o Bradesco apoia organizações que atuam diretamente ligadas ao tema de mudanças do clima. Parte das anuidades dos Cartões de Crédito com Foco Socioambiental é repassada à

TIPOLOGIA DE AÇÃO	DESCRIÇÃO
LINHAS DE CRÉDITO	Todos oferecem condições de pagamento facilitadas e taxa de juros reduzida.
CDC Aquecedores Solares	Opção de aquisição do equipamento.
Capital de Giro Ambiental	Para empresas cuja atividade esteja relacionada à recuperação de materiais metálicos e plásticos.
Capital de Giro Florestal	Para empresas que possuem produtos ou processos envolvendo empreendimentos em florestas naturais ou plantadas.
CDC Certificado Florestal	Obtenção de certificado que oferece à empresa um diferencial relativo à garantia de origem ecológica e socialmente correta do seu produto.
Crédito Socioambiental - Leasing Ambiental	Para aquisição de novas máquinas e equipamentos que contribuam para o desenvolvimento social e a preservação ambiental.
Kit gás	Aquisição de equipamentos de conversão de combustível para redução de despesa e melhora da qualidade do ar.
FILANTROPIA	
Cartão de afinidade Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	Cartão de crédito convencional com parte da anuidade revertida em ações para a FAS.
Cartão SOS Mata Atlântica	Cartão de crédito convencional com parte da anuidade revertida em ações para a SOS Mata Atlântica.
GESTÃO DE RECURSOS	
FIA ISE	Carteira do fundo é composta por ações de empresas comprometidas com a sustentabilidade.
FIC FIA Planeta Sustentável	Carteira do fundo é composta por ações de empresas comprometidas com a sustentabilidade.

FONTE: Bradesco

Fundação SOS Mata Atlântica e à Fundação Amazonas Sustentável (FAS). A primeira iniciativa é mais antiga, tendo sido criada em 1993, e os recursos são utilizados, principalmente, no reflorestamento de áreas degradadas, na capacitação técnica e na elaboração de novos projetos de proteção da mata. Os pouco mais de R\$ 49 milhões (sendo R\$ 2,23 milhões só em 2010) repassados a instituição até então viabilizaram o plantio de mais de 29 milhões de árvores nativas. O cartão de afinidade da Fundação Amazonas Sustentável (FAS) foi o primeiro cartão de crédito do Brasil emitido com plástico reciclável e em 2010 repassou R\$ 7,89

milhões de reais à instituição. Outros produtos destinam parte dos recursos captados a projetos sociais e ambientais: são os títulos de capitalização, apresentados em duas versões: o Pé Quente Bradesco Amazonas Sustentável, que comercializou 309.697 títulos em 2010 viabilizando o plantio de 550 mil mudas de árvores e Bradesco SOS Mata Atlântica que comercializou 530.961 títulos em 2010, viabilizando o plantio de 380 mil mudas. O Bradesco promove iniciativas de investimentos socialmente responsáveis representados por dois fundos que utilizam critérios socioambientais para: Bradesco FIC FIA Planeta Sustentável e Bradesco

Prime FIC FIA – Índice de Sustentabilidade Empresarial. O objetivo é gerar retorno aos cotistas em longo prazo, correspondendo à expectativa de que as empresas socialmente responsáveis estão mais preparadas para os desafios futuros. Embora o tema das mudanças do clima tenha sido abordado nos critérios, esses fundos são pouco representativos, conforme visto no quadro ao lado, comparado com o total gerido na área de recursos de terceiros do Bradesco, e a instituição não apresenta uma estratégia clara para incorporar os riscos e as oportunidades de mudança do clima nessa área de negócio como um todo.

Outra iniciativa de investimento é o Fundo de Investimento em Participações (FIP) por meio do qual o Bradesco possui participação em empresas, tais como a Energias Renováveis S.A (Ersa) e a Haztec, ambas com forte atuação em sustentabilidade e em energias renováveis.

ÁREA DE GESTÃO DE CRÉDITO DE CARBONO

Em 2009, o Bradesco criou uma área dentro de financiamento e produtos denominada Gestão de Crédito de Carbono. Essa área foi criada com objetivo de oferecer às empresas financiamento para a execução de projetos redutores de emissão de gases de efeito estufa, além de serviços de consultoria. Entretanto, não houve nenhuma demanda em 2010.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO FUNDOS DA BRADESCO ASSET MANAGEMENT

BRADESCO	PL (BRL MIL)	% DO TOTAL
TOTAL	192.935.600,00	-
BRADESCO PRIME FIC FIS ISE	24.527,35	1,3%
BRADESCO FIA ISE	65.833,00	3,4%
BRADESCO FIC FIA PLANETA SUSTENTÁVEL	1.885,61	0,1%

FONTE: ANBIMA (JUNHO 2011)

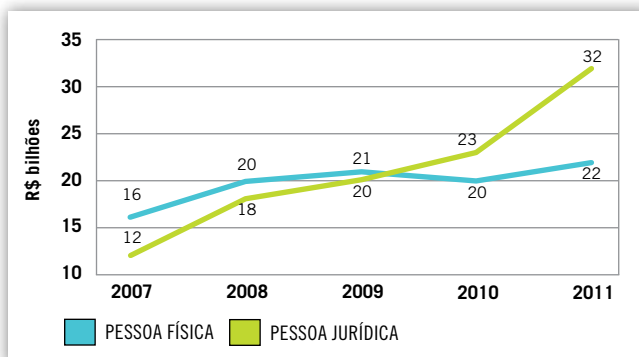


HSBC

DESTAQUES:

- **Lucro líquido no segundo trimestre de 2011 foi de R\$ 611,9 milhões**
- **6º maior banco do Brasil em ativos**
- **3ª maior marca bancária do mundo com valor de US\$ 27.632 milhões em janeiro de 2011 (Brand Finance)**
- **24,2 mil funcionários**
- **5,4 milhões clientes e mais de 400 mil empresas em todas as regiões do País**
- **7,5 mil escritórios em 87 países e territórios na Europa, Ásia e Pacífico, Américas, Oriente Médio e África**
- **Carteira de crédito atingiu R\$ 54,7 bilhões em junho de 2011**
- **Obteve o maior crescimento, em 2010, entre os bancos privados nos produtos de financiamento habitacional (48%), crédito à pessoa jurídica (37%) e crédito ao segmento de pequenas e médias empresas (48%).**

GRÁFICO 2: CARTEIRA DE CRÉDITO



O HSBC é um banco múltiplo, fundado em 1865 com sede em Londres. É uma das maiores organizações de serviços financeiros e bancários do mundo. No Brasil, o HSBC opera desde 1997 nos segmentos de varejo, *private bank*, comercial, *corporate* e *investment banking*. Oferece a seus clientes uma ampla gama de serviços financeiros: banco de varejo; financiamento de importação e exportação; gestão de caixa; serviços de tesouraria e mercados de capital; seguros e previdência; empréstimos e financiamentos; fundos de pensão e investimentos.

ESTRATÉGIA SOCIOAMBIENTAL

Uma das metas do banco é fazer com que a sustentabilidade seja parte integrante e permanente em seus negócios. A atuação do HSBC global em relação ao meio ambiente baseia-se em três eixos principais:

- O primeiro voltado ao desenvolvimento de negócios que contribuam para a sustentabilidade, com a responsabilidade na concessão de crédito;
- O segundo focado na tomada de consciência, por um público cada vez mais amplo, da importância do tema;
- O terceiro relacionado à redução e ao gerenciamento dos impactos diretos causados por suas próprias atividades.

Sua estratégia de sustentabilidade está dividida em três momentos. O primeiro focado no público interno (colaboradores

de base até a alta liderança) com o treinamento de colaboradores e iniciativas de educação para a sustentabilidade, a fim de promover uma mudança cultural. O segundo passo será levar informações para o público externo sobre os produtos e negócios sustentáveis operados. Outros stakeholders, como fornecedores, parceiros e comunidade, serão envolvidos na terceira fase do projeto. A instituição encontra-se já no fim do primeiro estágio, mas já tendo começado o segundo, com algumas iniciativas da terceira fase também já implementadas.

O tema mudança do clima é considerado estratégico para a instituição, e o financiamento para uma economia de baixo carbono foi nomeado como uma das seis prioridades para 2009 e 2010. Por isso, o lorde Nicholas Stern² foi apontado como consultor especial, trabalhando com a área de sustentabilidade do banco e o conselho. Além disso, existem atribuições claras dos responsáveis para tratar da temática dentro da instituição. Por exemplo, as áreas de Sustentabilidade Corporativa e CRE (Corporate Real Estate), Global e Local, contam com gestores exclusivos para tratar do impacto direto das operações do HSBC. Esses gestores reportam-se aos respectivos chefes de cada área que, por sua vez, se reportam diretamente a diretores-executivos. Essas áreas trabalham em parceria com outras áreas de operações como TI, head

office, procurement entre outras, buscando a redução dos impactos internos. Já na área de desenvolvimento de negócios sustentáveis, os colaboradores reportam-se ao superintendente de sustentabilidade corporativa, que por sua vez se reporta a um diretor-executivo. Além disso, a instituição possui metas globais específicas nas linhas de negócio para tratar da temática.

Em 2010, algumas atividades advindas de metas anteriores foram incorporadas, tais quais:

- Criação de um “climate business council” para discutir oportunidades advindas das mudanças climáticas para os negócios do banco, o grupo encontra-se quatro vezes por ano para alinhar a estratégia referente ao tema e direção a ser tomada do banco.
- Estabelecimento de oportunidades de investimento em energias alternativas.
- Início da revisão da área de investimentos sob a ótica da sustentabilidade.
- Revisão das políticas de crédito do setor de energia sob ótica das mudanças do clima em janeiro de 2011.
- Estabelecimento de um grupo de trabalho para analisar os riscos das mudanças climáticas. O grupo encontrou-se oito vezes durante 2010.

Para 2011, a meta principal de negócios a ser alcançada constitui-se em incluir metas comerciais nas áreas de gestão de recursos de terceiros, seguradoras, mercado de capitais e crédito.

[2] Economista britânico do Banco Mundial que liderou o estudo encomendado pelo governo britânico sobre os efeitos na economia mundial das alterações climáticas nos próximos 50 anos chamado *Stern Review: The Economics of Climate Change*

Com relação a compromissos assumidos, em 2009 o HSBC Brasil aderiu ao Protocolo Verde e também assinou o Copenhagen Communiqué, que requer a concretização de um plano ambicioso, robusto e imparcial em relação às mudanças climáticas. É a instituição mais bem classificada do setor financeiro no *ranking* do Carbon Disclosure Project (CDP), sendo a que melhor reporta suas emissões, figurando entre os 10 líderes mundiais. Outros compromissos em prol da sustentabilidade são: Climate Principles, Global Reporting Initiative (GRI), Pacto Global, Princípios para o Investimento Responsável (PRI), Princípios do Equador, Princípios Global Sullivan, Protocolo Verde e Unep Finance Initiative (Unep-FI)

COMPROMISSOS ASSUMIDOS
Carbon Disclosure Project (CDP)
Climate Principles
Global Reporting Initiative (GRI)
Pacto Global
Princípios para o Investimento Responsável (PRI)
Princípios do Equador
Princípios Global Sullivan
Protocolo Verde
Unep Finance Initiative (Unep-FI)

GESTÃO DA ECOEFICIÊNCIA

A política global do HSBC tem como prioridade a redução das emissões internas por meio de ações de ecoeficiência. As responsabilidades são atribuídas formalmente no manual operacional do grupo, contando também com um sistema internacional de monitoramento da ecoeficiência com metas específicas, incluindo um Balanced Scorecard para a área operacional do banco.

Além disto, o HSBC possui programas globais para reduzir seus impactos diretos, com um investimento programado de US\$ 90 milhões até o final de 2011. A instituição também trabalha com requisitos específicos de sustentabilidade para construção, *design* e utilização de materiais em novas propriedades.

O HSBC Brasil estabeleceu metas de redução de consumo de água e energia, de geração de resíduos e de emissão de GEE. Foca principalmente nas emissões provenientes do uso de energia e de transportes, adotando ações específicas para redução da quantidade de CO₂ emitido.

O banco elabora inventário de emissões de GEE, além de realizar auditorias externas. Ainda, a instituição tem metas mundiais de redução de emissões de carbono, sendo carbono neutro (em suas operações) desde 2005.

MULTIPLICADORES INTERNOS E ENGAJAMENTO COM PARTES INTERESSADAS

O banco possui forte foco com relação ao meio ambiente e mudanças climáticas e para isso possui um programa de criação de multiplicadores internos na organização focados nesses temas. O banco fundou a HSBC Climate Partnership que reúne parceiros no mundo todo, financia projetos, pesquisas e atividades de engajamento e conscientização sobre as mudanças climáticas. As ações do programa focam na capacitação e no engajamento de funcionários, em pesquisas sobre os efeitos das mudanças climáticas sobre a biodiversidade, em ações para preservar sistemas aquáticos e florestas, por meio de trabalhos de campo e pesquisas *in loco*. No Brasil estão sendo aplicados US\$ 10 milhões para esse fim. Em 2010, programa capacitou 96 funcionários do Brasil, chamados “*climate champions*”, que têm a missão de multiplicar seu conhecimento nas demais áreas da instituição. A meta para 2011 no Brasil é capacitar 175 “*climate champions*”.

Em 2011 esse programa terá um treinamento em campo, específico para a liderança do HSBC com o objetivo de influenciar os processos de tomada de decisão. A primeira experiência com a nova modalidade de capacitação foi realizada no final de 2010 no Centro Climático da

América do Norte, em Maryland (Estados Unidos) e envolveu um grupo de executivos do HSBC na América Latina, entre eles quatro brasileiros.

Além disso, foi realizada uma campanha interna, chamada “ser ecoeficiente”, que, entre outros temas, abordou a questão da emissão de CO₂, fornecendo ao público interno várias dicas de como reduzir sua pegada carbônica, e conceitos, tais como os impactos provenientes do excesso de CO₂ na atmosfera. Foi elaborado também um guia setorial para apoiar gestores do banco nas questões de riscos e oportunidades das mudanças climáticas.

No âmbito global, a instituição também engaja *stakeholders* externos, como fornecedores. O grupo desenvolveu políticas de compras e códigos de conduta, que estimulam seus fornecedores e parceiros a adotar práticas sustentáveis, incluindo itens específicos sobre impactos ambientais (monitoramento de emissões atmosféricas). No caso de clientes, o trabalho foca na conscientização, realizada anualmente por meio da pesquisa HSBC Climate Confidence Monitor, que monitora suas expectativas com relação às mudanças do clima. Esse trabalho é também realizado junto a comunidades locais, com foco na conscientização sobre as mudanças do clima, por meio da Eco-Schools Climate Initiative que visa atingir 1,2 milhões de alunos em 10 países.

[3] Tratado Internacional assinado em 2001 em Estocolmo, auspiciado pelo Programa das Nações Unidas pelo Meio Ambiente, para eliminar globalmente a produção e o uso de algumas das substâncias tóxicas produzidas pelo homem.

[4] Regula o comércio internacional de produtos químicos perigosos.

[5] Tratado internacional em que os países signatários se comprometem a substituir as substâncias que mostraram estar reagindo com o ozônio (O₃) na parte superior da estratosfera.

[6] Primeiro tratado intergovernamental a fornecer uma base estrutural para a cooperação internacional e ação nacional no sentido da conservação e uso sustentável dos recursos naturais, em concreto, das zonas úmidas e seus recursos.

ÁREA DE GESTÃO DE RISCO DE SUSTENTABILIDADE

Para analisar riscos éticos, sociais e ambientais nas operações de crédito, o HSBC (Global e Brasil) criou uma Área de Gestão de Risco de Sustentabilidade. A área comercial do banco aplica os critérios das Políticas Setoriais, e a Diretoria de Crédito avalia o risco de sustentabilidade das operações. Projetos de alto risco necessitam de análise adicional, executada pela Área de Risco de Sustentabilidade Global. Para isso, contam com especialistas e consultorias independentes no processo de tomada de decisão, no monitoramento do plano de ação e nas ações corretivas.

O HSBC possui diretrizes específicas para os setores de mineração e metais, indústria química, infraestrutura e barragens, florestas e produtos florestais, energia e equipamentos de defesa. As normas foram desenvolvidas a partir de padrões internacionais de boas práticas, em conjunto com clientes, associações industriais, acionistas e organizações não governamentais, e consideram as orientações de diversos acordos internacionais, como o Protocolo de Kyoto, a Convenção de Estocolmo³, a Convenção de Roterdã⁴, o Protocolo de Montreal⁵ e a Lista de Ramsar⁶, entre outros.

As medições de GEE de projetos financiados já estão previstas nos Princípios do Equador, e o HSBC solicita de seus clientes seu cumprimento. Além disso, HSBC registra na análise de risco de sustentabilidade de crédito corporativo, a existência de políticas e metas de redução

de GEE para seis setores: químico, florestal, mineração e metais, infraestrutura de água doce e energia.

Em 2007 foi fundada outra iniciativa global, o HSBC Climate Change Centre of Excellence, com o objetivo de investigar os possíveis riscos e oportunidades econômicas para os mercados financeiros advindos das mudanças climáticas. Em 2009, o centro gerou 30 relatórios.

PRODUTOS E SERVIÇOS E OUTRAS ÁREAS DE NEGÓCIO

Por meio de investimentos, empréstimos; seguros, outros produtos e serviços, o HSBC se antecipa em desempenhar um papel de liderança na transição para uma economia de baixo carbono em longo prazo.

Na área de seguros, entre os produtos oferecidos pelo HSBC Brasil que contribuem para uma economia de baixo carbono, destacam-se as apólices verdes. As ações desenvolvidas em 2010 serviram de base para um plano que pretende fazer do banco um exemplo de atuação sustentável, já se adiantando aos Princípios para Sustentabilidade em Seguros, que estão sendo desenvolvidos pela Unep-FI. Nesta nova revisão, serão mapeados novos riscos decorrentes das mudanças climáticas. No início de 2011, a HSBC Seguros passou a adotar critérios socioambientais e de governança corporativa no processo de subscrição. O trabalho iniciou em janeiro de 2011 com a carteira de clientes empresariais e pretende-se incluir clientes pessoas física até o final de 2011. Nesse

HSBC GLOBAL	
Climate Change Benchmark Index	Índice que acompanha o desempenho de setores ligados a transição para uma economia de baixo carbono.
Climate Change Fund	Fundo que investe em empresas consideradas melhor posicionadas para se beneficiar da transição para uma economia de baixo carbono.
Environmental Infrastructure Fund	Fundo de infraestrutura com foco em projetos ambientais como energias renováveis e tratamento de água e lixo. O HSBC é um investidor deste fundo.
Green & Sustainable Insurance	Plano para preparar a empresa e seus clientes para os impactos das mudanças climáticas.
Low Carbon Index	Subíndice do Climate Change Index.
HSBC BRASIL	
FI Ações SRI	Investimento em empresas reconhecidas pelas práticas socioambientais.
HSBC Performance SRI 20	Investimento em empresas reconhecidas pelas práticas socioambientais.

FONTE: HSBC

processo, a seguradora avalia se o cliente adota práticas sustentáveis e se está de acordo com a política da empresa em relação à sustentabilidade.

Foi estabelecido um relacionamento com parceiros, ONGs SPVS e WWF, que foram escolhidas para receber apoio financeiro (R\$17,5 milhões em cinco anos) da seguradora.

Além disso, o HSBC criou o Green and Sustainable Insurance Plan, no qual se compromete, em nível global, a preparar a empresa e seus clientes para os impactos das mudanças do clima.

A área de gestão de recursos de terceiros global (HSBC Global Asset Management) visa incorporar as mudanças climáticas ao seu processo decisório de investimento utilizando um *rating* de sustentabilidade desenvolvido pelo próprio banco, com uma metodologia que inclui a análise de riscos e oportunidades em três aspectos: meio ambiente (que inclui o tema das mudanças climáticas), social e governança corporativa. A área conta com uma equipe de analistas, responsáveis por avaliar as empresas sob os aspectos de

governança corporativa e responsabilidade socioambiental. O resultado da avaliação é validado por um comitê e, combinado à análise econômico financeira, serve como base para a seleção de ações das carteiras de fundos com estratégias de longo prazo. Atualmente, essa metodologia está sendo implementada para os fundos recém-criados, detalhados a seguir. No entanto, é importante ressaltar que a meta do HSBC Global é estender a avaliação de aspectos socioambientais para todos os fundos operados pelo banco até 2012.

No HSBC Brasil, os fundos FI Ações SRI e o HSBC Performance SRI 20 possuem critérios relacionados ao tema da sustentabilidade. Em 2010 o FI Ações SRI substituiu, em função da nova metodologia, o Fundo FIC ISE, que reunia empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Mercadorias, Valores e Futuros de São Paulo, e possuía um foco mais amplo: obter rentabilidade investindo em empresas que se destacam pelo compromisso com a sustentabilidade. Em julho de 2011, segundo a Anbima, o fundo tinha um patrimônio líquido de



R\$ 51,7 milhões, comparado com um patrimônio total gerido pela HSBC Asset Management no Brasil de R\$ 88,5 bilhões, ou seja, de baixa representatividade. Em 2011, o HSBC lançou uma nova carteira voltada para os investidores institucionais, o HSBC Performance SRI 20, um fundo de

renda fixa que também visa o investimento em empresas aprovadas pela metodologia do banco.

O HSBC Global também oferece produtos relacionados às mudanças do clima. Por meio do Environmental Infrastructure Fund, comprometeu-se a oferecer financiamento para energias renováveis, em parceria com uma empresa criada pelo Carbon Trust Enterprises. Em 2010 o fundo captou € 215 milhões.

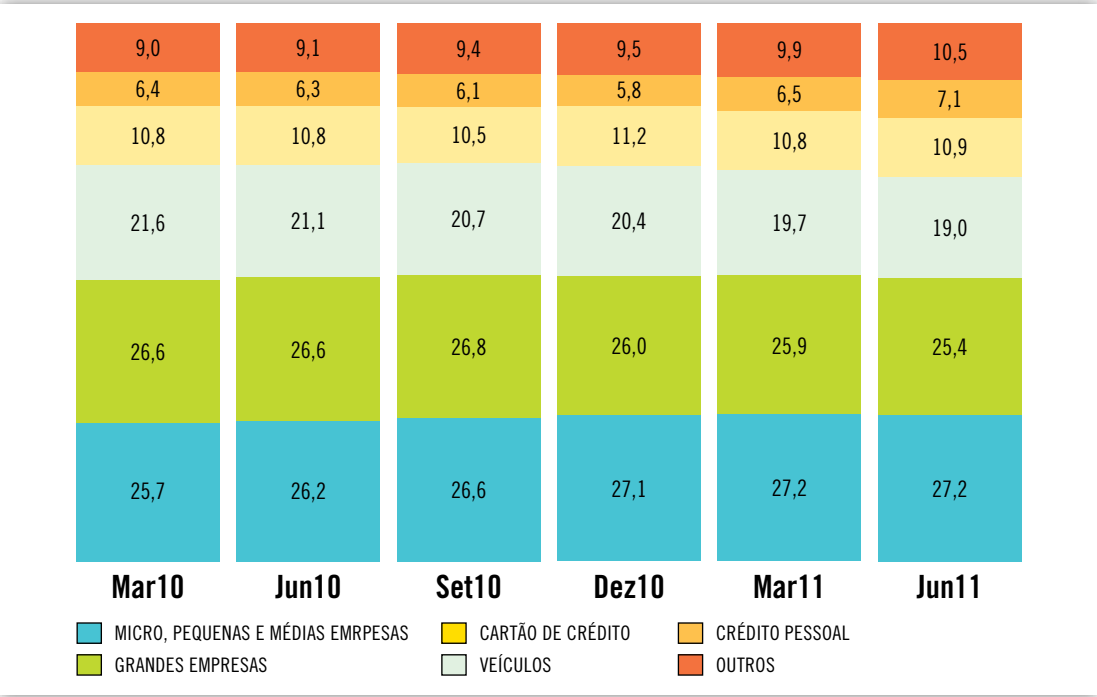
Outros produtos são o HSBC Low Carbon Index e o Climate Change Benchmark Index, que seguem o desempenho do mercado acionário de empresas globais que já lucraram com a transição para uma economia de baixo carbono. O Climate Change Index inclui organizações que geram receita de produtos e serviços para mitigação e adaptação de mudanças climáticas. Revisado quatro vezes ao ano, o índice agrega mais de 380 empresas e é usado por três dos dez maiores fundos de pensões do mundo e também pelos maiores gestores de ativos para subsidiar suas escolhas de investimento. Com forte impacto no combate às mudanças climáticas, o Fundo Climate Change Fund investe em empresas que são consideradas em melhor posição para se beneficiar do desenvolvimento de soluções para os desafios colocados pelas alterações climáticas. O patrimônio do fundo em julho de 2011 era de US\$ 35 milhões.

ITAÚ UNIBANCO

DESTAQUES:

- Lucro líquido no segundo trimestre de 2011 foi de R\$ 3,6 bilhões
- 2º maior banco do Brasil em ativos
- 108.040 funcionários no Brasil e no exterior
- Clientes: 40 milhões
- Em dezembro de 2010 seu valor de mercado era de R\$ 179,6 bilhões,
- Um dos 10 maiores bancos do mundo em valor de mercado
- Carteira de crédito atingiu R\$ 360,1 bilhões em junho de 2011

GRÁFICO 3: EVOLUÇÃO DO MIX DA CARTEIRA DE CRÉDITO



FONTE: Itaú Unibanco.

O Itaú Unibanco é um banco múltiplo com sede no Brasil, atuando há 60 anos em nível nacional e desde 2004 no exterior. Em 2008 o Itaú e o Unibanco fundiram-se e a partir da unificação das operações financeiras dessas duas instituições, o Itaú Unibanco passou a ser um dos maiores conglomerados do Hemisfério Sul, com valor de mercado entre as 20 maiores instituições financeiras do mundo.

ESTRATÉGIA SOCIOAMBIENTAL

O Itaú Unibanco coordena sua estratégia socioambiental por meio do Comitê de Sustentabilidade, composto por diretores que se reúnem a cada dois meses. As principais atribuições desse comitê são: definir as estratégias de atuação em termos de sustentabilidade; monitorar os planos de ação, indicadores e metas; dar suporte ao desenvolvimento de projetos que sensibilizam e envolvem as partes interessadas do banco em ações de sustentabilidade.

Além do Comitê, a organização conta com a Comissão de Sustentabilidade que se reúne mensalmente e é composta por superintendentes e gerentes. Tem como atribuição analisar riscos e oportunidades internas e do mercado. Também visa propor projetos, soluções e novas abordagens, além de executar os planos de ação definidos na estratégia de sustentabilidade, busca

disseminar a cultura relacionada a esse tema no banco.

O tema de mudanças climáticas é tratado sob o âmbito de oportunidades e riscos socioambientais incorporado na estratégia de sustentabilidade do banco. Sua nova política corporativa, anunciada em 2009, após a fusão, estabelece como diretriz a incorporação de aspectos relacionados a mudanças do clima. Além disso, o banco conta com um ponto focal na equipe de sustentabilidade para acompanhar o desenvolvimento do tema por área de negócio do banco. Ainda em 2010 existiu um grupo de trabalho sobre mudanças climáticas para uma melhor compreensão do tema pela instituição.

O banco está presente no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) há seis anos e no Dow Jones Sustainability Index (DJSI) há 11. É signatário do Protocolo Verde, dos Princípios do Equador, do Carbon Disclosure Project (CDP), do Pacto Global, da Unep Finance Initiative e reporta de acordo as diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI). A organização é membro da Plataforma Empresas pelo Clima (EPC) e publica seu inventário de emissões seguindo a metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol. Entretanto, ainda não estabeleceu metas absolutas de redução de GEE, apenas metas para aprimorar sua atuação no combate às mudanças climáticas, com ações de mitigação/redução em suas operações.

ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE
Dow Jones Sustainability World Index (DJSI)
Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)
COMPROMISSOS ASSUMIDOS
Carbon Disclosure Project (CDP)
Empresas pelo Clima (EPC)
Global Reporting Initiative (GRI)
Pacto Global
Princípios do Equador
Programa Brasileiro GHG Protocol
Protocolo Verde
Unep Finance Initiative (Unep-Fi)

ANÁLISE DE RISCO E CRÉDITO SOCIOAMBIENTAL

Em 2007 o Itaú Unibanco publicou a Política Setorial de Risco Socioambiental para o Crédito Pessoa Jurídica Área Empresas destinada a empresas que apresentam risco socioambiental. Essa política tem como base as diretrizes dos Princípios do Equador e em seu processo de construção contou com uma consulta a um grupo representativo dos públicos estratégicos do banco, tais como colaboradores, fornecedores, clientes, instituições concorrentes, organizações não governamentais e poder público. Para colocar em prática essa política, a instituição conta com uma equipe multidisciplinar de 14 analistas que inserem em seu processo de análise o tema das mudanças do clima, embora este não esteja explicitamente colocado na política de crédito/risco. Um ponto do processo de análise consiste na verificação da capacidade de gerenciamento dos riscos socioambientais inerentes à atividade desenvolvida pelo cliente. Critérios de mudanças climáticas também são considerados nas diretrizes setoriais de risco socioambiental do Crédito Pessoa Jurídica no segmento de médias empresas,

que contemplam metodologias específicas para determinados ramos de atividade. As diretrizes para avaliação de risco socioambiental do cliente pessoa jurídica são decididas no âmbito do comitê de risco socioambiental da organização que tem por objetivo deliberar sobre questões legais relacionadas a risco socioambiental e verificar a aderência às políticas existentes, monitorar seus controles, e planos de ação em andamento.

No que diz respeito a crédito imobiliário, o banco solicita o preenchimento de um formulário relacionado ao tema de mudanças climáticas. São também aplicados os critérios de elegibilidade sobre eficiência energética do IIC (Inter-American Investment Corporation) do qual o banco é parceiro.

GESTÃO DA ECOEFICIÊNCIA

Coleta seletiva, utilização de equipamentos mais eficientes, consumo consciente de água e energia elétrica são algumas das ações praticadas pelo banco, motivadas pelo seu respeito ao meio ambiente. Sete prédios administrativos do banco em São Paulo utilizam energia elétrica produzida a partir de decomposição orgânica.

O comitê de TI Verde visa acompanhar os avanços da área de tecnologia da informação e garantir que esse processo não se desvie da visão de sustentabilidade do banco.



ENGAJAMENTO COM PARTES INTERESSADAS

Foram realizadas algumas iniciativas visando engajar partes interessadas na temática do clima. Em 2009, foram desenvolvidas comunicações aos clientes, que abordavam o tema das mudanças climáticas, entre outros. Também são realizados encontros da série Diálogos Itaú de Sustentabilidade. Essa iniciativa constitui numa dinâmica que prevê a abertura feita por um representante do Banco Itaú Unibanco, trazendo a visão da empresa a respeito do tema. Além disso, apresenta um especialista para palestrar sobre um assunto escolhido. O formato completa-se com casos empresariais de sucesso. Participam clientes, empresários, especialistas e colaboradores, que enriquecem a discussão com suas múltiplas visões. Em 2009 foram discutidos temas como empreendedorismo, consumo consciente, planejamento financeiro, TI Verde, mudanças climáticas e o Índice Dow Jones de Sustentabilidade.

Com o intuito de conscientizar clientes sobre suas responsabilidades para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), em 2009 foi lançado o programa “Contador de Sustentabilidade” que informa o cliente pessoa jurídica, a cada contrato de câmbio assinado digitalmente, por meio do Itaú 30 Horas, a quantidade de folhas de papel poupada e a quantidade de gás carbônico (CO₂) que deixou de ser emitida na atmosfera. Desde o lançamento, mais de 5,4 milhões de folhas

de papel foram poupadas e 21.400 quilos de GEE evitados (dados: agosto/2011).

Outras ações de engajamento da instituição para com o tema de mudanças climáticas se traduzem na participação do Itaú Unibanco em diversos eventos e fóruns sobre essa temática. Em 2010, o banco participou da mesa de discussão sobre o setor financeiro e mudanças climáticas, durante a COP16 no World Climate Summit 2010, e eventos promovidos pelo Banco Interamericano sobre mercado de carbono. Em 2011, o banco participou como apoiador das oficinas de risco socioambiental e mudanças climáticas para analistas do setor financeiro no evento Sustainability Week. Uma das oficinas será oferecida para os clientes da área Empresas do banco.

PRODUTOS E SERVIÇOS E OUTRAS ÁREAS DE NEGÓCIO

O Itaú Unibanco foi uma das primeiras instituições a repassar uma linha de financiamento do BNDES de apoio a projetos que fomentam uma economia de baixo carbono, como o Programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono). O programa prevê, R\$ 3,150 bilhões para a safra 2011/2012 e é destinado a produtores

rurais e cooperativas, os quais contam com limite de financiamento de R\$ 1 milhão e taxas de juros de 5,5% ao ano. O prazo para pagamento é de 5 a 15 anos.

Para financiamentos de projetos, bens e serviços com ênfase na sustentabilidade o Itaú Unibanco oferece o produto Giro Ambiental. O banco também incentiva o financiamento para aquisição de aquecedores solares por meio do produto Aquecedor Solar (crédito para reformar). Em 2010, foram firmados 285.057 contratos realizados, um aumento significativo comparado aos 47.760 contratos firmados em 2009.

Há também a Linha Socioambiental IIC, que tem como objetivo financiar pequenas e médias empresas em *leasing* automático que adotam boas práticas de negócio de acordo com os critérios definidos pelo IIC (Inter-American Investment Corporation). Essa linha conta com US\$ 330 milhões contratados em setembro de 2011, representatividade baixa se comparada com o montante total de crédito da organização.

A MaxiConta Ambiental PJ oferece tarifas diferenciadas para empresas que se preocupam com a questão ambiental.

Na área de investimentos, dentre os produtos que incentivam a redução de emissão de gases de efeito estufa o banco

LINHA BNDES	OBJETIVO	BENEFICIÁRIOS
Programa ABC	Incentivar processos tecnológicos que neutralizam ou minimizam os efeitos dos gases de efeito estufa no campo.	Agricultores e Cooperativas

FONTE: BNDES

TIPOLOGIA DE AÇÃO	DESCRIÇÃO
GESTÃO DE RECURSOS	
FIES	Opção de investimento de longo prazo no mercado de ações focado em empresas com bom desempenho em termos de sustentabilidade tendo como <i>benchmark</i> o ISE e critérios internos.
Fundo Itaú Unibanco Índice de Carbono	Fundo de estratégia protegida vinculado a um índice de créditos de carbono BCGI Barclays Capital Global Carbon Index que mede o desempenho dos Créditos de Carbono negociados no ETS e no MDL.
Fundos Itaú Ecomudança	Possibilidade de aplicação de recursos financeiros para obtenção de retorno adicional: um ambiente sustentável. Investe 30% da taxa de administração em projetos que reduzem a emissão de gases causadores do efeito estufa.
SEGURADORA	
Itaú Unibanco Seguro de Responsabilidade Civil Ambiental	Seguro para empresas que prevê suporte tanto para eventos de poluição súbita quanto gradual, com um escopo amplo de soluções para o segurado.
LINHAS DE CRÉDITO	
Aquecedor Solar	Linha de crédito pré-aprovada que oferece condições especiais para o cliente no financiamento da aquisição de aquecedores solares.
Giro Ambiental	Financia projetos, bens e serviços com foco na sustentabilidade.
Financiamento Socioambiental IIC	Financia pequenas e médias empresas que adotam boas práticas nos negócios.
MaxiConta Ambiental PJ	Pacote de serviços que estimula o uso consciente de recursos naturais e prioriza serviços eletrônicos. Disponível para clientes empresariais, prevê a utilização de cartões em substituição a cheques. O sistema gera mensagens de alerta quando solicitada a impressão de papéis em caixas eletrônicos.

Fonte: Itaú Unibanco

disponibiliza o Fundo Itaú Unibanco Índice de Carbono. Ao aplicar nesse fundo, o investidor contribui para o desenvolvimento do mercado de crédito de carbono, que tem um papel fundamental no combate às mudanças climáticas.

Alguns fundos de investimentos com relevância para o tema, porém com foco filantrópico, são os da família Itaú Ecomudança, que revertem 30% das taxas de administração a projetos que reduzem a emissão de GEE com monitoramento técnico

por dois anos consecutivos. Existem duas modalidades: Itaú DI Ecomudança e o Itaú Renda Fixa Ecomudança. Esses produtos foram criados em 2007 e representam uma iniciativa pioneira do banco.

Existe ainda, desde 2004, o FIES (Fundo Itaú Excelência Social) que trata do tema de forma mais ampla e é um fundo que segue o desempenho do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa (ISE) e adota critérios internos para inclusão e exclusão de empresas na carteira. Parte de sua taxa de administração é investida em projetos de educação e possuem uma parceria com a Unicef.

Além dos produtos disponibilizados, a área de gestão de recursos de terceiros está desenvolvendo uma metodologia interna de análise de questões sociais, ambientais e de governança corporativa a ser incorporada em sua análise de investimento tradicional fundamentalista para todos os fundos operados pela área. O primeiro passo foi mapear os principais riscos socioambientais nos setores de maior relevância. Para melhor entender os riscos, foram analisado estudos de cada setor com visões que vão até 2050, englobando os riscos das mudanças climáticas. Foram já mapeados sete setores, e o passo seguinte será aprofundar a análise no nível das empresas, além de definir a metodologia que integrará o resultado na análise tradicional das equipes.

No setor de seguros, estão sendo desenvolvidos os princípios para seguros sustentáveis e estruturando uma equipe de trabalho para esse tema. A organização

disponibiliza o Itaú Unibanco Seguro de Responsabilidade Civil Ambiental que, além de garantias em casos de poluição súbita e acidental, protege os clientes em caso de poluição gradual. O seguro permite elaborar uma solução sob medida com relação a coberturas. É a única instituição que oferece esse tipo de produto, mas, como na área de investimentos, não adota uma estratégia central com relação ao tema, mas possui produtos isolados com pouca representatividade. Em 2010, o montante contratado foi pouco mais de R\$ 18 milhões, um aumento de R\$ 17 milhões em relação ao ano anterior.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO FUNDOS DA ITAÚ UNIBANCO ASSET MANAGEMENT

FUNDOS	PL (R\$ MIL)	% DO TOTAL
TOTAL	232.134,00	-
FUNDO ITAÚ UNIBANCO ÍNDICE DE CARBONO	170	0,07%
FUNDO ITAÚ ECOMUDANÇA	245,5	0,11%
FIES	320	0,14%

Fonte: Anbima, Itaú Unibanco (junho 2011)

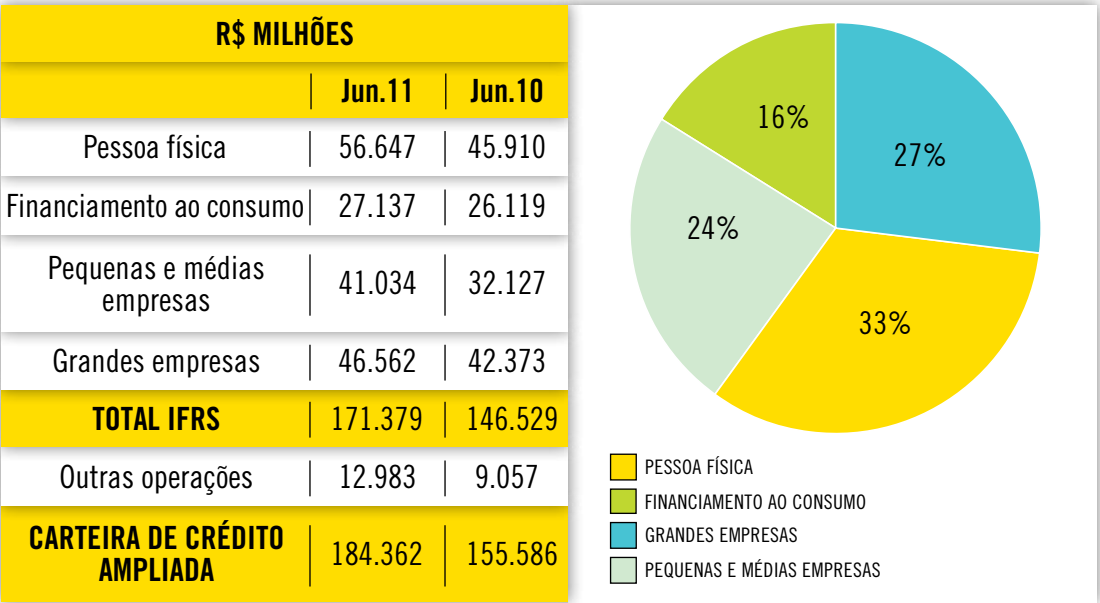


SANTANDER

DESTAQUES:

- Lucro líquido no segundo trimestre de 2011 foi de R\$ 4,2 bilhões
- 5º maior banco do Brasil em ativos
- 4ª maior marca bancária do mundo com valor de US\$ 26.150 milhões em janeiro de 2011 (Brand Finance)
- 53.361 funcionários
- 24,7 milhões de clientes no Brasil
- Operações estrategicamente concentradas nas regiões Sul e Sudeste do Brasil
- A carteira de crédito atingiu R\$ 184,4 bilhões em junho de 2011

GRÁFICO 4: CARTEIRA DE CRÉDITO HSBC



COMPROMISSOS ASSUMIDOS
Carbon Disclosure Project (CDP)
Empresas pelo Clima (EPC)
Global Reporting Initiative (GRI)
Pacto Global
Princípios do Equador
Programa Brasileiro GHG Protocol
Protocolo Verde
Unep Finance Initiative (Unep-Fi)
Declaração Internacional sobre Produção mais Limpa – ONU

O Santander Brasil é um banco múltiplo com sede na Espanha. Entrou no mercado brasileiro em 1957 por meio de um acordo operacional com um banco nacional e, a partir da década de 1990, iniciou a estratégia de aquisições, tendo forte crescimento orgânico. As ações relacionadas à sustentabilidade tomaram maior proporção a partir da aquisição do Banco Real ABN Amro em 2008, quando foram incorporadas também suas iniciativas sobre o tema.

ESTRATÉGIA SOCIOAMBIENTAL

Em 2010 o banco escolheu três temas estratégicos: Educação, Empreendedorismo e Mudanças Climáticas, para o qual foram selecionadas três frentes de atuação:

1. Negócios: desenvolver soluções financeiras que promovam mitigação e adaptação às mudanças climáticas;
2. Operações: adotar as melhores práticas de gestão para redução de emissões, envolvendo toda a cadeia produtiva;
3. Comunicação: dar conhecimento, educar e conscientizar todos os públicos do banco sobre os principais conceitos das MC, a visão do banco sobre Economia de Baixo Carbono e as práticas existentes, auxiliando cada indivíduo a reconhecer e exercer seu papel nesse novo cenário.

Diante dessa estratégia, existem diversos programas e projetos relacionados ao tema, e alguns deles estão sob supervisão de responsáveis que podem ir até o nível

hierárquico de vice-presidente da instituição. Em todos esses níveis de responsabilidade existem metas individuais que contemplam questões de sustentabilidade, incluindo aspectos climáticos. Dentre as áreas envolvidas nesses projetos estão: desenvolvimento sustentável, varejo, atacado, meios, assuntos corporativos, riscos, marca, marketing, comunicação e interatividade, e recursos humanos.

O Santander assinou diversos compromissos nacional e internacionalmente aceitos. Dentre eles: Protocolo Verde, Declaração Internacional sobre Produção mais Limpa (ONU), Pacto Global, Princípios do Equador e Unep Finance Initiative. Mais diretamente relacionado ao tema das mudanças climáticas, o banco faz parte do Programa Brasileiro GHG Protocol, elaborando inventário de emissões operacionais e da Plataforma Empresas pelo Clima (EPC). Ademais, o banco reporta suas operações de acordo com as diretrizes do Carbon Disclosure Project (CDP),

GESTÃO DA ECOFICIÊNCIA

O banco possui programas que visam a redução das emissões de GEE, dentre eles estão o “Carona Amiga” e o “Eficiência de Papel”. No programa Carona Amiga, o banco incentiva seus funcionários a

adotarem uma forma de transporte mais eficiente, reduzindo as emissões *per capita*. O programa Eficiência de Papel mapeia as emissões de extratos e faturas de cartões de crédito e estimula seus clientes a optar pelo envio eletrônico, evitando o uso do papel. Além disso, a organização aplica as melhores práticas de sustentabilidade em suas obras e prédios.

Desde 2009 a instituição estabelece metas de redução de GEE, principalmente no que diz respeito a viagens. Em 2010, foi iniciado um trabalho para o estabelecimento de metas de redução para fornecedores. Em 2011, terá início um projeto de estabelecimento de metas de redução de emissões *per capita* na instituição.

ENGAJAMENTO COM PARTES INTERESSADAS

Para compartilhar a responsabilidade sobre as emissões indiretas de GEE com fornecedores, o banco realizou, em outubro de 2010, o Fórum Setorial para Gestão de Emissões de GEE – Engajamento dos Fornecedores com o objetivo de sensibilizar este público para a adoção de um processo sistemático de elaboração de inventário, definindo critérios de mitigação de suas emissões e de adaptação.

Além disso, o banco possui alguns programas que visam a conscientização de clientes para a adoção de ações para redução de emissões GEE.

Corredor Ecológico do Vale do Paraíba

O banco desenvolve, em parceria com a Fibria, o programa “Corredor Ecológico do Vale do Paraíba”. Trata-se de um projeto de 10 anos que visa a conservação da Mata Atlântica na região do Vale do Paraíba com o plantio de mudas. Por meio dessa iniciativa, o banco espera incentivar empresas da região a aderirem ao programa e a investirem no reflorestamento de toda a área do corredor.

Santander Obra Sustentável

Programa que incentiva clientes atuantes na área de construção a adotarem práticas que aumentem a eficiência econômica, que reduzam o impacto ambiental e que favoreçam a qualidade de vida nas edificações. O Santander disponibiliza um guia de boas práticas na construção civil, aplica um questionário de risco socioambiental e realiza estudo de viabilidade do projeto e vistorias técnicas ambientais.

Forest Footprint Disclosure

Em 2010, a área de gestão de ativos (*asset management*) do Santander Brasil aderiu à iniciativa do FFD – Forest Footprint Disclosure. Lançado na Grã-Bretanha em 2009, o programa é global e tem como foco reduzir a demanda por produtos que geram desmatamento.

ÁREA DE RISCO SOCIOAMBIENTAL

A área de risco socioambiental conta

QUADRO 6: FOREST FOOTPRINT DISCLOSURE (FFD)

O Forest FootPrint Disclosure, é um projeto da Global Canopy Foundation, iniciado em 2008. A proposta do FFD é engajar as empresas do setor privado pedindo que estas divulguem sua “pegada florestal”, com base na exposição a cinco produtos básicos – soja, óleo de palma, madeira, pecuária e biocombustíveis, em suas operações ou cadeia de valor. O FFD vai além da divulgação e funciona como um catalisador para os investidores fazerem engajamento ativo com as empresas em seu portfólio de investimento.

O FFD apoia melhores práticas incluindo o uso de certificações globais para evitar desmatamento, incentiva a inovação por meio de engajamento e troca com todos os participantes, além de pesquisas e estudo de caso de boas

práticas sobre questões de desmatamento. Em junho de 2011, foram enviados pedidos de divulgação das 360 maiores empresas do mundo, questionando-as sobre sua exposição ao desmatamento. Esse pedido saiu em nome de 64 instituições financeiras, que administram ativos superiores US\$6 trilhões de dólares. Após a conclusão desse processo, cada empresa recebe um relatório detalhando seus pontos fortes e fracos em comparação com seus pares, bem como uma reunião presencial de acompanhamento. A Revisão Anual FFD descreve os principais resultados do processo de divulgação, oferece análise das respostas das empresas e fala sobre as questões atuais das *commodities* que apresentam risco para florestas no mundo inteiro.

com uma equipe multidisciplinar que incorpora o tema das mudanças climáticas em sua análise de risco, embora isso não esteja explícito em sua política de risco socioambiental. O banco conta com mecanismos de análise próprios e analisa 14 setores econômicos que têm um impacto potencial no meio ambiente. A disseminação dessas práticas de avaliação de risco socioambiental foi feita por meio de treinamentos e capacitação de mais de 600 funcionários.

PRODUTOS E SERVIÇOS

O Santander também oferece serviços e produtos relacionados ao combate às

mudanças climáticas, repassando recursos da linha de financiamento Propflora e do Moderagro do BNDES. Dentre as linhas de financiamento oferecidas pelo banco, destacam-se o “Kit Gás” e o “Financiamento para Sustentabilidade”. Essas linhas destinam-se à instalação de gás nos automóveis e englobam o financiamento de veículos, máquinas, equipamentos, projetos, obras e serviços (ex. análises laboratoriais de solo e qualidade do ar), no que diz respeito à produção e processos mais limpos, energias renováveis e eficiência energética, produtos certificados e consumo responsável. O Santander também possui duas

LINHA BNDES	OBJETIVO	BENEFICIÁRIOS
Propflora	Plantio comercial e recuperação de florestas nativas	Empresas de base florestal
Moderagro	Implantação e melhoramento de culturas de agropecuária	Produtores Rurais (PF e PJ) e Cooperativas de Produtores Rurais

FONTE: BNDES



TIPOLOGIA DE AÇÃO	DESCRIÇÃO
LINHAS DE CRÉDITO	
Financiamento para Sustentabilidade	Englobam o financiamento de veículos, máquinas, equipamentos, projetos, obras e serviços (ex. análises laboratoriais de solo e qualidade do ar), dentro dos temas abaixo: Acessibilidade; - Produção e processos mais limpos; - Energias renováveis/Eficiência energética; - Empreendedorismo e boa governança; - Produtos certificados/Consumo responsável; - Saúde e educação.
Kit Gas	Financiamento para aquisição do Kit Gás – instalação de gás nos automóveis.
Repasse IFC	Repasse de recursos para financiamentos de projetos socioambientais e de governança corporativa.
GESTÃO DE RECURSOS	
FIP Caixa Ambiental	Fundo de investimentos com foco em saneamento, tratamento de resíduos sólidos, geração de energia limpa e biodiesel. A carteira inclui participações em empresas de energia renováveis e de saneamento e serviços ambientais.
Fundo Ethical	Fundo de investimentos responsáveis em mercados emergentes.
Fundo Floresta Real	Fundo de renda fixa que assegura aos cotistas o direito a receber o valor financeiro em reais referente aos créditos de carbono equivalentes ao carbono sequestrado pelo Projeto Floresta Santander. Atualmente o fundo está fechado para novas aplicações.
InfraBrasil Fundo de Investimento em Participações	Para investimento nos setores de energia, principalmente em energias renováveis, saneamento, logística e serviços ambientais.
INICIATIVAS GLOBAIS	
Carbon Fund	Fundo de investimentos com a finalidade da aquisição de direitos de emissão.
Renewable Energy Fund	Fundo de investimento dedicado a energias renováveis.
Solar Photovoltaic Leasing	Leasing para placas solares fotovoltaicas.

FONTE: Santander

linhas de captação com o IFC (International Finance Corporation) para financiamento de projetos socioambientais, que incluem eficiência energética e energias renováveis. O montante desembolsado em 2010 foi de R\$ 144,5 milhões.

Desde 2001 o Santander oferece o Fundo Ethical, um fundo de renda variável composto por ações de companhias que apresentam boa conduta em relação a questões sociais, ambientais e de governança corporativa, além de boas perspectivas de retorno financeiro, portanto trata do tema de mudanças climáticas de forma mais ampla. No fim de julho de 2011, segundo a Anbima, o fundo contava com um patrimônio de R\$ 274 milhões enquanto o patrimônio total gerido pelo Santander Asset Management era de R\$113,8 bilhões.

Em 2008, o banco lançou o Fundo Floresta Real, um fundo de renda fixa, que além da rentabilidade, dá direito a receber um valor financeiro referente aos créditos de carbono provenientes do projeto de reflorestamento na região do Vale do Ribeira para compensação de emissões de CO₂ equivalente. Esse benefício é válido para cada R\$ 25 mil aplicados e mantidos no fundo por três anos consecutivos. Atualmente o fundo está fechado para captação, pois excedeu o limite máximo de R\$ 250 milhões. Além disso, é gestor do FIP InfraBrasil, que visa financiar projetos

em energias renováveis, logística e serviços ambientais. No fim de 2010, este fundo contava com um capital de R\$1 bilhão.

Dentre as iniciativas internacionais na área de investimentos destacam-se o Renewable Energy Fund, fundo de investimento dedicado a energias renováveis, criado em 2008, e o Carbon Fund com a finalidade de aquisição de direitos de emissão. O Solar Photovoltaic Leasing também contribui para o combate as mudanças climáticas.

ÁREA DE MERCADO DE CARBONO

O banco possui uma área destinada a Mercado de Carbono, que presta serviços de assessoria integral em todas as etapas de desenvolvimento dos projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpos (MDL), análise dos projetos dos clientes, assistência no estudo de viabilidade, no financiamento do projeto e na negociação dos créditos de carbono gerados. Em 2010, foram disponibilizados R\$ 250 milhões para investimento em projetos, e € 50 milhões para compra e monetização de créditos de carbono.

ANÁLISE COMPARADA

Os dois questionários mencionados na metodologia permitiram avaliar desde a estratégia até os produtos e serviços oferecidos pelas instituições no que tange a mudança do clima, conforme descritos nos capítulos anteriores que detalharam as iniciativas de cada banco. Para uma análise comparativa, as instituições foram pontuadas com os critérios que consideram se o tema:

- Tem abordagem muito limitada ou não é considerado;
- É abordado, porém as ações estão em desenvolvimento;
- É encaminhado internamente e existem ações estabelecidas.

Inicialmente serão apresentados os resultados agregados. A pontuação individual encontra-se no [Anexo 1](#).

De forma geral, os bancos tiveram desempenho superior no questionário 1, que aborda a visão institucional sobre o tema e as emissões operacionais, do que no questionário 2, que trata das emissões financiadas e do direcionamento da carteira.

O tema da “conscientização estratégica” é um dos mais avançados nas instituições privadas em função de suas estratégias de atuação e do fluxo de processos decisórios, mais claros do que nas instituições públicas. O tema também já é considerado estratégico em várias linhas de negócio nas instituições, sendo desenvolvidas estratégias

diferenciadas para cada linha de atuação. As ações de engajamento também estão sendo trabalhadas em todas as instituições, principalmente no que diz respeito ao público interno, especialmente relacionado à capacitação. Todavia há ainda muitas melhorias a serem feitas, como por exemplo, aumentar a transparência, a divulgação de informações e a prestação de contas, especialmente no âmbito das emissões financiadas, onde está a porção de fato significativa.

Todas as instituições analisadas elaboram inventário de emissões operacionais de GEE, estando, portanto, à frente dos bancos públicos. Todas as instituições já estabeleceram algum tipo de meta de redução de emissões operacionais de GEE, porém a maioria tratando-se de metas relativas (percentual) e não absolutas e nem todas as instituições contemplam todas as suas operações. Ainda, nenhuma delas inventaria as emissões financiadas. A ausência do inventário das emissões financiadas pode ser explicada pelo seu grau de complexidade ou pela falta de prioridade que o tema tem para as instituições.

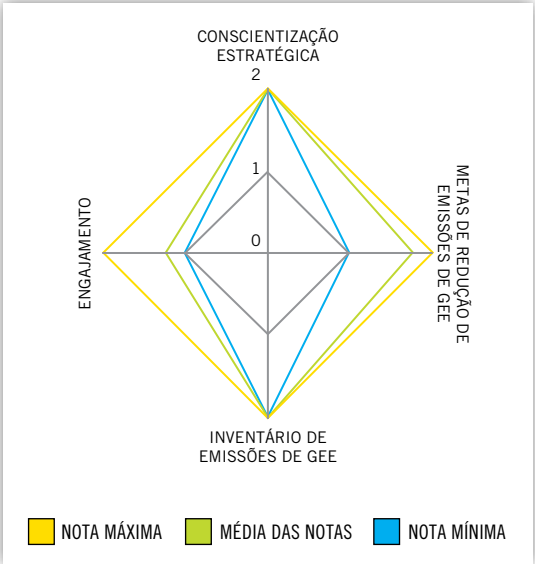
Embora a pontuação das instituições globais, como HSBC e Santander, tenha sido feita a partir de seus compromissos e atividades globais, é recomendável que as iniciativas globais permeiem toda a instituição no nível nacional também.

Em se tratando de “ferramentas e produtos”, a maioria das instituições (com exceção do HSBC global), oferecem poucos produtos e que tem pouca

representatividade na carteira das instituições.

Os gráficos a seguir ilustram a pontuação obtida pelas instituições:

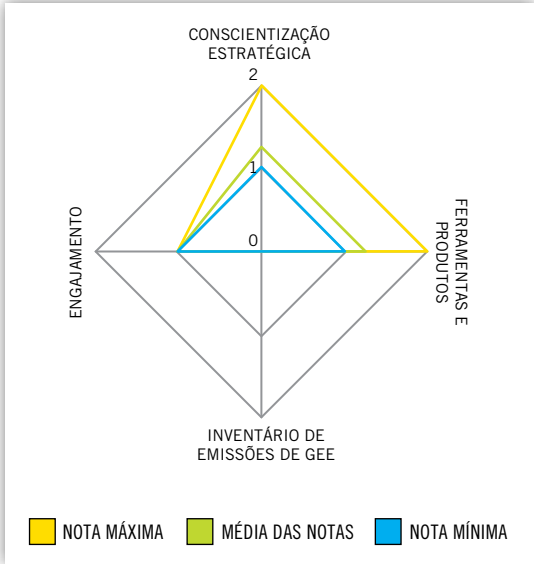
GRÁFICO 5: QUESTIONÁRIO 1: VISÃO INSTITUCIONAL E EMISSÕES OPERACIONAIS



Para que as instituições financeiras privadas atinjam uma gestão efetiva que considere a mudança do clima, serão apresentados avanços, desafios e recomendações em quatro categorias de análise, a saber:

1. Estratégia institucional
2. Mapeamento dos riscos das mudanças do clima na área de crédito

GRÁFICO 6: QUESTIONÁRIO 2: EMISSÕES FINANCIADAS E DIRECIONAMENTO DA CARTEIRA



3. Produtos e serviços
4. Outras áreas de negócio

Para cada categoria, foram levantados exemplos de referências internacionais de boas práticas, que podem servir de ilustração e melhor compreensão da temática. Vale ressaltar que as referências escolhidas se basearam novamente em iniciativas de instituições que

apresentam diretrizes para a avaliação de comprometimento e práticas com a temática do clima, conforme visto na metodologia, assim como de contribuições recebidas de especialistas no tema. Ademais, foram apontadas referências internacionais

durante o *workshop* de validação. Esses exemplos não têm como objetivo fazer um quadro exaustivo de boas práticas, mas ilustrar alguns caminhos que foram traçados. A seguir, a descrição e análise das quatro categorias.

1 ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

Um compromisso institucional efetivo com o tema das mudanças climáticas requer o comprometimento formal da alta gestão e a inclusão do tema na estratégia e políticas da instituição. Na medida em que existe um compromisso explícito, é possível induzir uma mudança verdadeira. Recomenda-se

o estabelecimento de um processo claro de tomada de decisão que se inicie na alta gestão, permeie todos os processos, chegando ao nível dos produtos que são oferecidos ao cliente. Ou seja, é necessário o estabelecimento de procedimentos formais que instituam objetivos, ações, metas e

indicadores concretos definidos a partir da estratégia e, além disso, que seja realizado um monitoramento efetivo, para acompanhar seu cumprimento. Ainda, faz-se necessária a realização de um trabalho interno nas instituições financeiras para entender com profundidade os reais impactos, sejam eles diretos sejam indiretos, para que os procedimentos adotados tenham conexão e dialoguem com a realidade. Por fim, é imprescindível garantir o envolvimento dos colaboradores, para que se sintam motivados e parte deste propósito, que permeia a organização, e para que o processo como um todo seja pautado pelos princípios da transparência e do diálogo, engajando as partes interessadas e, dessa forma, garantido confiança e legitimidade. Enquanto a questão da mudança climáticas não estiver pautada por um fluxo de decisão dessa natureza, nenhuma ação terá a necessária e urgente efetividade.

Nesse contexto, os quatro temas a serem tratados na estratégia institucional para mudanças do clima são:

- (i) **Comprometimento institucional e fluxo de processo decisório;**
- (ii) **Entendimento profundo do impacto institucional agregado;**
- (iii) **Desenvolvimento e capacitação de multiplicadores internos; e**
- (iv) **Engajamento com partes interessadas e transparência.**

COMPROMETIMENTO INSTITUCIONAL E FLUXO DE PROCESSO DECISÓRIO

Como resultado desta pesquisa, é

possível concluir que as quatro instituições já elegeram o tema da mudança do clima como estratégico pela alta gestão, ou seja, fica clara em todas as instituições a existência de um compromisso institucional. O HSBC tem entre seus conselheiros um especialista sobre o tema, *sir* Nicholas Stern, o que demonstra a seriedade com que a instituição trata do assunto. O Itaú Unibanco, o Bradesco e o Santander também declaram ter mudanças climáticas como tema prioritário em sua estratégia, sendo que o primeiro já incluiu o tema em sua política corporativa de sustentabilidade. É importante ressaltar que essa instituição preferiu tratar da temática dentro do tema da sustentabilidade, o que é interessante, pois garante uma integração do tema com outros pontos que são igualmente importantes e urgentes. Embora o foco deste estudo seja sobre mudanças climáticas, é importante notar que de nenhuma forma se recomenda tratar do tema isoladamente deixando outros pontos não contemplados. Pelo contrário, estimula-se que o tema das mudanças climáticas seja incorporado dentro de uma estratégia ampla de sustentabilidade.

Além disso, as instituições privadas já iniciaram trabalhos para avançar no comprometimento, no sentido do estabelecimento de processos que colocam em prática este compromisso. O Bradesco iniciou esse processo criando grupos de trabalho internos, com pontos focais da área de sustentabilidade, para discutir e definir seu posicionamento sobre

AVANÇOS	LACUNAS	RECOMENDAÇÕES
<ul style="list-style-type: none">➔ Comprometimento institucional formalizado➔ Envolvimento de áreas estratégicas➔ Grupos de trabalho multidisciplinares e de áreas transversais➔ Ações de engajamento, especialmente relacionado à capacitação➔ Adesão a uma metodologia comum para emissões operacionais (GHG Protocol)➔ Metodologias de relato e engajamento de partes interessadas (GRI, CDP etc.)	<ul style="list-style-type: none">➔ Baixo envolvimento da alta gestão na implementação➔ Processo claro de decisão iniciando na alta gestão, que permeie os processos, chegando ao nível dos produtos que são oferecidos ao cliente➔ Desconhecimento do impacto agregado institucional, que inclui inventário de emissões financiadas➔ Metas relativas e não absolutas➔ Demanda da sociedade civil por maior transparência especialmente para emissões financiadas	<ul style="list-style-type: none">➔ Atribuições de responsabilidade para a alta gestão no acompanhamento de uma estratégia transversal para o tema na instituição➔ Desenvolvimento de metodologia comum para cálculo de inventário de emissões financiadas➔ Estabelecimento de metas absolutas de redução de emissões operacionais e financiadas➔ Treinamento e capacitação para criação de multiplicadores internos dentro das instituições financeiras (desde a alta gestão até a força de vendas)➔ Comunicação clara e efetiva (quantitativa além de qualitativa) da estratégia e práticas da instituição financeira, especialmente relacionadas à emissões financiadas.

QUADRO 7: REFERÊNCIAS INTERNACIONAIS: COMPROMETIMENTO E FLUXO DE PROCESSO DECISÓRIO

Nedbank – Climate Change Position Statement

Dentre os bancos internacionais, vale destacar o Nedbank. O banco possui um *climate change position statement*, que consiste em uma declaração pública na qual o banco se compromete a reduzir o impacto sobre o meio ambiente em termos do uso de recursos, tais como energia, água, uso de papel e emissões de GEE. O banco fixou metas de redução baseadas nestes compromissos e no Acordo Nacional para Eficiência Energética da África do Sul, do qual a instituição é signatária.

NIBC (Nationale Investeringsbank Capital) – Política de Sustentabilidade

O NIBC reconhece que opera em um mundo complexo, onde as restrições de recursos naturais, mudanças climáticas e as necessidades, muitas

vezes conflitantes, de diferentes partes interessadas estão mudando rapidamente o ambiente de negócios global. Por esse motivo, o banco acredita que seu desempenho não pode apenas ser medido com base em desempenho econômico-financeiro, mas também ser avaliado por suas contribuições sociais e ambientais. Além disso, o banco reconhece que seu cliente pode ter um impacto sobre a sociedade e o meio ambiente na condução de suas operações de negócios diárias. Portanto, o banco possui um compromisso de incluir explicitamente critérios socioambientais, entre eles relativos às mudanças climáticas, em todos os seus negócios. Irão selecionar clientes que atendam seus padrões de sustentabilidade e rever seu compromisso com qualquer cliente ou operação em que essas normas deixaram de ser satisfeitas.

o tema. O Santander, por sua vez, também estruturou um grupo de trabalho focado em mudanças climáticas, sendo assessorado por um vice-presidente, já com algumas metas específicas estabelecidas. Ainda, o HSBC possui metas específicas por área, com pessoas da alta gestão designadas para implementar as ações que objetivam o cumprimento das metas. Ou seja, o banco conseguiu avançar do comprometimento e definir um plano de ação monitorado pela alta gestão.

É necessário que os bancos comuniquem claramente seus compromissos formais estabelecidos em políticas que sejam divulgadas ao público externo, além de indicar como seus compromissos institucionais se desdobram em objetivos, metas e ações em todas suas áreas de negócio. Além disso, é preciso haver mais procedimentos internos e sistemáticos, que permitam acompanhar as ações, monitorar seus resultados e o alcance das metas definidas previamente, e que sejam divulgados. Instituições que têm essas iniciativas de forma sistemática

e regular podem liderar esse processo, compartilhando experiências de melhores práticas em fóruns adequados. O problema não é localizado, portanto a solução não caberá somente a uma instituição, mas ao setor como um todo que, trabalhando em parceria, será capaz de trilhar um caminho bem-sucedido no fomento à economia de baixo carbono.

O **Quadro 7** exemplifica como algumas instituições financeiras internacionais têm se posicionado, assumindo compromissos com relação ao tema e como pretendem colocar em prática esses compromissos.

ENTENDIMENTO DO IMPACTO AGREGADO INSTITUCIONAL

Além do compromisso institucional e dos procedimentos a serem adotados, para que a estratégia institucional seja coerente é importante considerar a inter-relação entre todas as atividades do banco. Para que isso aconteça, é fundamental que a instituição tenha profundo conhecimento de seu impacto agregado, isto é, não apenas dos impactos de suas operações



(administrativas), mas principalmente dos impactos das operações financiadas.

Em relação ao cálculo das emissões de GEE provenientes da operação do banco, destaca-se que todas as instituições em estudo estão empenhadas e já elaboram inventários. Bradesco, Itaú Unibanco e Santander são membros do Programa Brasileiro GHG Protocol. A maioria possui metas de redução e compensação de emissões operacionais, embora ainda haja muito espaço para melhoria, dado que as metas são relativas ao faturamento do banco e não absolutas.

Vale destacar que para este setor o aspecto fundamental está relacionado aos impactos indiretos, ou seja, às emissões financiadas. Dessa forma, observa-se que há espaço para grandes avanços, uma vez que nenhum dos bancos analisados calcula as emissões advindas dos negócios do banco. Naturalmente, o fato de que essa informação não é conhecida, impede que sejam estabelecidas metas de redução para esse tipo de emissão.

Considerando que já estão sendo desenvolvidas, em nível internacional, metodologias específicas para contabilizar GEE de emissões financiadas, é recomendável que as instituições financeiras brasileiras comecem a trabalhar nessa direção. Algumas instituições financeiras internacionais já incluem em seus inventários suas emissões financiadas e, inclusive, já estabeleceram metas voluntárias de redução, conforme ilustrado no **Quadro 8**. É compreensível a dificuldade em iniciar

QUADRO 8: REFERÊNCIAS INTERNACIONAIS- METODOLOGIAS DE INVENTÁRIO DE EMISSÕES FINANCIADAS

Metodologia IFC The Carbon Emissions Estimator Tool (CEET)

Além de medir sua pegada operacional, o IFC começou a medir as emissões de GEE associadas a suas atividades de investimento direto (as atividades por meio de intermediários financeiros serão analisadas em uma segunda fase) para identificar potenciais oportunidades de mitigação, bem como avaliar o risco do negócio associado a um futuro de carbono restrito. Para esse trabalho, o IFC desenvolveu a The Carbon Emissions Estimator Tool (CEET), baseado na ferramenta desenvolvida pela Agence Française de Développement (AFD) e consistente com a metodologia GHG Protocol, amplamente utilizada. A CEET fornece uma maneira simplificada para estimar as emissões de um projeto.

Desde 2009, o IFC começou a exigir estimativas das emissões de GEE para todos os seus novos investimentos diretos. Além disso, iniciou um processo paralelo para analisar todos os investimentos em sua carteira, para melhor compreender as vantagens e desvantagens de desenvolvimento diante das emissões de GEE da sua carteira. Como próximo passo, o IFC irá desenvolver métricas de intensidade de GEE, bem como metodologias para avaliar o impacto positivo sobre as emissões associadas aos seus serviços de consultoria. Metodologias apropriadas para avaliar o impacto de seus investimentos em intermediários financeiros serão desenvolvidas na próxima fase do seu trabalho.

Metodologia WRI para Emissões Financiadas

Em 2009, o World Resources Institute (WRI), no âmbito do GHG Protocol, publicou um estudo (*Accounting for Risk: Conceptualizing a Robust Greenhouse Gas Inventory for Financial Institutions*, de Shally Venugopal, Clay Rigdon, Florence Daviet) que traz considerações para o desenvolvimento de uma metodologia para o cálculo de emissões financiadas. O estudo traz questões a respeito de objetivos, opções e desafios para instituições financeiras e partes interessadas que devem ser considerados ao se elaborar e avaliar inventários de emissões de GEE.

As instituições financeiras são atores importantes na transição para uma economia de baixo carbono, pois atuam como *market makers*, provendo capital e assessorias, afetando diretamente o crescimento ou declínio de ambas as indústrias, sujas e limpas. Por essa razão, as instituições financeiras podem gerar benefícios de ordem reputacionais e financeiros ao perseguir metas ambientais e considerar os riscos ligados às mudanças climáticas em suas atividades.

Já que as emissões relacionadas a investimentos e serviços das instituições financeiras podem representar parte significativa de seu inventário e, portanto, de seus riscos, o estudo aponta duas opções de contabilização:

■ **Utilizar uma abordagem de *equity share* para capturar emissões de investimentos proprietários relevantes.**

■ **Reportar emissões indiretas relevantes. Ou seja, as emissões provenientes de atividades empresariais, mas que ocorrem em fontes de propriedade controlada por outra entidade, relacionadas com dívida, investimentos e outros produtos da IF.**

É reconhecida a complexidade prática e conceitual na elaboração de inventários que inclui emissões provenientes de investimentos e serviços, dessa forma é importante que as instituições financeiras demonstrem claramente sua governança ambiental para as partes interessadas (por exemplo: gestão dos riscos de reputação) e informem as práticas de gestão de risco para investimentos proprietários.

O inventário, em última análise, deve facilitar resultados ambientais positivos, ou seja, a redução das emissões de GEE, e servir como estratégia de negócio. Estabelecer metas de redução de GEE bem como monitoramento e relatórios sobre os progressos é crucial para atingir objetivos ambientais e também para gerenciar riscos.

Outras metodologias de emissões financiadas

Outras metodologias existentes são:

■ **French Association ATEPF's Methodology:** focada para bancos de varejo, é uma iniciativa climática de rótulos da Association for the

Transparency and Labelling of Financial Products que menciona a intensidade de carbono das atividades financiadas pelos produtos do banco (junho 2008).

■ **Utilities Portfolio Emissions Reduction Methodology:** metodologia utilizada pelo Bank of America para sua carteira de utilidades públicas. Faz-se um cálculo das emissões de GEE, baseado em dados de várias fontes, entre elas a U.S Environmental Protection Agency e a Emissions and Resources Generation Integrated Database (eGRID).

■ **AFD Carbon Footprint:** metodologia específica para Project Finance, que representa uma ferramenta de análise simplificada desenvolvida pela French Development Agency para calcular as emissões de projetos de desenvolvimento, enfocando também a sua vulnerabilidade às mudanças climáticas. O objetivo é permitir que os gestores dos projetos financiados pela AFD analisem a quantidade de carbono e melhorem o conteúdo da análise do projeto incluindo as mudanças climáticas (janeiro de 2007).

■ **EnvImpact:** metodologia para a área de *asset management*. Inclui os escopos 1,2 e 3 do GHG Protocol que modela as emissões de GEE de empresas ao longo da cadeia de valor de seus produtos e serviços. Os investidores podem calcular a pegada de carbono de seus investimentos, criar carteiras de baixo carbono ou reduzir a intensidade de carbono das carteiras existentes. De acordo com a avaliação do Bank Track, esta metodologia é a melhor dentre as disponíveis, pois permite calcular emissões financiadas na cadeia de valor como um todo.

■ **Portfolio Carbon Footprint:** metodologia para a área de *asset management*. Trucost's Portfolio Carbon Footprint permite aos investidores avaliar a pegada de carbono de suas carteiras de investimento em relação aos *benchmarks globais*. É uma ferramenta importante para os investidores que procuram gerenciar os riscos financeiros causados pela transição para uma economia de baixo carbono, e reportar o resultado para clientes e partes interessadas (metodologia mais limitada aos escopos 1 e 2).

Estudo Milieudefensie

Também em 2009, a ONG holandesa Friends of the Earth Netherlands (Milieudefensie) em parceria com a Beco Group (empresa de recursos humanos especializada em profissionais temporários nas áreas engenharia, produção e arquitetura) publicou um estudo sobre sete metodologias existentes para cálculo de emissões financiadas: Trucost, Profundo, Platform, Utopies, CenSA, PACE e Ecofys. O estudo ressalta que essas metodologias são ainda muito recentes e que apesar de algumas mencionarem questões importantes como a “dupla contagem”, avaliação de incertezas e verificação da metodologia utilizada, nenhum dos sete métodos entra nos detalhes necessários para o cálculo preciso das emissões financiadas.

Referências Internacionais:

Metas de redução de emissões financiadas

O Bank Track destaca em seu website instituições já possuem metas para redução de emissões financiadas, a saber:

Bank of America: avalia e reporta as emissões financiadas de GEE de sua carteira de energia e utilidades públicas. Esse é um passo inicial importante, porém é necessário que seja estendido a outros setores com intensa emissão de GEE, tais como indústria, transporte e agricultura. Em 2007, o Bank of America comprometeu-se a reduzir em 7% (até 2009) as emissões de GEE financiadas de sua carteira de energia e utilidades públicas.

OPIC: United States Overseas Private Investment Corporation em 2010 se comprometeu a adotar um limite de emissões anuais para reduzir a emissão de GEE em sua carteira de projetos em 30% nos próximos 10 anos.

DEXIA: Em 2008 o banco comprometeu-se a reduzir a quantidade de CO₂ em 0,6 toneladas de CO₂/MWh, representando 3,5% ao ano a partir de 2005. Deste modo, o banco Dexia avalia de forma regular a intensidade de CO₂ de sua carteira para assegurar o cumprimento desta meta.

Todos os bancos deveriam estabelecer metas de redução anuais similares que assegurem avanços para objetivos de longo prazo de redução rigorosa.

um trabalho como esse, portanto, algumas instituições começam a mensurar suas emissões financiadas por projeto, como o IFC por exemplo. A própria medição de GEE por projeto financiado está previsto nos Princípios do Equador, portanto os signatários estão apontando para esta direção. O HSBC, por exemplo, ainda não tem metodologia própria, porém seus clientes se comprometem a apresentar as medições e metas de redução, enquanto eles fazem a verificação e monitoramento desse requisito.

Uma possibilidade seria os bancos trabalharem em parceria, por exemplo, por meio da Febraban, que tem legitimidade para assumir a liderança desse processo, garantindo a padronização da metodologia, para que possam ser feitas comparações que seriam úteis tanto para a gestão interna dessas emissões quanto para o processo de tomada de decisão. Trabalhando em conjunto, é possível também estabelecer metas de redução e trabalhar coletivamente para seu cumprimento, uma vez que parte das emissões pode advir de clientes e projetos comuns. Uma estratégia possível a ser adotada inicialmente é uma estimativa das emissões por projeto. Mesmo que ainda distante do ideal, começam a ser criadas formas de mensurar as emissões financiadas e a ser entendido o verdadeiro impacto agregado da instituição.

MULTIPLICADORES INTERNOS

Além do comprometimento e da existência de procedimentos institucionalizados, é importante que os

colaboradores estejam alinhados para que possam atuar como agentes de mudança. Para tanto, devem existir programas de capacitação internos que permitam que os agentes recebam informação e se tornem multiplicadores, dentro e fora das organizações.

O HSBC, por exemplo, possui o programa global Climate Partnership, feito em parceria com WWF, The Climate Group, Earthwatch Institute e Smithsonian Tropical Research Institute. O programa visa capacitar colaboradores e desenvolver multiplicadores dentro da instituição, para que entendam como podem atuar para combater as ameaças das mudanças climáticas. Mais informações sobre o programa estão descritos no **Quadro 9** de referências internacionais de capacitação de multiplicadores internos. É importante ressaltar que para garantir a efetividade da multiplicação do conhecimento, é importante que haja um monitoramento específico dessas ações com metas e indicadores acompanhados pela alta gestão.

As instituições pesquisadas neste estudo, exceto o HSBC, integram a Plataforma Empresas pelo Clima (EPC), participando de atividades de capacitação de lideranças empresariais no âmbito das mudanças climáticas. Por meio dessas atividades, os participantes, em geral colaboradores da área de sustentabilidade, devem refletir sobre as políticas corporativas de sua instituição, bem como nas estratégias de redução de GEE. Essa iniciativa possibilita que o colaborador, leve de volta à

QUADRO 9: REFERÊNCIAS INTERNACIONAIS - MULTIPLICADORES INTERNOS

HSBC Climate Partnership - Iniciativa global do HSBC é realizada em parceria com quatro instituições internacionais especializadas em conservação ambiental e em pesquisa científica: The Climate Group, Earthwatch Institute, Smithsonian Tropical Research Institute e World Wildlife Fund (WWF). Prevê investimentos de US\$ 100 milhões em cinco anos (2007-2011). Esse recurso custeia o desenvolvimento de projetos, pesquisas e ações de engajamento. Com a participação do HSBC, foram criados centros climáticos regionais na China, Índia, Inglaterra e Estados Unidos. Os centros são bases de pesquisa sobre mudanças climáticas e de capacitação de colaboradores em temas ambientais. O Brasil hospeda o Centro Climático Regional da América Latina, onde são capacitados colaboradores de todos os países latino-americanos com presença do banco. O HSBC Climate Partnership tem como principal objetivo inspirar pessoas, empresas e governos a combater os efeitos das mudanças climáticas, por meio tanto de ações internas quanto de iniciativas voltadas à comunidade.

Esse objetivo principal desdobra-se em quatro

objetivos específicos:

1. **Apoiar o desenvolvimento de cidades mais limpas e verdes e ajudar a divulgá-las para o mundo como modelos de gestão e inovação;**
2. **Coordenar a maior pesquisa de campo sobre os efeitos das mudanças climáticas em longo prazo e sobre seu impacto sobre as florestas em diferentes partes do mundo;**
3. **Proteger alguns dos maiores rios do mundo e as populações que vivem ao seu redor;**
4. **Capacitar colaboradores do HSBC em treinamentos on-line sobre as mudanças climáticas, proporcionando oportunidades de voluntariado ambiental e científico e de apoio à gestão dos impactos diretos e indiretos das operações, com a participação efetiva de 22 mil pessoas em 2009.**

Além de engajar seus colaboradores, o HSBC Climate Partnership também exige que os colaboradores se tornem multiplicadores em suas respectivas áreas. Ao final do programa, o colaborador deve desenvolver uma atividade ou um produto/serviço que conecte o tema da mudança do clima com as atividades do banco.

organização as questões debatidas durante os encontros, disseminando novos conceitos dentro da instituição. No entanto, para que esse processo alcance seu nível máximo de efetividade, os colaboradores capacitados devem multiplicar seu conhecimento de forma sistemática, incluindo a alta gestão da instituição, que deve estar engajada e compartilhar desse propósito.

De forma geral, as instituições devem ir além do oferecimento de programas de capacitação interna e desenvolver multiplicadores engajados, possibilitando que o conceito seja disseminado na organização como um todo, não só na área de sustentabilidade da instituição. Para que se torne realmente efetiva, a capacitação deve incluir desde a alta gestão até a equipe de vendas, que atua na ponta com o cliente, e deve estar apta a orientá-lo. Ademais, devem ter sistematizado o monitoramento

da eficácia desses programas, assim como um plano de ação pós-treinamento.

ENGAJAMENTO COM PARTES INTERESSADAS E TRANSPARÊNCIA

A estratégia institucional para mudanças do clima deve ser feita de forma transparente e incluir o diálogo com partes interessadas.

De acordo com essa pesquisa, as quatro instituições se mostram atentas às questões de engajamento com partes interessadas e transparência. Todas elas publicam anualmente relatório de sustentabilidade, desenvolvem trabalhos com Bank Track e respondem ao Carbon Disclosure Project (CDP), sendo o Santander o patrocinador do CDP no Brasil. Além disso, a participação na plataforma Empresas pelo Clima (com exceção do HSBC) é uma forma de participação e engajamento, sendo um

QUADRO 10: REFERÊNCIAS INTERNACIONAIS- ENGAJAMENTO DE PARTES INTERESSADAS E TRANSPARÊNCIA

Co-operative Bank

Em seu relatório anual, o Co-operative Bank relata claramente suas ações em sustentabilidade principalmente com foco em mudanças climáticas, desde seu planejamento estratégico, os planos de ação para as respectivas áreas, que inclui a descrição das ações, os testes de materialidade, as metas alcançadas e os desafios seguintes. Também detalha os financiamentos rejeitados por não estarem alinhados as suas estratégias, de forma qualitativa e quantitativa. Além disso, descreve todas as ações de engajamento feitas no ano pela sua área de gestão de recursos, assim como as resoluções de acionistas, cartas de engajamento, entre outras.

Também em 2009, apoiou a campanha The Wave da organização internacional Oxfam, que reuniu cerca de 20 mil pessoas no Reino Unido, dias antes da COP15, para alertar os líderes mundiais da necessidade de firmar um acordo justo e seguro para mitigar os futuros riscos das mudanças climáticas.

Também em 2009, juntou-se a WWF em uma campanha para que a divulgação de emissões de gases de efeito estufa se torne obrigatória.

Caïsse d'Epargne

Destaca-se pela transparência adotada nos produtos e serviços disponibilizados. O banco francês utiliza a French Association ATEPF's Methodology para calcular a emissão de GEE de cada produto financeiro. Desta maneira, ao adquirir um produto o cliente recebe a informação sobre sua pegada de carbono. Os elementos finais da metodologia foram publicados na internet e disponibilizados gratuitamente para uso de outros bancos.

HSBC Climate Confidence Monitor

Uma iniciativa feita com clientes que auxilia a instituição a delimitar suas estratégias. Consiste em uma pesquisa *on-line* com consumidores ao redor do mundo sobre as questões de mudança do clima que consideram mais relevantes, no âmbito nacional e internacional. Em 2010, essa pesquisa contou com a participação de 15 mil colaboradores em 15 países. A partir das respostas dos consumidores, abre-se um leque de oportunidades a ser trabalhado pela instituição.

dos objetivos fazer recomendações para a elaboração de políticas públicas para uma economia de baixo carbono no Brasil.

Existem iniciativas específicas para conscientizar clientes, como o Climate Confidence Monitor, detalhado no **Quadro 10** e o Eco Schools Climate Initiative, que realiza um trabalho de conscientização do tema em comunidades locais, ambas iniciativas do HSBC. O Itaú Unibanco realizou uma série de rodas de diálogo com a participação de especialistas no tema. Bradesco e Santander trabalharam o tema com seus fornecedores, tendo o Santander desenvolvido um programa estruturado para conscientizar e preparar os fornecedores.

No entanto é preciso melhorar a abertura de informações, especialmente sobre alguns

produtos e suas respectivas emissões, sobre os quais não existem informações detalhadas. Os bancos devem incorporar a prática de divulgar informações completas, quantitativas, sistemáticas e regulares para seus clientes, especialmente em relação às mudanças climáticas. Os relatórios de prestação de contas precisam ser mais descritivos com relação à mudança do clima, a compreensão do impacto da instituição e seus riscos.

Com relação ao engajamento com partes interessadas, devem estabelecer procedimentos sistemáticos e regulares de diálogo com a sociedade, que integrem o processo de decisão da instituição, seja na adoção de compromissos, seja no desenvolvimento de produtos e de metodologia de mensuração de impacto

dos negócios, entre outros. Esse diálogo também deve dar subsídios para uma reflexão interna, seguida de ações para aprimorar os processos.

Além das iniciativas individuais, existem as iniciativas setoriais de autorregulação, com destaque para uma no âmbito internacional e outra brasileira.

Em novembro de 2010 a United Nations Environment Programme Finance Initiative (Unep-FI), em parceria com Institutional Investors Group on Climate Change (IIGCC), Investor Network on Climate Risk (INCR) e Investor Group on Climate Change Australia/New Zealand (IGCC), e com o suporte do Principles for Responsible Investment (PRI) publicou uma declaração em que os investidores solicitam medidas de governos e instituições internacionais acerca das políticas e dos instrumentos financeiros necessários para impulsionar o investimento privado em uma economia de baixo carbono.

Contudo, é necessária a continuação dessa iniciativa. É preciso que sejam avaliados os avanços obtidos a partir das recomendações contidas na declaração, correndo o risco de perda de força. A Unep-FI tem um grupo de trabalho específico sobre mudanças climáticas, que divulga regularmente as iniciativas de engajamento setorial e, além disso, relatórios de conteúdo sobre diversos temas no contexto das mudanças do clima e do setor financeiro como REDD, adaptação, eficiência energética, energias renováveis, entre outros.

No Brasil, existem algumas iniciativas que procuram estimular os bancos a

adotar práticas relacionadas às mudanças climáticas. Uma delas é o Protocolo Verde, por meio da recém-criada Matriz de Indicadores, e a outra é o questionário do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa (ISE). Ambas abordam o tema e avaliam os bancos em relação a estratégias, políticas e práticas que podem contribuir com o combate das mudanças climáticas e seus impactos. Embora a metodologia do ISE já abordasse o tema, em 2010, foi introduzida uma nova dimensão no questionário que trata exclusivamente deste tema, dando maior destaque e relevância. Lançada em 2010, a Matriz de Indicadores do Protocolo Verde por sua vez tem questões específicas sobre o tema, incluindo a avaliação das emissões financiadas.

É importante que essas iniciativas tenham continuidade, ganhando força e espaço na agenda do setor financeiro, para que soluções sejam construídas coletivamente no âmbito setorial, para alavancar os impactos positivos e o fomento da economia de baixo carbono. No entanto, vale ressaltar que para garantir eficiência e para que iniciativas setoriais não caiam na armadilha de “muitas promessas e poucas ações”, é essencial o estabelecimento de uma governança clara, especialmente no contexto das iniciativas de autorregulação setorial, que estabeleça um processo efetivo de monitoramento das ações efetuadas e prestação de contas, garantindo às iniciativas credibilidade, efetividade e a possibilidade de se obter resultados concretos.



2 MAPEAMENTO DOS RISCOS DAS MUDANÇAS DO CLIMA NA ÁREA DE CRÉDITO

As mudanças do clima podem apresentar riscos para uma instituição financeira, seja este de natureza física, econômica, regulatória, entre outros. O ponto de partida para lidar com o tema é estar ciente da existência desses riscos, avaliá-los corretamente e estabelecer processos para sua mitigação.

As quatro instituições possuem áreas de gestão de risco socioambiental que inclui o tema mudanças climáticas, formadas por equipes multidisciplinares, capacitadas para realizar análises complexas de risco socioambiental antes da concessão de financiamentos. Todas têm políticas de crédito que se desdobram em procedimentos formais específicos. Em alguns casos esses procedimentos se

restringem a projetos de Project Finance⁷, em outros casos eles se estendem a praticamente todas as análises de crédito de pessoa jurídica. Algumas instituições possuem também políticas mais específicas, como as setoriais que levam em consideração o tema das mudanças do clima. No entanto, não é recomendável que se isole o conceito de mudanças do clima sem olhar para os outros riscos socioambientais, é preciso ter coerência tanto na análise prévia do financiamento como também no monitoramento após a liberação dos recursos para que não se criem incentivos perversos de projetos que são menos danosos no que tange as mudanças do clima, porém com impactos socioambientais perversos.

AVANÇOS	LACUNAS	RECOMENDAÇÕES
<ul style="list-style-type: none">➤ Áreas de gestão de risco socioambiental, formada por equipe multidisciplinares, capacitadas para realizar análises complexas de risco socioambiental antes da concessão de financiamentos➤ Políticas de risco socioambiental de crédito que se desdobram em procedimentos formais específicos	<ul style="list-style-type: none">➤ Entender e quantificar o risco das mudanças climáticas para uma instituição financeira<ul style="list-style-type: none">➤ Pouco entendimento e conhecimento sobre adaptação às mudanças do clima➤ Disponibilidade de informação para melhor analisar os riscos das mudanças climáticas	<ul style="list-style-type: none">➤ Aprimorar os sistemas de informação, a inclusão do risco de mudança do clima nas cláusulas contratuais e nos cálculos de ratings entre outros➤ Criar ou aprimorar centros de excelência de pesquisa aplicada com foco nos riscos das mudanças climáticas para o setor financeiro➤ Desenvolver sistemas de monitoramento dos financiamentos aprovados que permita acompanhar a evolução dos riscos

Vale ainda ressaltar a importância desses procedimentos nos grandes projetos de infraestrutura na Amazônia, uma vez que esses estão se tornando cada vez mais rotineiros e tem impactos relacionados à mudança do clima e socioambientais de grande proporção.

O **Quadro 11** traz alguns exemplos de políticas de risco socioambiental e setoriais que consideram o risco das mudanças do clima nas análises de risco/crédito. Políticas que exigem de seus clientes tetos de emissões quando em financiamentos é um exemplo de uma política objetiva e clara de mais simples implementação. É preciso também ter procedimentos específicos para que as políticas sejam efetivadas, assim como salvaguardas específicas com relação a mudanças do clima.

Além dos procedimentos a serem implementados, falta ainda uma compreensão, ao mesmo tempo ampla e profunda, do risco das mudanças climáticas para um financiamento antes de sua aprovação. É preciso primeiro compreender quais os riscos das mudanças do clima para uma instituição financeira, por exemplo, como estas podem afetar a capacidade de pagamento de seus clientes por terem sido impactados por novas regulamentações, por demandas de mercado com relação a emissões, ou mesmo fisicamente por desastres naturais resultados das mudanças do clima. Deve-se ainda considerar a possibilidade de que venham a ser responsabilizados por passivos até

hoje não mapeados, mas que serão no futuro; enfim por inúmeras razões que precisam ser mapeadas e entendidas. Isso possibilitaria aprimorar os sistemas de informação, a inclusão do risco de mudança do clima nas cláusulas contratuais e nos cálculos de *ratings*, entre outros. No entanto, é sabido o quão difícil é mensurar os riscos das mudanças do clima, principalmente por muitas vezes se tratar de riscos de longo prazo. Ainda que se trate de um tema de grande complexidade, é preciso iniciar de alguma forma a modelagem e decifragem estes riscos.

Uma possível forma de compreender melhor esses riscos, já adotada por algumas instituições (conforme o **Quadro 12**), é criar, ou desenvolver em conjunto com centros de excelência, pesquisas aplicadas com foco nos riscos das mudanças climáticas para o setor financeiro. Dentre as instituições pesquisadas, destaca-se o HSBC que conta com um centro de excelência de pesquisa no tema e já publicou 30 relatórios no último ano de diversos temas, desde riscos para setores específicos, como relacionados a tendências de mercado, oportunidades de negócios, entre outros.

Outro ponto importante que merece destaque é a falta de informações sobre o tema, que possam ser facilmente acessadas pelas instituições financeiras e utilizadas em suas análises de risco socioambiental. Observa-se não apenas a necessidade de trabalhar em conjunto com o governo, mas também a oportunidade de interagir e colaborar com organizações não

[7] Project Finance - Estruturação financeira que visa viabilizar um determinado projeto de investimento. Em algumas ocasiões é criada uma sociedade com propósito específico, que isola o projeto dos acionistas. Essa estrutura é comum para projetos de infraestrutura, em função da existência de um fluxo de receitas previsível.

QUADRO 11: REFERÊNCIAS INTERNACIONAIS- RISCO SOCIOAMBIENTAL NA ANÁLISE DE CRÉDITO/RISCO E POLÍTICAS SETORIAIS

IFC Performance Standards e mudanças climáticas

Os projetos de investimento e financiamento do IFC são norteados por sua política socioambiental, além dos oito padrões de desempenho, de diretrizes de saúde e segurança, de transparência e divulgação e de guias de uso. Nos últimos dois anos, o IFC passou por um processo de revisão de sua política e dos padrões de desempenho, tendo sido aprovado pelo conselho em 12 de maio de 2011. Essa nova versão, que entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012, contempla de forma mais explícita o tema das mudanças climáticas.

Na política de sustentabilidade geral, está explícito o compromisso com o combate às mudanças climáticas. No padrão de desempenho 3, anteriormente denominado “Prevenção e Redução da Poluição” foi renomeado para “Eficiência de Recursos e Prevenção a Poluição”, foram feitas alterações que deram destaque ao tema de mudança do clima, como o fortalecimento do foco em eficiência energética e medição de emissões de GEE. Além disso, o padrão revisado solicita mais informações sobre a emissão de CO₂ de clientes, reduzindo o limite mínimo de emissões de GEE de 100 mil para 25 mil toneladas ano a serem obrigatoriamente reportadas ao IFC. No padrão de desempenho 4, “Segurança e saúde

da comunidade”, foi incorporado a análise do risco das mudanças climáticas às comunidades de entorno, provocadas pelos projetos financiados. A questão da adaptação está prevista como aspecto básico das mudanças climáticas, nas notas de orientação dos padrões de desempenho, e que pode apresentar riscos potenciais aos clientes (tais como, chuvas intensas seguidas por risco de inundações e/ou deslizamentos de terra) e, portanto, devem ser introduzidos desde a concepção do projeto e até sua operação.

Política setoriais HSBC

Em janeiro de 2011, o HSBC lançou sua política setorial de crédito para o setor de energia. Nessa política o banco estabelece prioridade para operações que contribuem para a redução de GEE e que estejam alinhadas com a economia de baixo carbono, além de determinar um teto de intensidade de emissões para projetos de termoeletricas a serem financiadas. O banco ainda possui uma política específica para atividades de uso da terra e produtos florestais, na qual se compromete a só financiar clientes que atendam critérios de sustentabilidade no setor, como aqueles que estejam obtendo certificação independente, garantindo legalidade e manejo sustentável. Ainda, o HSBC também registra na análise de risco de sustentabilidade de crédito corporativo, a existência de políticas e metas de redução de GEE para cinco

setores: químico, florestal, mineração e metais, infraestrutura de água doce e energia.

Política setorial de energia Dexia

Dexia é um importante financiador do setor de energia. Diante do tamanho do setor e dos impactos negativos que algumas tecnologias podem causar à sociedade ao meio ambiente, o Dexia definiu uma política setorial que tem as seguintes diretrizes:

- **Apoiar o desenvolvimento da cadeia de valor de subsetores, tais como produção de energia, transporte, refino, liquefação, armazenamento, distribuição, comercialização e gestão da procura.**
- **Promover a transição energética, que consiste em mudanças na produção, transporte e uso da energia necessárias para (i) manter o nível máximo de 450 ppm de concentração de CO₂ equivalente na atmosfera até 2030, (ii) estabelecer uma relação entre preço e demanda de energia, que permita atingir um nível de oferta consistente com a necessária evolução do Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas (IDH) e (iii) reduzir a população atualmente sem acesso à energia.**
- **Minimizar o impacto ambiental da infraestrutura de energia atualmente financiada pelo Dexia, com base em tecnologias já existentes.**
- **Não violar os direitos humanos, tal como definido na Carta das Nações Unidas.**
- **Ser coerente com o conjunto de compromissos assumidos em termos de responsabilidade social corporativa tais como: Princípios do Equador, Pacto Global, Declaração sobre Mudança Climática pelo**

Setor de Serviços Financeiros (Unep-IF).

O Dexia não exclui a priori o financiamento, a realização de consultoria ou outros serviços financeiros para qualquer parte do setor de energia, desde que respeitadas as diretrizes acima e outras específicas ao subsetor.

Estudo Sustainable Asset Management (SAM): Banking and Climate Change

O estudo da SAM realizado em 2009 “Banking & Climate Change: Opportunities and Risks – An Analysis of Climate Strategies” avaliou 114 bancos de capital aberto em todo o mundo em quatro categorias: estratégia climática, redução de emissões em suas operações, incorporação do tema em seus negócios e governança climática.

Abaixo seguem alguns exemplos de boas práticas de como incorporar o risco das mudanças climáticas nos negócios:

Exemplos de boas práticas indicadas pelo SAM: ANZ, HBOS, UBS e Westpac: utilizam ferramentas de gestão de risco em financiamento e investimento que contemplam mudanças climáticas; HBOS e ANZ: inserem risco das mudanças climáticas em *rating* de cliente, *equity research* e *valuation* de companhias analisadas para investimentos. HBOS: aplicam prêmio de risco mais alto para clientes com alta exposição aos efeitos das mudanças climáticas. UBS: possuem especialistas que avaliam e integram os riscos das mudanças climáticas em *valuation* de companhias.

governamentais, que muitas vezes já têm algumas dessas informações, de interesse do setor financeiro, porém que podem não estar sistematizadas e disponíveis na forma que instituições necessitam. É preciso que haja maior articulação e um esforço conjunto poderia ajudar a solucionar a questão de acesso à informação num espaço mais curto de tempo. O Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, por exemplo, pode ser um ótimo canal para essa troca de informação, conforme mostra [Quadro 13](#).

Vale ressaltar ainda a necessidade entender e ampliar o conhecimento sobre a adaptação às mudanças do clima, por

meio da realização de estudos e trabalhos. Conforme os resultados do estudo “Financiamentos Públicos e Mudanças do Clima” ([Quadro 4](#)), até o presente momento as instituições financeiras tem claramente focado nas ações de mitigação deixando de lado as de adaptação. Se ainda estamos descobrindo os caminhos para mitigar as mudanças climáticas e os riscos correlacionados, é preciso avançar ainda mais na compreensão dos riscos da adaptação para o país. Por isso, vale destacar a importância de esses centros de excelência também focarem esse tema, inclusive em conjunto com as instituições

financeiras, públicas ou privadas, e também com órgãos do governo que vêm iniciando trabalhos nessa frente, como é o exemplo de um dos focos do Fundo Clima ([Quadro 3](#)) ou do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas ([Quadro 13](#)). Uma possível forma de iniciar esse trabalho seria buscar compreender inicialmente o risco de eventos extremos e vulnerabilidades das mudanças do clima para depois focar no entendimento dos riscos de mais longo prazo que tem uma dinâmica mais difícil de modelar. É um caminho complexo, porém possível de ser percorrido. O grupo de trabalho de mudanças

climáticas da Unep-FI tem dado especial atenção à adaptação, conforme mostra estudo publicado em janeiro de 2011 detalhado no [Quadro 14](#). Por fim, e igualmente necessário, é investir em um sistema de monitoramento dos financiamentos aprovados, que permite acompanhar a evolução dos riscos. Algumas das instituições pesquisadas, em suas equipes multidisciplinares de risco socioambiental, já possuem áreas que se dedicam a este monitoramento, porém do ponto de vista setorial ainda há muito espaço para avanços. Esse tema será abordado com mais detalhes na próxima sessão.

QUADRO 12: REFERÊNCIAS INTERNACIONAIS – CENTROS DE EXCELÊNCIA PARA MENSURAR RISCOS E OPORTUNIDADES

<p>HSBC Center of Excellence on Climate Change</p> <p>Criado em 2007, investiga os riscos econômicos e possíveis oportunidades advindos das mudanças climáticas para o mercado financeiro. Seu objetivo é avaliar as implicações das mudanças climáticas para o Grupo HSBC, sua divisão Global Research e outras unidades de negócio. Com uma equipe de especialistas baseados inicialmente em Bangalore, o centro funciona como um catalisador para estimular o aumento da compreensão das dimensões científica, regulatórias e econômicas da mudança climática. Trabalha em estreita colaboração com os líderes do HSBC Global Research e analistas.</p>	<p>quanto aos seus clientes, fornecendo análise de riscos, investimentos e seguros. É responsável pela formulação e implementação da estratégia de mudança climática e representa o Grupo Allianz em diálogos e parcerias nacionais e internacionais sobre mudanças climáticas, incluindo a Unep-FI e outros organismos internacionais. O ACS fornece serviços de perícia e consultoria para diversas empresas Allianz sobre energias renováveis, tecnologias limpas e mercados de carbono, em nível de país, empresa e projeto. Além disso, o centro incentiva e coordena a integração das questões ambientais e de mudanças climáticas aos critérios relacionados com o negócio operacional do Grupo Allianz, apoiando o desenvolvimento de novos produtos e soluções verde para mercados em crescimento.</p>
<p>Deutsche Bank Climate Change Investment Research (DB Climate Change Advisors)</p> <p>Para melhorar sua posição de liderança, foi criado recentemente o DB Climate Change Advisors (DBCCA), um centro de pesquisa em Nova York e Londres que possui uma equipe especializada nos temas específicos das mudanças climáticas.</p>	<p>Rabobank Clean Tech Research Desk (CTR)</p> <p>O principal foco do CTR é fornecer pesquisa em tecnologia limpa nos seguintes setores: biocombustíveis, eólica, energia solar, carbono, energia geotérmica, biomassa e água. Atualmente, a equipe consiste de cerca de cinco pessoas dedicadas e opera em conjunto com os demais analistas do Rabobank, que conta com quase 80 profissionais na área de agronegócio.</p>
<p>Allianz Center of Competence for Climate Change</p> <p>O grupo Allianz possui um centro dedicado às mudanças climáticas, o Allianz Climate Solutions (ACS) que serve tanto às unidades da Allianz</p>	

QUADRO 13: PBMC – PAINEL BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

<p>O PBMC foi estabelecido no mesmo molde do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC em inglês) e tem como objetivo reunir, sintetizar e avaliar informações científicas sobre os aspectos relevantes das mudanças climáticas no Brasil. As informações disponibilizadas possuem base na avaliação integrada do conhecimento técnico-científico produzido no Brasil ou no exterior, sobre causas, efeitos e projeções relacionadas aos impactos das mudanças do clima. Essas informações são divulgadas por meio da elaboração e publicação periódica de Relatórios de Avaliação Nacional, Relatórios Técnicos, Sumários para Tomadores de Decisão sobre Mudanças Climáticas e Relatórios Especiais sobre temas específicos.</p> <p>O Painel é estruturado em Plenária, Conselho Diretor, Comitê Científico, Secretaria-Executiva, Grupos de Trabalho 1, 2 e 3, Força Tarefa em Metodologias de Inventários de Emissões de Gases de Efeito Estufa e Unidades de Apoio Técnico.</p> <ul style="list-style-type: none">■ Grupo de Trabalho 1 – Base Científica das Mudanças Climáticas■ Grupo de Trabalho 2 – Impactos, Vulnerabilidades e Adaptação■ Grupo de Trabalho 3 – Mitigação das Mudanças Climáticas■ Força Tarefa – Metodologias de inventários de gases de efeito estufa

QUADRO 14: REFERÊNCIAS INTERNACIONAIS – ESTUDO UNEP-FI ADVANCING ADAPTATION THROUGH CLIMATE INFORMATION SERVICES

<p>O estudo da Unep-FI lançado em junho de 2011, <i>Advancing Adaptation Through Climate Information Services: Results of a Global Survey on the Information Requirements of the Financial Sector</i>, fala da necessidade que o setor financeiro tem de conseguir informação dos riscos diretos dos impactos das mudanças climáticas. Mitigação hoje em dia é uma prioridade, portanto esse estudo visa focar em como subsidiar as estratégias de adaptação a mudança do clima para o setor financeiro. Para tanto, foi feita uma pesquisa com 60 prestadores de serviços financeiros, por meio de uma pesquisa realizada pela Unep Finance Initiative e a Sustainable Business Institute (SBI), na Alemanha.</p> <p>Foi constatado que para gerenciar os riscos climáticos que podem vir a afetar suas carteiras de negócios, é necessário mais informações. Isso inclui previsões, análises e interpretações. A seguir algumas das principais resultados:</p> <ul style="list-style-type: none">■ A maioria dos participantes da pesquisa espera que os riscos relacionados à mudança climática sejam mais relevantes no futuro para o setor financeiro.	<ul style="list-style-type: none">■ Menos da metade dos entrevistados sente-se suficientemente bem informada, e um terço se sente "suficientemente informado" sobre o tema.■ As informações disponíveis não são suficientemente confiáveis para muitos dos propósitos do setor financeiro e os disponíveis não são de fácil entendimento.■ Os resultados da pesquisa mostram uma grande diferença na qualidade e quantidade de informação para os diferentes continentes.■ A maioria dos participantes da pesquisa está disposta a cooperar com os provedores de dados, institutos de pesquisa e outros parceiros sobre o desenvolvimento de diferentes tipos de informação.■ O interesse das seguradoras e resseguradoras é superior à média, pois são mais diretamente afetadas e precisam com urgência identificar e quantificar os riscos das mudanças climáticas. <p>A partir dos resultados do estudo pode-se supor que o conhecimento do clima é um fator emergente em concorrência e de sucesso dentro do setor financeiro.</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

3 PRODUTOS E SERVIÇOS

Para avançar efetivamente nesse tema é importante mudar a compreensão de que as consequências das mudanças do clima geram apenas riscos para as instituições financeiras. Existe, além dos riscos, uma série de oportunidades de negócios que podem ser usufruídas pelas instituições financeiras, ao mesmo tempo em que ajudam a fomentar a economia de baixo carbono. Muitos de seus clientes terão de se adaptar a novas realidades. Por exemplo, um cliente que hoje busca financiamento para plantio de cana em sua fazenda, em alguns anos poderá ter de se adaptar para uma nova realidade onde ele terá de se reinventar e investir em outro plantio, pois o clima pode ter alterado as condições necessárias para aquele tipo de atividade. Esse é um exemplo claro de adaptação, e a instituição financeira

pode estar presente nessa transição, desde que consiga entender como esta se dará. O primeiro passo para garantir uma relação de benefícios mútuos é entender e saber identificar onde podem aparecer essas oportunidades, o que pode ser feito por meio dos centros de excelência em conhecimento, conforme mencionado no [Quadro 12](#), além de oferecer produtos e serviços desenhados para esse fim e oferecidos de forma efetiva.

Inicialmente deve-se considerar que a maioria das instituições analisadas neste estudo repassa linhas específicas do BNDES que visam o estímulo a uma economia de baixo carbono. No entanto chama atenção a baixa utilização dessas linhas, especialmente quando comparada à utilização pelos bancos públicos.

Todas as instituições disponibilizam

AVANÇOS	LACUNAS	RECOMENDAÇÕES
<ul style="list-style-type: none">➔ Repasse de linhas específicas do BNDES que visam o estímulo a uma economia de baixo carbono➔ As instituições oferecem produtos próprios que têm adicionalidade socioambiental e trazem relação com as mudanças climáticas em diversas áreas de negócios	<ul style="list-style-type: none">➔ Baixa utilização das linhas específicas do BNDES➔ Produtos possuem baixa representatividade quando comparados com o montante total de produtos e serviços oferecidos pela instituição➔ Inexistência de produtos destinados à adaptação às mudanças do clima (se existem não são rotulados dessa forma)➔ Monitoramento dos resultados	<ul style="list-style-type: none">➔ Garantir maior efetividade dos produtos e serviços voltados para uma economia de baixo carbono➔ Reavaliar os produtos menos atraentes, criar incentivos para os clientes e capacitar a equipe de vendas➔ Aprimorar os sistemas que ajudam a simplificar os processos de liberação de crédito em conjunto com outras instituições➔ Desenvolver produtos para a adaptação às mudanças climáticas➔ Realizar o monitoramento e rastreamento de efetividade dos produtos e serviços específicos às mudanças climáticas

produtos em diversas áreas de negócios, conforme descrito em seus respectivos capítulos. Apenas para ilustrar, o HSBC oferece uma série de produtos na área de gestão de recursos de terceiros e seguros, a maioria no âmbito global. O Santander oferece fundos de capital fechado com foco em energias renováveis e serviços ambientais, bem como algumas linhas de financiamento e programas específicos. O Itaú Unibanco, por sua vez, disponibiliza fundos de investimento filantrópico, que reverte parte da taxa de administração a projetos para combater mudanças climáticas. O Bradesco também disponibiliza algumas linhas específicas, além de alguns serviços relacionados à filantropia como o cartão SOS Mata Atlântica.

No entanto, esses produtos e serviços, que possuem alguma relação com a mudança do clima, ainda têm muito baixa representatividade quando comparada com a gama total de produtos e serviços em geral e, principalmente, quando comparada com as instituições financeiras públicas.

Vale ainda destacar que, no âmbito de financiamento privado, não existem produtos rotulados que contribuem para adaptação às mudanças climáticas. Embora, de acordo com as instituições financeiras, já existam produtos que ajudam os clientes expostos à vulnerabilidades devidas a eventos extremos, estes ainda não são

identificados desta forma por uma série de motivos, entre eles: **(i)** os produtos rotulados com características socioambientais não têm flexibilidade, já produtos tradicionais podem trazer ou não adicionalidades socioambientais, **(ii)** produtos rotulados podem trazer maiores riscos reputacionais do que produtos tradicionais, **(iii)** rastrear e monitorar as adicionalidades de produtos socioambientais acarreta em grandes custos, portanto somente alguns produtos são rastreados. Entendendo as restrições que podem dificultar a implementação de todas recomendações apresentadas no curto prazo, sugere-se iniciar esse caminho complexo em parceria com outras instituições financeiras que possam garantir maior efetividade dos produtos e serviços voltados para a economia de baixo carbono.

Algumas recomendações aqui foram também feitas aos bancos públicos no primeiro volume deste estudo. Uma delas é a necessidade de simplificar os processos relativos aos produtos, reavaliar os menos atraentes, analisar cuidadosamente sua viabilidade, e, acima de tudo, capacitar as equipes de vendas. Uma sugestão seria que os bancos trabalhassem em parceria com a Febraban e governo para aprimorar os sistemas de informação que ajudem a simplificar os processos de liberação de crédito, conforme descrito na sessão . Com sistemas únicos de informação sobre

clientes para o País todo, produtos podem ser liberados com mais facilidade.

É fundamental que as instituições forneçam aos seus colaboradores os incentivos corretos para que estes se empenhem em vender os produtos com adicionalidades socioambientais aos clientes e oferecer benefícios econômicos reais, de modo a estimular o cliente a adquirir os produtos. Os bancos devem também divulgar corretamente seus produtos e incentivar seus clientes a adquirir esses produtos “verdes”, enfatizando suas vantagens em comparação aos produtos tradicionais.

Outro aspecto crucial a ser trabalhado pelos bancos é o monitoramento da efetividade desses produtos e serviços específicos. Sem esse rastreamento, é inviável saber se o resultado esperado foi atingido, pois não há como aferir sua adicionalidade socioambiental. Sugere-se que os bancos invistam no monitoramento desses produtos, considerando a respectiva cadeia de valor. É sabido que esses processos não são de fácil implementação e implicam em custos adicionais para as instituições, dessa forma recomenda-se a realização de uma iniciativa conjunta, que envolva órgãos de classe, governo e instituições financeiras públicas. Além dos processos internos, como a verificação documental, esse monitoramento requer a realização de visitas de campo para verificar na prática o que se propõe na teoria. Apenas dessa forma, será possível desenvolver um sistema de monitoramento

que de fato consiga mensurar as adicionalidades socioambientais e se estas estão atingindo todos os elos da cadeia de valor.

Sugere-se fortemente que os bancos desenvolvam ou aprimorem também produtos que visem a adaptação às mudanças do clima. Não apenas aqueles voltados à reconstrução após eventos extremos, mas também aqueles que identifiquem as vulnerabilidades e as oportunidades de longo prazo de clientes que irão necessariamente passar por transições e adaptações em função das mudanças do clima. Produtos de adaptação podem ser desenvolvidos e oferecidos em parceria com bancos públicos, com repasses do BNDES e também a participação do governo, para garantir maior representatividade e redução do risco de inadimplência.

O **Quadro 15** tem o objetivo de ilustrar boas práticas internacionais de diferentes produtos e serviços existentes com foco em mudanças climáticas assim como estudos que falam sobre boas práticas de instituições financeiras na criação de soluções para financiar eficiência energética, energias renováveis, entre outros temas relacionados a mudanças do clima. Considerando a dificuldade em garantir representatividade dos produtos, talvez uma forma mais simples de se iniciar o trabalho seria focar a revisão nos produtos de maior demanda e facilidade de implementação como projetos de eficiência energética e adaptação a eventos extremos.

QUADRO 15: REFERÊNCIAS INTERNACIONAIS- PRODUTOS E SERVIÇOS

Co-operative Bank

Possui uma unidade chamada de Social Banking Unit, dedicada a ajudar organizações que visam transformações sociais, econômicas e ambientais. Uma das estratégias desta unidade é o financiamento de projetos de energias renováveis e de redução de GEE. A unidade estabelece metas anuais para financiar energias renováveis.

Produtos da Allianz

O grupo desenvolveu mais de 70 produtos e serviços que ajudam a combater as mudanças climáticas ou levam em conta seus impactos. Hoje, os “produtos e serviços verdes” da Allianz atendem clientes individuais ou corporativos em todo o mundo e incluem seguros, gestão de ativos e outras soluções específicas. Abaixo alguns dos produtos oferecidos:

- Seguro de automóveis: os produtos variam desde seguros com desconto para carros híbridos, para indivíduos que usam o carro com baixa frequência ou usam transporte público, até soluções mais sofisticadas, nas quais os clientes podem optar por compensar suas emissões na compra de seguro ou trocar por carros híbridos após a ocorrência de sinistro;
- Seguro de propriedade: fornece cobertura especial para o uso energias renováveis ou tecnologias verdes em construções;
- Seguro de responsabilidade ambiental de poluição: solução especial para clientes industriais, alguns produtos cobrem empresas ou fazendeiros contra eventos climáticos;
- Gestão de ativos: oferecem fundos que investem em energias renováveis, água ou empresas de tecnologia sustentáveis;
- Outras soluções: financiamento de equipamentos de energias renováveis, emissão de títulos pela Allianz Re para catástrofes naturais, programa de seguro de redução de carbono.

Produtos do Dexia

Pioneiro no desenvolvimento de soluções inovadoras de financiamento para melhorar o desempenho energético de edifícios, o Dexia tem como objetivo orientar seus clientes em seus projetos

e adicionar valor, fornecendo uma gama de produtos e serviços adequados e fazendo a ponte entre as questões técnicas e financeiras.

O banco oferece aos seus clientes soluções rentáveis para o financiamento de seus projetos que visam melhorar eficiência energética de suas casas. Tanto na Bélgica como em Luxemburgo, o Dexia tem oferecido empréstimos a taxas preferenciais destinados a financiar projetos que, além de reduzir seus impactos ambientais e gastos com energia, dão acesso a benefícios fiscais ou subvenções do Estado.

Housing Eco-credit /Green housing loan –

Empréstimos a taxas reduzidas para a realização de auditorias energéticas ou financiamento de projetos de eficiência energética realizada por uma empresa credenciada. O Dexia oferece duas formas de empréstimo: uma parcela do empréstimo (Habitação Eco-crédito) e um empréstimo hipotecário (Green crédito para habitação).

Immoplus Green – Empréstimo a uma taxa preferencial variável para financiamento da habitação que possua eficiência energética.

Na Bélgica, o Dexia Bank tem oferecido produtos desde 2007 que lhe permite orientar o setor empresarial e público na implementação de projetos para a produção de energia renovável, por meio do financiamento das obras. Como parte desta oferta, os clientes também podem se beneficiar da cobertura do seguro fotovoltaico – Dexia Insurance Belgium – um produto que ganhou o Decavi Innovation Trophy em 2010.

Estudo Unep-FI: Energy Efficiency and the Finance Sector

Publicada em 2009, a pesquisa realizada pela Unep-FI, *Energy Efficiency And The Finance Sector: A Survey On Lending Activities And Policy Issues – A Report Commissioned By Unep Finance Initiative’s Climate Change Working Group*, visa identificar as atividades atuais do setor financeiro relacionados à eficiência energética assim como um levantamento do que o setor financeiro acha da questão. O estudo visa compreender melhor os principais avanços, desafios e recomendações para que o setor financeiro avance nesse sentido. A pesquisa explorou:

- Como os motivadores externos para reduzir o uso de energia estão impactando as atividades de crédito;
 - Questões específicas de financiamento para a eficiência energética;
 - Papel do governo no desenvolvimento deste mercado;
 - Outras questões relevantes para a evolução do financiamento e investimento de eficiência energética.
- Os principais resultados encontrados foram:
- Instituições financeiras públicas estão liderando os esforços para o desenvolvimento de instrumentos de financiamento e de atividades de eficiência energética. Isso acontece especificamente em função do mandato do governo e recursos que permitem esse tipo de investimentos com condições diferenciadas;
 - O setor financeiro privado está interessado em eficiência energética, porém ainda tem dificuldade em obter escala para que esse investimento seja comercialmente atrativo. O estudo aponta uma exceção, nos EUA, onde regulamentações estaduais e federais têm proporcionado condições favoráveis a esse tipo de investimento;
 - Métodos inovadores de financiamento estão sendo desenvolvidos em todos os âmbitos.

O estudo aponta também algumas práticas adotadas por instituições financeiras internacionais, como por exemplo:

- Bofa: Em 2007, a instituição anunciou investimento de US\$ 20 bilhões, que inclui investimentos em eficiência energética e energias renováveis.
- Dexia: Em 2006, 58% de seus projetos de energia eram relacionados com energias renováveis.
- Fortis: Programa de energias renováveis com € 500 milhões. Projetos em eficiência energética ainda têm que ser desenvolvidos.
- Mizuho: Foco mais em energias renováveis do que eficiência energética.
- Nedbank: Programas de financiamento específicos para eficiência energética.
- YES Bank: Programa de empréstimos específicos para eficiência energética, e construindo e levantando US\$ 300 milhões através de um fundo fechado.

Além disso, o estudo aponta alguns motivadores internos e externos para o crescimento de financiamento para eficiência energética como: preços altos e escassez de energia, preocupação com mudanças climáticas que gera um aumento de

demanda por eficiência energética, assim como a preocupação interna das instituições financeiras em incorporar sustentabilidade em suas estratégias. O estudo ainda aponta desafios para implementação de serviços financeiros para eficiência energética. São feitas algumas recomendações para instituições financeiras e governo.

As principais recomendações para instituições financeiras são:

- Reconhecer explicitamente a importância de eficiência energética no nível de conselho.
- Formular um mandato estabelecendo recursos para eficiência energética internamente desde as áreas operacionais até a formulação de produtos.
- Criar oportunidade para instituições financeiras trabalharem juntas no desenvolvimento de padrões de referência de tecnologia, a fim de facilitar o financiamento e a transferência de tecnologia.

Estudo Sustainable Asset Management: Investimento em private equity e cleantech

O estudo da SAM realizado em 2010, *Cleantech Private Equity – Past Present and Future*, visa trazer uma visão das oportunidades de investimentos em tecnologia limpa para o setor de private equity nos próximos anos. O estudo começa definindo o que é tecnologia limpa e as principais motivações de investimento para os diferentes tipos de tecnologia limpa. Depois explica os diferentes tipos de financiamento privado, bem como formas de saída deste tipo de investimento. O estudo também descreve sua visão de crescimento em mercado de capitais a respeito de investimentos como energia eólica, solar fotovoltaica, veículos elétricos, edifícios sustentáveis e smart grid.

As principais conclusões do estudo são: (i) existe uma forte e crescente demanda global por soluções de tecnologia limpa, (ii) investimentos de private equity em cleantech já atingiram 9% dos investimentos globais e (iii) deve continuar crescendo.

Alguns números a destacar são:

- Investimentos em Venture Capital desde 2000 totalizaram US\$ 22 bilhões, concentrados na América do Norte.
- Investimentos em Development Capital e buyout investments desde 2000 totalizaram US\$ 29 bilhões, concentrando-se na América do Norte e Europa



Ocidental.

■ **Investimentos em renda variável desde 2000** totalizaram US\$ 379 bilhões e concentraram-se na Europa Ocidental e no resto do mundo.

■ **Foram realizados 274 IPOs entre 2000 e 2009**, totalizando US\$ 35 bilhões, 57% realizado no último trimestre de 2009.

■ **613 fusões e aquisições totalizando US\$ 57,5 bilhões.**

■ **244 fundos de investimento em tecnologia limpa** totalizando aproximadamente US\$ 34 bilhões.

Estudo SAM: Banking and Climate Change

O estudo da SAM realizado em 2009, *Banking & Climate Change: Opportunities and Risks – An Analysis of Climate Strategies*, 114 instituições foram analisadas em quatro categorias, uma delas sendo produtos e serviços.

Exemplos de boas práticas indicados

pelo SAM em produtos e serviços:

Dexia: serviços públicos de baixo carbono

Transporte público e eficiência energética foram o centro de suas ações junto a autoridades locais, incluindo reposição de frotas de ônibus e estruturação de financiamentos para especiais, bem

como apoio à eficiência energética dos edifícios e unidades de serviços públicos;

Fortis: carbono

Banco de carbono e *start green* (venture capital em segmentos de menor impacto) e incorporação do carbono em modelos de fluxos de caixa futuros de finanças de projetos.

ANZ, Westpac e outros bancos: carbono agrícola

Projetos em agricultura de baixo carbono.

Sumitomo Trust & Banking: a propriedade e mudança climática

Com atenção em investimentos imobiliários oferece consultoria que abrange temas como energia, paisagismo e construção de expansão de ciclos de vida, desenvolvendo um sistema de reciclagem.

Banco Espírito Santo: Luso Carbon Fund

Investe em projetos de eficiência energética, energias renováveis, gestão e tratamento de resíduos, florestamento e reflorestamento.

Co-operative Bank

Definiu mudança do clima como tema estratégico e estabeleceu compensações equivalentes a 1 tonelada de dióxido de carbono (CO₂) para cada automóvel financiado.

4 OUTRAS ÁREAS DE NEGÓCIO

É essencial que a prática de considerar o tema das mudanças climáticas, que se iniciou na área de crédito, se expanda e permeie a instituição como um todo, por meio da adoção de políticas e procedimentos nas demais áreas, tais como gestão de recursos, *private equity*, investimentos, novos negócios como mercado de carbono, entre outras, seja para mitigar riscos ou capturar oportunidades. Embora o foco seja a incorporação das mudanças climáticas nos financiamentos

e as outras áreas sejam trabalhadas no segundo plano, é imprescindível priorizar este tema também nas demais áreas de negócio do banco, para que, de fato, o tema fique alinhado à estratégia do banco como um todo.

Considerando que todos dos bancos já são signatários do PRI, é fato que já existe um compromisso público de incorporar este tema na análise de empresas em geral, embora este movimento ainda se encontre em fase de implementação. Além dos

AVANÇOS	LACUNAS	RECOMENDAÇÕES
➡ Início de implementação de metodologias transversais que contemplem temas socioambientais (incluindo mudanças climáticas) nas áreas de gestão de recursos de terceiros, <i>private equity</i> e seguradoras	➡ Não há iniciativas relacionadas a sustentabilidade em áreas de negócio tais como tesouraria, comércio exterior, <i>private banking</i> , fusões e aquisição	➡ Aprimoramento de grupos de trabalho com metas de curto prazo e indicadores de acompanhamento para discutir melhores práticas globais, desenvolvimento de metodologias de implementação conjunta e integração completa em áreas de negócio que já estão em fase de implementação ➡ Iniciar movimento em outras áreas de negócio que ainda não contemplam a temática

fundos oferecidos por todas as instituições que envolvem análise das empresas com critérios socioambientais que contemplam mudanças do clima, algumas instituições têm iniciativas específicas relacionadas ao tema. O HSBC já deu um passo nessa direção com a criação de um índice de baixo carbono e seus respectivos fundos, no nível global, além de lançar, em nível nacional, novos fundos com metodologias de análise que contemplam mudanças climáticas. O Santander também possui alguns fundos fechados de investimentos em empresas verdes, de energia renovável, por exemplo. O Itaú Unibanco inovou, desenvolvendo uma metodologia interna de avaliação de setores e empresas em toda a sua gestora de recursos de terceiros que considera mudanças climáticas, incorporando os princípios do PRI no centro de sua estratégia. O HSBC possui a meta de adotar sua nova metodologia para analisar todas as empresas no prazo de um ano (2012). O lançamento do Índice ICO₂, da BM&FBovespa por sua vez, também contribui com este movimento.

Sugere-se a continuidade do trabalho em conjunto com o PRI com metas, indicadores e ações previstas em um determinado prazo, para que a incorporação de temas socioambientais, e em especial dos riscos das mudanças do clima, no processo de decisão de investimento nas gestoras de recurso, seja consolidada no curto prazo, mas que consiga ser duradoura e efetiva. Cabe ressaltar que algumas barreiras a serem ultrapassadas são: a falta de informações sobre o tema, ou falta de acesso à informação relativas às empresas, a disparidade das metodologias de análise, a falta de capacitação técnica da equipe interna para facilitar incorporação do tema, entre outras que estão sendo tratadas nos grupos de trabalho do PRI no Brasil e podem ser complementadas com trabalhos junto aos órgãos de classe. Trata-se de uma implementação complexa, porém grandes passos já foram dados na área de gestão de recursos de terceiros. A inserção deste tema nas outras áreas de negócio é difícil, porém possível. Vale destacar uma iniciativa de um grupo de trabalho do PRI, chamada

QUADRO 16: ENHANCED ANALYTICS INITIATIVE (EAI)

O objetivo do EAI foi estimular os analistas a produzir pesquisas que incorporam as questões ambientais, sociais e de governança, de modo a permitir que os gestores de fundos as integrem em suas decisões de investimento. Esse projeto de muito sucesso ajudou a estimular um crescimento exponencial na pesquisa.

Ocorre por meio da definição de fatores extrafinanceiros, como aqueles que são suscetíveis de ter pelo menos um efeito de longo prazo sobre os resultados do negócio, mas que estão fora do portfólio habitual de variáveis utilizadas por alguns analistas e que raramente estão integrados nas decisões de investimento. Assim, os analistas possuem modelos que demonstram como quantificar ou integrar os fatores extrafinanceiros nas decisões de investimento. Com essa informação é permitido aos analistas pensar

de maneira diferente do mercado, o que aumenta as suas perspectivas de alto desempenho. Em paralelo, os gerentes corporativos ganham um caso de negócios para melhorar a sua gestão, monitoramento e seus relatórios sobre os fatores extrafinanceiros.

Desta maneira há o surgimento de uma nova geração de investidores que está orientada para o horizonte de longo prazo e é mais bem informada sobre o papel que fatores extrafinanceiros desempenham na determinação dos preços das ações. Essa nova geração também é mais capaz de integrar informações de diversas fontes para sua tomada de decisão.

A EAI já firmou uma parceria global com o PRI – Princípios para o Investimento Responsável da ONU para fornecer acesso para tal pesquisa em maior escala.

[8] Os grupos de trabalho do PRI no Brasil são geridos pela representante do PRI local e foram divididos em três grandes temas: engajamento com empresas, criação de metodologias homogêneas para o setor e recrutamento de mais signatários. Para cada tema, foi indicado um ponto focal de uma instituição signatária que fica responsável pelos encontros virtuais, e dar encaminhamento aos projetos que o grupo coordena.

Enhanced Analytics Initiative (conforme Quadro 16), que visa impulsionar a inserção de análise com critérios socioambientais também nas corretoras de investimento, além das gestoras de recursos. Essa iniciativa, já conhecida globalmente, está em fase de implementação no País. Globalmente, a análise socioambiental em corretoras de grandes instituições financeiras já é uma realidade. Equipes inteiras multidisciplinares já fazem parte das corretoras do Citi, Goldman Sachs e Merrill Lynch, entre outras. Iniciativas como a liderada pelo PRI no Brasil⁸, quando estabelecidas com metas de curto prazo, prometem criar um ambiente e gerar conteúdo para que o movimento no País ganhe força.

Outra área que começa a trabalhar na inserção de temas socioambientais de forma estratégica é a área de seguros. As instituições pesquisadas que possuem braços de seguradoras no Brasil, como o Itaú Unibanco e o HSBC, apesar de oferecer produtos com essa temática,

ainda estão começando a trabalhar em estratégias focadas em mudanças do clima, como acontece em outras seguradoras no mundo. O Itaú Unibanco é a única instituição que oferece, desde 2005, seguro de responsabilidade civil para danos ambientais. No entanto desde então não foi desenvolvido nenhum outro produto dessa natureza. Atualmente, estão trabalhando internamente para reposicionar a área criando uma estratégia integrada com conceitos socioambientais, dentro deles mudanças do clima, aproveitando o desenvolvimento em nível global dos Principles for Sustainable Insurance⁹ (PSI, o equivalente do PRI para seguradoras). O HSBC oferecia dois produtos de “seguros verdes” até o fim de 2010, porém também com baixa representatividade em termos de volume relativo. Com isso, resolveram fazer um novo trabalho de reposicionamento estratégico da área e um novo foco, que engloba uma série de outras iniciativas, inclusive preservação. Recomenda-se ampliar o foco nesse assunto, considerando



que seguradoras no mundo inteiro têm sido pioneiras na compreensão dos riscos das mudanças climáticas e em se preparar para a esperada mudança de cenário em nível global. Considerando o estágio inicial desse tema no País, sugere-se a criação de grupos setoriais em parceria com os centros de excelência internos das instituições, conforme mencionado na sessão de gestão de riscos.

Existe ainda outra área de negócio dentro das: a área de mercado de carbono. Bradesco e Santander desenvolveram essas áreas, com linhas de financiamento para empresas que queiram vender projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) e serviços de assessoria aos clientes. Essas áreas ainda são reduzidas, especialmente devido às incertezas desse mercado no contexto global e a consequente falta de demanda por serviços dessa natureza. Essa é uma oportunidade a ser considerada nas instituições financeiras, destacando que o mercado de carbono por si só não irá resolver os problemas relacionados às mudanças do clima. Portanto, seria equivocado, focar a estratégia central da instituição financeira somente neste mercado.

Em outras áreas de negócios, tais como tesouraria, comércio exterior, *private banking*, fusões e aquisições, não foi encontrada nenhuma iniciativa relacionada à sustentabilidade de forma mais ampla

[9] PSI - Os Princípios para o Desenvolvimento Sustentável de Seguros está sendo desenvolvido em parceria entre a ONU e a indústria seguro, com o objetivo de inserir na indústria de seguros melhores práticas ambientais, sociais e de governança no setor. Programado para ser lançado na Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável (Conferência Rio +20), no Brasil, representará um marco para a contribuição e compromisso de longo prazo da indústria mundial de seguros para os objetivos do desenvolvimento sustentável.

QUADRO 17: REFERÊNCIAS INTERNACIONAIS EM OUTRAS ÁREAS DE NEGÓCIO

HSBC Global Asset Management

Empresa líder em gestão de ativos globais com ativos da ordem de US\$ 453 bilhões (junho de 2011). Como um dos líderes mundiais de gestão de ativos em mercados emergentes, atua por meio de sua rede de escritórios em 30 países ao redor do mundo, Possui fortes relações com empresas, instituições e intermediários financeiros de todos os portes e tipos. Oferece aos seus clientes em todo o mundo uma gama de produtos de investimento, que inclui renda variável, renda fixa, liquidez e estratégias alternativas. Seu objetivo é gerenciar estratégias de investimento com foco nas necessidades do cliente e entrega de valor de longo prazo. O HSBC Global Asset Management acredita que uma boa gestão de riscos socioambientais traz oportunidades que contribuem para o sucesso do negócio no longo prazo e que a mudança climática representa a maior ameaça ambiental deste século e que, portanto, terá impacto sobre as empresas em que investe. Para ajudá-las a explorar as implicações da mudança do clima, foi criado um fórum de colaboração entre os fundos de pensão e outros investidores institucionais em questões relacionadas a investimentos e mudança climática: o Institutional Investors Group on Climate Change (IIGCC). O HSBC Global Asset Management faz a gestão de fundos tais como: Climate Change Fund e Environmental Infrastructure Fund que investem em empresas socialmente responsáveis e a no combate às mudanças climáticas.

Dexia Asset Management

Como um pioneiro no campo do Investimento Socialmente Responsável (SRI) desde 1996, os analistas e gestores de fundos do Dexia Asset Management estão agora dedicados a gerir um dos maiores fundos de SRI na Europa. Oferece aos seus clientes avaliação de desempenho em todos os termos de transparência, o que significa não só informar e aconselhar sobre os critérios que respeitem o interesse de todas as partes interessadas, mas também ser capaz de levar em conta as particularidades e compromissos dos clientes. No Dexia AM, SRI é um estilo de investimento de longo prazo que favorece os investimentos em ações e emissão de títulos que estão expostos a tendências de longo prazo tais como:

- Mudanças climáticas
- Esgotamento de recursos
- Evolução demográfica
- Saúde e bem-estar
- Economias em desenvolvimento

Deutsche Bank Asset Management

O Deutsche Asset Management apontou as alterações climáticas como uma das tendências que impulsionam o negócio global de gestão de ativos para a próxima geração. O papel do Deutsche Bank como gestor de ativos é orientar os investimentos em companhias de baixo carbono. Como comerciante, o banco fornece liquidez no mercado de carbono e, como agente do mercado de capitais, pode

ou focada no fomento da economia de baixo carbono. Portanto, sugere-se a realização de uma força tarefa para começar a entender como as outras áreas de negócios, seus produtos e serviços, podem abordar as mudanças do clima, seja para a mitigação de riscos seja para a geração de novos negócios. Mais uma vez, poderiam ser criados grupos de trabalho setoriais para discutir melhores práticas globais e desenvolvimento de metodologias de implementação conjunta. Pode-se

aumentar a dívida e capital próprio para financiar empresas e projetos de tecnologia limpa. Como conselheiro, o banco busca fornecer soluções para todos os clientes que enfrentam o inevitável impacto da mudança climática.

SAM Private Equity

O Sam Private Equity é líder de mercado na área de investimento em tecnologia limpa. Em 2009, se juntou a Robeco Private Equity e juntos gerem US\$ 2,5 bilhões em ativos de *private equity*, sendo que US\$1 bilhão focando somente em investimentos em tecnologia limpa. O Sam Private Equity conta com a ajuda de pesquisa do Rabobank Clean Tech Research Desk e o Sam Research, assim como a expertise histórica de conhecimento de integração de análise socioambiental na análise de investimentos. (ESG – Environmental, Social and Governance).

Allianz Seguros

A Allianz possui 40% dos créditos de seguros mundiais, e as catástrofes naturais e alterações climáticas representam uma ameaça ao seu negócio. A organização está transformando a questão em uma oportunidade, por meio do desenvolvimento de novos produtos e serviços e investindo em novas tecnologias. A indústria de seguros sempre agiu como um sistema de alerta precoce, ajudando as empresas e a sociedade entender os novos riscos. Com o papel de proteger os clientes contra as catástrofes naturais, a Allianz reconhece a

regularidade e a crescente gravidade de inundações e furacões como um grande risco, portanto, estão se preparando para os efeitos da mudança climática. Acreditam que as companhias de seguros possuem a necessidade de adaptar seus produtos e serviços para levar em conta os riscos das alterações climáticas. Já, os pagamentos de seguros relativos a eventos climáticos estão aumentando rapidamente, com um aumento de 15 vezes ao longo dos últimos 30 anos. Desde 2005 o Grupo Allianz adotou uma estratégia para lidar com a questão das mudanças climáticas. Foi definida uma meta de redução de emissão de carbono em 20% a menos do nível de 2006 até 2012. Além disso, o grupo está trabalhando no desenvolvimento de novos produtos e serviços verdes por meio de seu centro de excelência – Allianz Center of Competence for Climate Change. Allianz Germany, juntamente com a Allianz Craftsmen Service, desenvolveu um serviço de energia para seus clientes privados. É acessado *on-line*, e inclui uma calculadora de consumo de energia e um serviço de consultoria para ajudar clientes a reduzir suas próprias emissões de CO₂. Outro produto é o Certified Green Buildings Insurance. Esse seguro oferece uma redução de 5% sobre os prêmios para edifícios comerciais certificados sob a avaliação do United States Green Building Council. Além disso, a Allianz UK e Mondial France oferecem um serviço de diagnóstico de desempenho energético para os clientes que querem reduzir seus custos de energia e emissões de carbono.

ainda valer dos centros de excelência de mudanças climáticas, conforme mencionado na sessão sobre análise de risco de crédito. As lacunas nas outras áreas de negócio do banco representam uma ótima oportunidade para que as instituições financeiras privadas tomem a liderança, inovem, gerem valor e fomentem a economia de baixo carbono. O Quadro 17 traz algumas referências internacionais de áreas de negócios que incorporaram o tema em suas estratégias e práticas.

CONCLUSÃO E PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

Ao avaliar as quatro maiores instituições do setor financeiro brasileiro em relação às ações e estratégias associadas à mudança do clima, pode-se concluir que o tema é atualmente considerado prioritário, que existe um comprometimento formal institucionalizado claro, comprovado por meio das estratégias de atuação em várias linhas de negócio das instituições e em seus respectivos processos decisórios. As ações de engajamento também vêm sendo trabalhadas em todas as instituições, principalmente no que diz respeito ao público interno. Todavia, existem melhorias a serem feitas.

Falta ainda uma compreensão, ao mesmo tempo ampla e profunda, do risco das mudanças climáticas para um financiamento antes da sua aprovação. É preciso inicialmente compreender os riscos das mudanças do clima para uma instituição financeira, que inclui, por exemplo, a alteração da capacidade de pagamento de seus clientes por terem sido impactados por novas regulamentações, por demandas de mercado com relação a suas emissões, ou mesmo fisicamente por desastres naturais resultantes das mudanças do clima. Deve-se ainda levar em consideração a possibilidade de que os financiadores venham a ser responsabilizados por passivos ainda não mapeados, mas que o sejam no futuro. A compreensão desses riscos possibilitaria o aprimoramento dos sistemas de informação,

a inclusão do risco de mudança do clima nas cláusulas contratuais e nos cálculos de *ratings*, entre outros. No entanto, vale ressaltar a dificuldade intrínseca de avaliar e quantificar os riscos das mudanças do clima, principalmente por tratarem-se, muitas vezes, de riscos de longo prazo. Considerando a complexidade do tema e da ciência envolvida, é importante que se inicie o processo de modelagem desse risco no contexto do setor financeiro.

Tendo em vista os principais pontos levantados neste estudo de diagnóstico, recomendamos ao setor atuar em seis frentes, a saber:

- **EMISSIONES FINANCIADAS:** desenvolver em parceria uma metodologia para mensuração de emissões financiadas, para melhorar a compreensão do impacto agregado da instituição e que sirva para o setor como um todo, evitando assim a adoção de diferentes metodologias, que dificultam a compreensão e a comparação. Uma possibilidade seria a Febraban liderar essa iniciativa. Uma possível forma de iniciar o trabalho, no curto prazo, seria estimar emissões por projeto, de acordo com a estratégia adotada pelo IFC.
- **CAPACITAÇÃO:** treinar as equipes internas das instituições financeiras para que tenham capacidade técnica para colocar em prática a estratégia dessas instituições financeiras com relação à mudança do clima.



- **TRANSPARÊNCIA E DIÁLOGO:** Conseguir comunicar claramente a estratégia e as práticas da instituição financeira, principalmente com relação às emissões financiadas onde a instituição exerce um maior impacto, dialogando com partes interessadas de forma que os fornecedores, os clientes e a sociedade de uma forma geral estejam alinhados com a instituição financeira, unidos com o objetivo de fomentar a economia de baixo carbono.
- **RISCOS E OPORTUNIDADES:** criar ou aprimorar centros de excelência em pesquisa aplicada dentro de instituições financeiras ou em parceria (com governos ou instituições não governamentais, entre outros) para ampliar a compreensão dos riscos advindos das mudanças do clima

e a identificação de oportunidades de negócio. Esses centros podem ajudar no entendimento dos riscos das mudanças climáticas para adequação das linhas de financiamentos e dos produtos existentes, bem como capturar oportunidades de negócios em novos mercados. Diante da complexidade do tema, sugere-se iniciar por questões que já são visíveis, como melhor compreender os riscos de eventos extremos em função das mudanças do clima. Além disso, melhorar disponibilidade de informações, trabalhando em conjunto com governo e organizações não governamentais que, muitas vezes, já têm essas informações. Ampliar o diálogo, a articulação, a sistematização e a divulgação desse conhecimento.



■ **PRODUTOS:** aprimorar os processos de criação e revisão de produtos, para que tenham maior representatividade e possam efetivamente estimular a economia de baixo carbono. Os produtos e serviços devem estar alinhados aos objetivos dos bancos públicos, aos planos setoriais do governo e aos objetivos internos da instituição. Para isso, o fluxo decisório deve ser claro, com objetivos estratégicos, metas, ações e indicadores bem definidos. Dada a dificuldade em garantir representatividade dos produtos, sugere-se focar a revisão nos produtos de maior demanda e facilidade de implementação, tais como projetos de eficiência energética, que podem trazer resultados positivos no curto prazo. Conforme destacado no estudo de bancos Públicos e Mudanças do Clima, é também imprescindível que sejam desenvolvidas

metodologias para aferir a adicionalidade socioambiental de um produto. Embora esse rastreamento possa ser custoso, e os desafios complexos, sugere-se a realização de uma parceria entre bancos públicos, privados e governo, para aproveitar sinergias e evitar duplicação de esforços, aumentando assim a chance de sucesso.

■ **OUTRAS ÁREAS DE NEGÓCIOS:** integrar por completo o tema das mudanças do clima, a outras áreas de negócios, especialmente as áreas de seguros e de gestão de recursos de terceiros que já têm atividades iniciadas, por meio dos grupos de trabalho existentes e oportunidades apontadas nos próprios centros de excelência de mudanças climáticas de cada instituição. Por fim, iniciar movimento em outras áreas de negócio que ainda não contemplem a temática.

ANEXO 1

ANÁLISE COMPARADA INDIVIDUAL

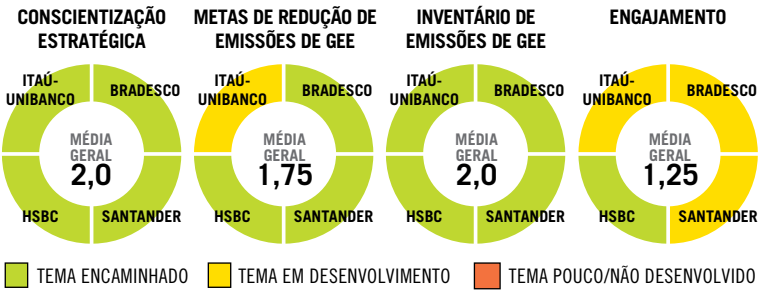
Algumas considerações sobre emissões operacionais:

- Em geral a questão das mudanças climáticas já está incorporada na estratégia de sustentabilidade das quatro instituições pesquisadas.
- Em geral, todas as instituições fazem inventário de emissões de GEE de emissões operacionais e possuem alguma meta de redução.
- Em geral, todas as instituições fazem engajamento e capacitação interna sobre o tema. Bradesco, Itaú Unibanco e Santander participam da plataforma EPC. HSBC possui programa global Climate Partnership e Climate Confidence.

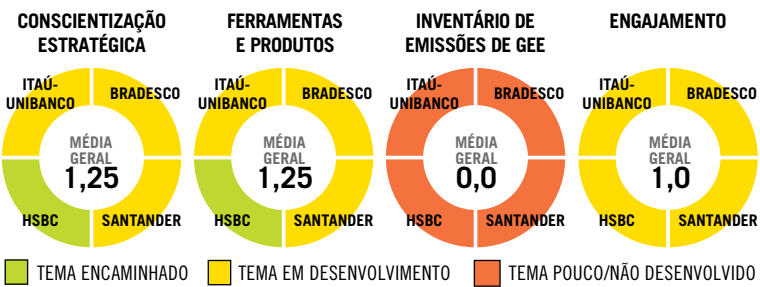
Algumas considerações sobre emissões financiadas:

- Em geral, todas as instituições já elegeram áreas responsáveis para tratar do tema de mudanças climáticas transversalmente nas organizações. HSBC já está desenvolvendo metas corporativas de negócios inseridas em diferentes áreas como nas políticas setoriais de risco, em investimento e em seguros.
- Os produtos que apresentam adicionalidades socioambientais ainda possuem pouca representatividade perante a carteira total contratada.
- Em geral, nenhuma instituição tem inventário de emissões financiadas, embora

QUESTIONÁRIO 1: VISÃO INSTITUCIONAL E EMISSÕES OPERACIONAIS



QUESTIONÁRIO 2: EMISSÕES DE CLIENTES E DIRECIONAMENTO DA CARTEIRA



HSBC já começa a demandar de clientes que tenham metas de redução de emissões em projetos de Project Finance.

- Todas as instituições respondem ao Bank Track, possuem relatório anual e fazem engajamento com partes interessadas, porém podem desenvolver mais abertura de informações e prestação de contas.

ANEXO 2

QUESTIONÁRIO 1: VISÃO INSTITUCIONAL E EMISSÕES OPERACIONAIS

1.1 CONSCIENTIZAÇÃO ESTRATÉGICA SOBRE A MUDANÇA DO CLIMA (MC)

OBJETIVO: Avaliar como a temática impacta tanto o planejamento estratégico do banco quanto sua atuação usual.

- A)** O banco reconhece sua posição como um vetor de mudança para uma economia de baixo carbono? Quais são as principais oportunidades identificadas para exercer esse papel?
- B)** Há uma política que trate explicitamente de MC? Há aspectos explícitos sobre MC no enquadramento de suas operações?
- C)** Existe atribuição formal de algum profissional da empresa para a implementação da redução de emissões operacionais diretas e/ou indiretas? Nesse caso, onde se encontra o nível mais elevado de responsabilidade?
- D)** Há possibilidade de alteração no marco legal pelo qual o banco é regido – no que se refere a MC – que poderia afetar sua forma de atuação? (Ex.: mudanças sobre a forma de construir novas agências, consumo de energia etc.)

E) Alguma agência do banco já foi afetada por efeitos atribuídos a MC, como enchentes, secas ou ventanias anormais? De que forma?

F) O banco usa alguma instituição como referência no desenvolvimento de práticas ambientais? (Multilaterais, bancos públicos e/ou privados internacionais, bancos públicos e/ou privados nacionais etc.)

1.2 METAS DE REDUÇÃO DE CARBONO

OBJETIVO: Avaliar o comprometimento com metas de redução de emissão de GEE de suas operações e o engajamento em iniciativas para mitigação de seu impacto em termos climáticos.

- A)** Há objetivos estabelecidos sobre como o banco deve abordar o tema MC?
- B)** Realiza alguma iniciativa para sequestro ou mitigação de GEE?
- C)** Desenvolve ou pretende desenvolver operações direcionadas à geração de créditos de carbono? Recebeu ou pretende receber crédito de carbono associado a outras operações?

1.3 REALIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE INVENTÁRIO

OBJETIVO: Avaliar se realiza inventários de emissões operacionais e em que estágio

desse processo se encontra.

- A)** Em caso negativo, quais seriam os principais desafios para realizar um inventário de carbono das emissões operacionais do banco?
- B)** O banco segue ou tem familiaridade com alguma metodologia de inventário de carbono? (Ex.: GHG Protocol.)
- C)** Caso o banco desenvolva um inventário, quais as áreas de avaliação e regiões priorizadas?
- D)** Foram estabelecidas metas de redução e avaliadas opções para o financiamento das ações associadas ao cumprimento dessas metas? Seria possível fornecer exemplos?

1.4 IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS

OBJETIVO: Aferir a origem das ações estratégicas/práticas (demandas internas ou externas), bem como se foram identificadas oportunidades para a contribuição com iniciativas para uma economia de baixo carbono em suas operações e como ações/iniciativas/desenvolvimento de produtos foram implementados.

- A)** Alguma oportunidade foi identificada para engajar o público interno e/ou fornecedores com a questão das MC? O que já foi realizado?
- B)** O banco recebeu alguma demanda

formal do governo ou da sociedade para endereçar as MC em seus procedimentos e unidades físicas?

- C)** Qual (quais) o(s) departamento(s) envolvido(s) nessas iniciativas? Foram estabelecidos cronogramas para a apresentação de estratégias/ações? Já existem resultados concretos dessas iniciativas? Seria possível fornecer exemplos?

ANEXO 3

**QUESTIONÁRIO 2:
EMISSIONES DE CLIENTES E
DIRECIONAMENTO DA CARTEIRA****2.1 CONSCIENTIZAÇÃO ESTRATÉGICA
SOBRE A MUDANÇA DO CLIMA (MC)**

OBJETIVO: Detalhamento da operacionalização de iniciativas em MC, bem como produtos e serviços oferecidos pelo banco desenhados com esse foco temático.

A) Existe atribuição formal de algum profissional da empresa com a implementação da economia de baixo carbono em produtos e serviços do banco? Em quais departamentos? Onde se encontra o nível mais elevado de responsabilidade?

B) Foram identificadas possibilidades de alteração no marco legal pelo qual o banco é regido que poderiam afetar produtos e serviços do banco?

C) Quais são os principais *benchmarks*/ referências (nacionais e internacionais) utilizadas pelo banco no desenvolvimento de produtos e serviços? (Multilaterais, bancos públicos e/ou privados internacionais, bancos públicos e/ou privados nacionais etc.)

2.2 METAS DE REDUÇÃO DE CARBONO

OBJETIVO: Mapear produtos e serviços existentes ou em desenvolvimento que

possam contribuir de forma direta ou indireta para uma economia de baixo carbono.

A) Em quais áreas de negócios do banco são consideradas estratégias/ações/iniciativas relativas a MC?

a. Como são implementadas?

b. Algum produto ou serviço do banco trata especificamente de MC em sua política ambiental? Seria possível fornecer exemplos?

B) Há produtos e serviços disponíveis ao público?

a. Seria possível fornecer listagem e os departamentos responsáveis por sua gestão e entrega?

b. Quais setores e regiões são o foco desses produtos?

c. Qual é o montante disponibilizado para cada linha de produtos? Existem estatísticas de utilização? Seria possível fornecer listagem?

d. Quais são seus diferenciais?

e. Quais os principais desafios enfrentados por sua instituição tanto no processo de desenvolvimento quanto na entrega desses produtos?

**2.3 REALIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE
INVENTÁRIO**

OBJETIVO: Conhecer a composição das carteiras de investimento e crédito de pessoa jurídica do banco.

A) Qual é a participação dos setores de agropecuária, energético (com quebra para óleo e gás), industrial (com quebra para infraestrutura), florestal e outros? Há outro setor relevante a ser considerado? Foram solicitadas informações globais sobre os ativos do banco. Caso essas informações já tenham sido fornecidas, favor desconsiderar esta questão.

B) A participação setorial variou significativamente em relação ao período anterior?

2.4 IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS

OBJETIVO: Identificar a forma de engajamento do banco com clientes e outros atores da sociedade frente a aspectos relevantes para uma economia de baixo carbono.

A) O banco recebeu alguma demanda formal do governo ou da sociedade para endereçar as MC em seus produtos e serviços?

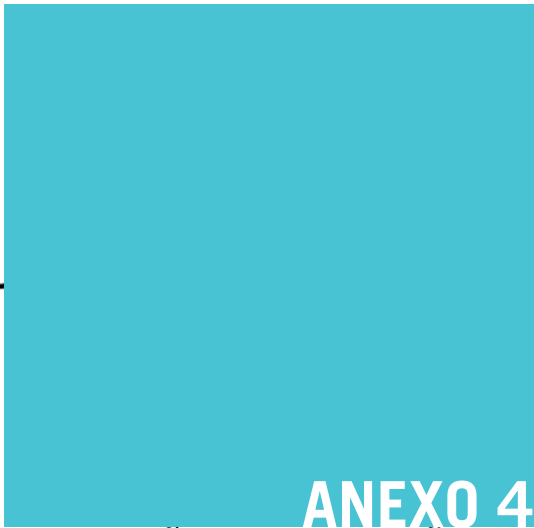
B) Para quem e como o banco reporta os resultados de produtos e serviços que utilizam recursos públicos com critérios ambientais?

C) Como os responsáveis pela gestão do tema dentro do banco têm atuado visando a elevar o interesse por iniciativas de baixo carbono tanto no âmbito interno (alta gestão) quanto de seu mercado-alvo (clientes)?

a. Quais as ações internas?

b. Quais as prioridades de atuação (setores, regiões, atividades)?

D) O banco possui uma política de atuação específica para a Região Amazônica? Como foi construída? Existem limites financeiros para a atuação na região ou apenas critérios? Qual o volume de recursos direcionado para essa região (% portfólio total)? Existe uma série histórica da destinação de recursos para a região?



SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES
ADICIONAIS SOBRE PRODUTOS
E CARTEIRA

1. PRODUTOS/LINHAS DE CRÉDITO COM CRITÉRIOS PARA UMA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

1.1 DADOS GERAIS:

PRODUTO/ LINHA DE CRÉDITO	DEPARTAMENTOS RESPONSÁVEIS POR SUA ENTREGA	MONTANTE DISPONIBILIZADO (2009)	MONTANTE CONTRATADO (2009)	SETORES E REGIÕES EM FOCO	POR QUE UM CLIENTE SE INTERESSARIA POR ESSE PRODUTO? DIFERENCIAIS	PRINCIPAIS DESAFIOS DO PRODUTO/ LINHA DE CRÉDITO

1.2 FERRAMENTAS E CARACTERÍSTICAS DOS PRODUTOS:

PRODUTO/ LINHA DE CRÉDITO	FAZ PARTE DE UM PLANO ESTRATÉGICO OU INICIATIVA DE INDUÇÃO? QUAL?	SÃO APLICADOS CRITÉRIOS DIFERENCIADOS NA AVALIAÇÃO DE CRÉDITO? QUAIS?	HÁ EXIGÊNCIA DIFERENCIADA DE ADEQUAÇÃO DA ATIVIDADE? QUAL?	É REALIZADO ALGUM MONITORAMENTO/ AVALIAÇÃO DE IMPACTO? COMO?

1.3 DEMAIS INFORMAÇÕES DE CADA PRODUTO/LINHA DE CRÉDITO (EX.: PROPOSTA DO PRODUTO, AÇÕES DE COMUNICAÇÃO ETC.):

2. CARTEIRA DE CRÉDITO – PESSOA JURÍDICA

SETORES	MONTANTE CONTRATADO EM 2009 (R\$)
Agropecuária	
Florestal	
Óleo e gás	
Energias renováveis	
Outros	
Total	

REGIÕES	MONTANTE EM 2009 (R\$)
Norte	
Nordeste	
Centro-Oeste	
Sudeste	
Sul	
Total	

REFERÊNCIAS

Advisory Group on Climate Change Financing. Disponível em: <http://www.un.org/wcm/content/site/climatechange/pages/financeadvisorygroup> . Acesso em 1º de agosto de 2011.

Allianz. Disponível em: www.allianz.com. Acesso em 1º de agosto de 2011.

Banco Central do Brasil. Disponível em: www.bcb.gov.br. Acesso em 2 de maio de 2011.

Banco da Amazônia. Disponível em: www.bancoamazonia.com.br. Acesso em 1º de agosto de 2011.

Banco do Brasil. Disponível em: www.bb.com.br. Acesso em 2 de maio de 2011.

Banco do Nordeste. Disponível em: www.bnb.gov.br Acesso em 1º de agosto de 2011.

Banco Interamericano de Desenvolvimento. Disponível em: www.iadb.org. Acesso em 1º de outubro de 2010.

Banco Mundial. Disponível em: www.worldbank.org. Acesso em 2º de maio de 2011.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em www.bndes.gov.br. Acesso em 2º de maio de 2011.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Transparente. Disponível em: www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/. Acesso em: 1º de maio de 2011.

BankTrack. Disponível em: www.banktrack.org . Acesso em 2º de maio de 2011.

BankTrack. Close the gap. Disponível em: www.bradesco.com.br. Acesso em 2º de maio de 2011.

Bradesco. Disponível em: www.bradesco.com.br. Acesso em 1º de maio de 2011.

Bradesco. Relatório de Sustentabilidade 2010. Disponível em: www.bradesco.com.br. Acesso em 1º de maio de 2011.

Caisse d'Espargne. CLIMATE labeling of products for personal customers. Junho 2008. Disponível em: www.db.com. Acesso em 1º de agosto de 2011.

Caixa Econômica Federal. Disponível em: www.caixa.gov.br. Acesso em 1º de agosto de 2011.

Caixa Econômica Federal. Relatório de Sustentabilidade

2009. Disponível em: www1.caixa.gov.br/popup/Generico/450x440_1.asp. Acesso em 1º de agosto de 2011.

Citibank. Disponível em: www.citibank.com. Acesso em 9 de setembro de 2011.

Co-operative Bank. Disponível em: www.co-operativebank.co.uk. Acesso em 1º de agosto de 2011.

Co-operative Bank. Relatório de Sustentabilidade 2009. Disponível em: www.co-operativebank.co.uk. Acesso em 1º de agosto de 2011.

DeutscheBank. Disponível em: www.db.com. Acesso em 1º de agosto de 2011.

Dexia Asset Management. Disponível em: <https://www.dexia-am.com/>. Acesso em 1º de agosto de 2011.

Febraban. Disponível em: www.febraban.org.br/protocoloverde. Acesso em 1º de agosto de 2011.

Forest Footprint Disclosure (FFD). Disponível em www.forestdisclosure.com . Acesso em 22 de agosto 2011.
Fundação Getúlio Vargas. Financiamentos Públicos e Mudanças do clima: Estratégias e Práticas de bancos públicos e fundos constitucionais brasileiros na gestão da mudança do clima. Disponível em: www.fgv.br/ces. Acesso em 1º de agosto de 2011.

Fundo Clima. Fundo Clima aplicará recursos de R\$ 238 milhões em 2011. 10 de fevereiro de 2011. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/02/10/fundo-clima-aplicara-recursos-de-r-238-milhoes-em-2011>. Acesso em 1º de agosto de 2011.

Governo Federal. Plano Nacional sobre Mudança do Clima. Brasília: Comitê Interministerial sobre Mudança do clima, dezembro de 2008.

Goldman Sachs. Disponível em: www.gs.com. Acesso em 9 de setembro de 2011.

HSBC. Disponível em: www.hsbc.com.br . Acesso em 1º de maio de 2011.

HSBC. Relatório de Sustentabilidade 2009. Disponível em: www.hsbc.com . Acesso em 1º de maio de 2011.

Itaú Unibanco. Disponível em: www.ItaúUnibanco.com.br. Acesso em 1º de maio de 2011.

Itaú Unibanco relatório de sustentabilidade 2010. Disponível em: www.ItaúUnibanco.com.br. Acesso em 1º de agosto de 2011.

IFC Performance Standards and Guidance Notes. Disponível em: <http://www.ifc.org/ifcext/sustainability.nsf/Content/PerformanceStandards>. Acesso em 1º de agosto de 2011.

IFC GHG Accounting. Disponível em: <http://www.ifc.org/ifcext/climatebusiness.nsf/Content/GHGaccounting>. Acesso em 1º de agosto de 2011.

Índice de Sustentabilidade Empresarial. Disponível em: www.isebvmf.com.br. Acesso em 1º de maio de 2011.

Merrill Lynch. Disponível em: www.ml.com. Acesso em 9 de setembro de 2011.

Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: WWW.mma.gov.br. Acesso em 01 de agosto de 2011.

Milieudefensie. Carbon footprinting of financed emissions, existing methodologies, a review & recommendations. Disponível em: http://www.banktrack.org/download/carbon_footprinting_of_financed_emissions/110216_carbon_footprinting_financed_emissions.pdf Acesso em 2º de maio de 2011.

Nedbank. Nedbank Climate change position paper. Disponível em: <http://www.nedbankgroup.co.za/sustainabilityEnvironmentClimate.asp>. Acesso em 2º de maio de 2011.

Nibc. Disponível em: <http://www.nibc.com/>. Acesso em 2º de maio de 2011.

Política Nacional de Mudanças Climáticas. Lei 12187, de 29 de dezembro de 2009. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12187.htm. Acesso em 2 de maio de 2011.

Princípios do Equador. Disponível em: www.equator-principles.com/documents/ep_translations/EP_Portuguese.pdf. Acesso em 2 de maio de 2011

Principles for Sustainable Insurance (PSI). Disponível em: http://us-cdn.creamermedia.co.za/assets/articles/attachments/32201_the_principles_for_sustainableinsurance_---global_consultation_version.pdf. Acesso em 9 de setembro de 2011.

Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental. Disponível em: www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/ProtocoloVerde.pdf. Acesso em 1º de maio de 2011.

Rabobank Cleantech Research Desk. Disponível em: <http://www.rabobank.com/content/research/FoodAndAgriResearch/cleantech/>. Acesso em 1º de maio de 2011.

Santander. Disponível em: www.santander.com.br. Acesso em 1º de maio de 2011.

Santander. Relatório de Sustentabilidade 2010. Disponível em: www.santander.com.br. Acesso em 1º de agosto de 2011.

Sant'Anna, Emilio. Lei Estadual de Mudanças climáticas é reuclamada em São Paulo. O Globo, 24 de junho de 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2010/06/lei-estadual-de-mudancas-climaticas-e-regulamentada-em-sao-paulo.html>. Acesso em 1º de maio de 2011.

Sant'Anna, Emilio. Lei Estadual de Mudanças climáticas é reuclamada em São Paulo. O Globo, 24 de junho de 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2010/06/lei-estadual-de-mudancas-climaticas-e-regulamentada-em-sao-paulo.html>. Acesso em 1º de maio de 2011.

Sustainable Asset Management. Banking & Climate Change: Opportunities and Risks – An Analysis of Climate Strategies in More Than 100 Banks Worldwide. Março de 2009. Disponível em: http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sustainable-business/corporate-social-responsibility/reporting-disclosure/swedish-presidency/files/surveys_and_reports/banking_and_climate_change_-_sam_group_en.pdf. Acesso em 02 de agosto de 2011.

Sustainable Asset Management. “Cleantech Private Equity – past present and future”. 2011. Disponível em: http://www.sam-group.com/images/SAM_Clean_Tech_Study_2011_tcm794-263788.pdf . Acesso em 01 de maio de 2011.

United Nations Environment Programme (Unep). Disponível em: http://www.unepfi.org/publications/climate_change/index.html. Acesso em 01 de agosto de 2011.

United Nations Environment Programme (Unep). Energy Efficiency and the Finance Sector: A survey on lending activities and policy issues – A report commissioned by Unep Finance Initiative's Climate Change Working Group”. 2009. Disponível em: http://www.unepfi.org/publications/climate_change/index.html. Acesso em 01 de agosto de 2011.

United Nations Environment Programme (Unep). Advancing Adaptation through Climate Information services: Results of a global survey on the information requirements of the financial sector”. Disponível em: http://www.unepfi.org/publications/climate_change/index.html. Acesso em 01 de agosto de 2011.

World resources Insitute. WRI Issue Brief. Accounting for Risk: Conceptualizing a Robust Greenhouse Gas Inventory for Financial Institutions. Agosto 2009. Disponível em: <http://www.wri.org/publication/accounting-for-risk>. Acesso em 01 de agosto de 2011.



<http://www.pnuma.org.br>

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
EQSW 103/104, bloco C, 1º andar.
Brasília-DF. 70670-350
Tel.: +55 61 3038-9233
Fax: +55 61 3038-9239
e-mail: pnuma.brasil@pnuma.org

